

À Câmara
12/12/2017
A Presidente
Quisius Vieira

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO



Ano
Financeiro
2018

**MUNICÍPIO
DE MARCO DE CANAVESES**

Aprovado

Órgão Executivo: Reunião de 15/12/2017

Órgão Deliberativo: Reunião de 29/12/2017



SESSÃO ORDINÁRIA DE
29/12/2017



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

4630-219 Marco de Canaveses – Tel. 255 538 870 – Fax 255 538 889 – E-mail: assembleia.municipal@am-marco-canaveses.pt – Site: www.am-marco-canaveses.pt

APROVAÇÃO EM MINUTA

Ponto n.º 3.17 Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano Financeiro de 2018.

Depois de discutido o assunto referido no ponto 3.17, foi o mesmo aprovado por maioria, com 20 votos a favor, — votos contra, e 17 abstenções.

Mais foi deliberado por unanimidade, com 37 votos a favor; — votos contra e — abstenções, aprovar o respectivo assunto em minuta, nos termos do art.º 57, n.º 3, da Lei 75/2013, de 12 de Setembro.

Marco de Canaveses, 29 de dezembro de 2017

A MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

João Paulo Sousa Costa
Luís António Pereira

JT/AM





Câmara Municipal do
Marco de Canaveses

Departamento Financeiro, Económico e Social/Divisão de Administração Geral e Finanças

Reunião da Câmara Municipal
do Marco de Canaveses nº 23,
realizada em 15/dezembro/ 2017

Ponto 18

Grandes Opções do Plano e Orçamento – ano financeiro 2018. Processo Documental (Doc. 18).

Presente à reunião, documentos previsionais das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano financeiro 2018. Pela Senhora Presidente foi exarado o seguinte despacho: “ A Câmara. 12.12.2017”.

Deliberado por maioria com três abstenções dos Vereadores Eng. José Mota, Dra Carla Babo e Dr. Paulo Teixeira aprovar os documentos das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano financeiro de 2018. A submeter à Assembleia Municipal nos termos da alínea a), nº 1 do art.º 25 do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de Setembro.

A Coordenadora Técnica Administração Geral: _____



Índice

ÍNDICE	2
I – INTRODUÇÃO	4
ENQUADRAMENTO GERAL	4
CONTEXTO MACROECONÓMICO	4
ADMINISTRAÇÃO LOCAL	5
ESTRUTURA DO ORÇAMENTO	8
APRESENTAÇÃO GERAL DO ORÇAMENTO	9
II – PREVISÃO DAS RECEITAS	14
1. VISÃO GLOBAL DAS RECEITAS	14
2. RECEITAS FISCAIS	16
3. RECEITAS NÃO FISCAIS	20
3.1 RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	21
3.2 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22
3.3 VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	22
3.4 OUTRAS RECEITAS CORRENTES	24
3.5 VENDA DE BENS DE INVESTIMENTO	24
3.6 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	25
3.7 ATIVOS FINANCEIROS	25
3.8 OUTRAS RECEITAS	26
III – PREVISÃO DAS DESPESAS	27
1. VISÃO GLOBAL DAS DESPESAS	27
2. DESPESAS CORRENTES	27
2.1 DESPESAS COM PESSOAL	28
2.2 DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	30
2.3 ENCARGOS CORRENTES DA DÍVIDA	33
2.4 TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	33
3. DESPESAS DE CAPITAL	34
3.1 TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	34
3.2 ESTRUTURA DO INVESTIMENTO	35
4. SERVIÇO DA DÍVIDA	36
5. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DAS DESPESAS AUTÁRQUICAS	37



6. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS	39
7. GRANDES OPÇÕES DO PLANO.....	39
IV- ANEXOS	42
1- RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2018	43
2- ORÇAMENTO DA RECEITA.....	44
3- ORÇAMENTO DA DESPESA.....	45
4- EMPRÉSTIMOS (PREVISÃO DE ENCARGOS 2018 E EXECUÇÃO 2017).....	46
5- PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS (MAPA)	47
6- PLANO DE ATIVIDADES MAIS RELEVANTES (MAPA)	48
7- GRANDES OPÇÕES DO PLANO (MAPA).....	49
8- MAPA DEMONSTRATIVO DO EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	50
9- MAPA DE PESSOAL 2018.....	51
10- PROPOSTAS DE GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL - 2018	52
11- MAPA DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES E PROVISÕES	53
12- MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO.....	54

I – Introdução

Enquadramento Geral

Contexto Macroeconómico

A proposta do Orçamento e das Grandes Opções do Plano (GOP's) do Município do Marco de Canaveses concretizam os pressupostos macroeconómicos divulgados no artigo do Banco de Portugal (BP) com as projeções para a economia portuguesa no período 2016-2019 (referência a março de 2017) e, ainda, no relatório do Conselho de Finanças Públicas (CFP) n.º 7/2017 (referência a setembro de 2017). O Orçamento do Estado para 2018 aprovado na Assembleia da República, não foi publicado no Diário da República, à data da elaboração dos Documentos Previsionais da autarquia.

Quadro 1 – Projeções dos Principais Indicadores
(Taxa de Variação em % do PIB)

	2016	2017	2018
PIB	1,5%	1,8% ¹	2,1% ²
Desemprego	12,4%	9,9% ¹	9,0% ¹
Inflação	0,5%	1,6% ¹	1,5% ¹
Balança Corrente e Capital	1,7%	1,0%	1,1%
Saldo Orçamental	-2,0%	-1,4% ²	-1,3% ²
Dívida Pública*	130,1% ²	126,8% ²	123,2% ²

FONTE: Banco de Portugal¹ (março 2017) e Conselho das Finanças Públicas² (setembro 2017)

O cenário macroeconómico traçado pelo Banco de Portugal (BP) aponta para a manutenção de uma trajetória de recuperação da economia portuguesa ao longo do período 2017 a 2018, globalmente em linha com a evolução atualmente projetada para o conjunto da área do euro. Após um aumento de 1,4% em 2016, o BP antecipa um crescimento do produto interno bruto português (PIB) de 1,8% em 2017 (o CFP prevê 2,7%, nas projeções realizadas em setembro de 2017).

Para o ano 2018 a economia portuguesa deverá acelerar para 1,7% (o CFP estima 2,1%), baseando-se na procura interna, no forte contributo das exportações e no dinamismo do investimento.



Segundo o Banco de Portugal, para 2018 é projetada uma evolução do consumo privado em linha com o perfil do rendimento disponível real das famílias, mas, condicionado pelo baixo crescimento dos salários reais e pela necessidade de continuação do processo de redução do nível de endividamento das famílias. Assim, o consumo privado após ter apresentado um crescimento de 2,3% em 2016, previsivelmente 2,1% em 2017, irá desacelerar em 2018, projetando-se um crescimento de 1,4%.

As projeções para a economia portuguesa apontam para a continuação da recuperação da atividade económica, com um padrão de crescimento caracterizado pelo dinamismo elevado das exportações e do investimento empresarial, que será acompanhado pelo aumento do emprego no setor privado e pela redução continuada da taxa de desemprego. Após um crescimento de 4,4% em 2016, as atuais projeções do BP para as exportações de bens e serviços apontam para um crescimento médio anual de 5,0% em 2017 e 2018. Contudo, o maior dinamismo das importações face às exportações, em volume, influencia os termos de troca e consequentemente a evolução da balança corrente e de capital.

O maior crescimento nominal da economia, a prevalência de taxas de juro baixas e a existência de saldos primários positivos permitirão o início do processo de redução da dívida pública em percentagem do PIB (123,2%), conforme os cálculos plasmados no relatório do Conselho das Finanças Públicas. Finalmente, o crescimento projetado para a economia portuguesa é compatível com uma progressiva redução da taxa de desemprego (9,0%), mantendo-se em níveis elevados. A taxa de inflação (1,5%) manter-se-á em níveis reduzidos, mas com tendência de aumento gradual nos anos subsequentes.

Decorre da leitura dos documentos a conclusão de que as atuais projeções apontam para alguma recuperação da economia, na sequência da forte contração da atividade observada no triénio 2011-2013. Contudo, alguns constrangimentos continuam a colocar-se à economia portuguesa: o elevado endividamento privado e público, a evolução demográfica adversa, as distorções existentes nos mercados de trabalho e do produto e a vulnerabilidade da economia portuguesa a choques negativos.

Administração Local

A preparação do Orçamento e das Grandes Opções do Plano do Município do Marco de Canaveses, e dos demais Municípios portugueses, obedece a um conjunto de princípios e regras orçamentais que se encontram previstos, quer no novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, quer no POCAL quer na Lei de Enquadramento Orçamental.



Realça-se a importância do novo Regime Financeiro das Autarquias Locais (RFAL) e das Entidades Intermunicipais (Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro), que consubstanciam um reforço progressivo da disciplina orçamental, nomeadamente no que respeita à extensão do perímetro das entidades neste setor das Administrações Públicas, à vinculação da despesa e da receita a um quadro orçamental plurianual e às regras de endividamento. Acresce referir que o novo RFAL impõe novas condicionantes ao processo de elaboração e aprovação dos documentos previsionais e estabelece, altera e reforça os princípios orçamentais previstos no POCAL. Por outro lado, a entrada em vigor da Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto, aprova o Regime Jurídico da Recuperação Financeira Municipal no qual é regulamentando o Fundo de Apoio Municipal (FAM), impõe que a contribuição do Município do Marco de Canaveses para o FAM seja de € 1.239.871 euros. Relembramos que a realização deste montante será efetuada em 7 anos, pelo que anualmente, até 2021, o orçamento deverá prever uma despesa com ativos financeiros no valor de € 177.127 euros.

Ao longo dos últimos anos Portugal foi submetido a um Programa de Assistência Económica e Financeira, que impeliu a implementação de um conjunto de reformas estruturais na Administração Local plasmadas no designado “Documento Verde”, que se refletiram no quotidiano da autarquia.

Iniciadas num contexto de fortes restrições orçamentais, que se refletiram nos municípios, implicaram mudanças significativas na organização do território (freguesias), na distribuição de atribuições e competências entre as entidades da administração local, nos instrumentos de gestão de recursos humanos, na composição das receitas, na assunção de compromissos, nas regras de endividamento e na relação com os cidadãos (desmaterialização dos processos).

Decorrente das reformas realizadas e em curso, os municípios serão confrontados com os novos desafios transitados do ano em curso para o ano 2018. Desde logo, na sequência do início de um profundo Programa de Descentralização de Competências para as autarquias locais, iniciado com a publicação do Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de Fevereiro, através da implementação de projetos-piloto, abrangendo a descentralização das funções sociais para os municípios. Na área Educação os contratos interadministrativos de delegação de competências pela Administração Central, já foram acordados e fechados com treze municípios: Águeda, Amadora, Batalha, Cascais, Maia, Matosinhos, Óbidos, Oeiras, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Sousel, Vila de Rei e Vila Nova de Famalicão. Entretanto, o XXI



Governo Constitucional mantém o objetivo de transformar o modelo de funcionamento do Estado, através do reforço das competências das autarquias locais, bem como das entidades intermunicipais, numa lógica de descentralização e subsidiariedade. Esse objetivo é materializado através da proposta de Lei n.º 62/XIII, de março de 2017, sendo previsto reforçar a autonomia local através da descentralização de competências da administração direta e indireta do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, estando contemplada, ainda, a possibilidade de se proceder à redistribuição de competências entre a administração autárquica, visando fortalecer o papel das autarquias locais. O XXI Governo Constitucional pretende transferir competências no domínio da educação, da ação social, da saúde, da proteção civil, da justiça e da promoção do desenvolvimento, numa lógica de articulação dos investimentos de interesse municipal. A concretização da transferência das competências carecerá de decretos-lei setoriais, que irão prever os recursos humanos, patrimoniais e financeiros para o exercício das mesmas, e nalguns domínios, um período de transitório de aplicação para que a transferência de poderes entre os organismos envolvidos se opere sem afetar a eficiência e eficácia pretendidas.

A descentralização também ocorre ao nível dos transportes. Aprovado um novo Regime Jurídico de Serviço Público de Transporte de Passageiros (Lei n.º 52/2015 de 9 de Junho). Este Regime procede a uma descentralização universal (para todos os municípios e entidades intermunicipais), legal e definitiva de competências de autoridade de transportes, estando assegurada a capacidade de financiamento destas entidades.

A implementação pelo XIX Governo do Programa Aproximar abrange 5 freguesias do Município do Marco de Canaveses, tem em vista reorganizar os Serviços Públicos de Atendimento da administração central, através de um processo de desconcentração, complementando-os com soluções de mobilidade. Assenta em três conceitos de prestação de serviços públicos administrativos: Loja do Cidadão, Espaço do Cidadão e Carrinha do Cidadão. O funcionamento dos cinco Espaços do Cidadão do concelho do Marco de Canaveses iniciou no mês de junho do ano de 2017.

Finalmente, no âmbito da publicação do Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), dá-se início à reforma da contabilidade pública, com o objetivo de resolver a fragmentação e as inconsistências atualmente existente e permite dotar as administrações públicas de um sistema orçamental e financeiro mais eficiente e mais convergente com os sistemas que atualmente vêm sendo adotados a nível



internacional. Na sequência da alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 85/2016, de 21 de dezembro, durante o ano de 2017 todas as entidades públicas devem assegurar as condições e tomar as decisões necessárias para a transição para o SNC-AP. O Decreto-Lei em apreço produz efeitos no dia 1 de janeiro de 2018, data partir da qual haverá um ajustamento técnico, adotando o SNC-AP.

Estrutura do Orçamento

A estrutura do orçamento manter-se-á idêntica à dos últimos anos para possibilitar uma análise orçamental comparativa e evolutiva, pelo que obedecerá à seguinte decomposição em Estrutura Orgânica:

- 01 – Assembleia Municipal
- 02 – Câmara Municipal
- 03 – Operações Financeiras

Esta estrutura valoriza a dimensão política do Orçamento e, simultaneamente, flexibiliza a gestão orçamental na sua componente técnica, responsabilizando mais cada Unidade Orgânica pela execução do seu orçamento e, consequentemente, pelos resultados a alcançar.

O controlo do Orçamento poderá ser efetuado através das Grandes Opções do Plano (GOP) que, à semelhança de 2017, incluirá, para além do Plano Plurianual de Investimentos (PPI), o Plano das Atividades mais Relevantes (PAM).

Importa ainda referir que os princípios base nos quais foi elaborado o Orçamento Municipal assentam no novo Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais aprovado pela Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro que define um conjunto de princípios e regras orçamentais previstos nos seus artigos 40.º a 43.º, que complementa o ponto 3 do POCAL (Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e na Lei de Enquadramento Orçamental (Lei n.º 151/2015, de 11 de setembro).

No exercício económico de 2018, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo n.º 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, é fixado o valor de 350.000,00 € como limite à despesa fiscal. Assim, e até ao presente limite fixado pode a Câmara Municipal, sob proposta devidamente fundamentada, conceder isenções ou



reduções dentro dos limites estabelecidos nos regulamentos municipais em respeito pelo princípio da legalidade tributária previsto no n.º 9 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Assim sendo, este Relatório para além da apresentação da política orçamental e da sua fundamentação inclui a identificação e descrição das responsabilidades contingentes e das Provisões até novembro de 2017, em anexo (IV – 11).

Define ainda que os orçamentos anuais devem enquadrar-se num Quadro Plurianual de Programação Orçamental (QPPO) que tem em conta as projeções macroeconómicas que servem de base ao Orçamento do Estado, contudo não eram conhecidas pelo Município à data da preparação dos documentos previsionais. Este quadro consta de documento que especifica o quadro de médio prazo para as finanças da autarquia local designado de Quadro Plurianual Municipal de Programação Orçamental. Uma vez que a sua elaboração depende de regulamentação por decreto-lei, para este ano de 2018 verifica-se a inaplicabilidade da norma constante no artigo 41.º e 44.º da LFL. A entrada em vigor do SNC-AP, no dia 1 de janeiro de 2018, permitirá efetuar o ajustamento técnico ao diploma legal.

A Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro prevê ainda ao nível das regras orçamentais que sejam apresentados em anexo ao Orçamento Municipal os orçamentos dos órgãos e serviços com autonomia financeira, bem como das entidades participadas em relação às quais se verifique o controlo ou presunção de controlo do Município, pelo que no caso das entidades participadas esta situação não se verifica. Encontra-se em anexo (IV - 12) o Mapa das entidades participadas pelo Município identificadas com o respetivo número de identificação fiscal, percentagem de participação e o valor correspondente.

Apresentação Geral do Orçamento

A estimativa das despesas e das receitas para o próximo ano económico, efetuada com base nos pressupostos anteriores, é apresentada no Quadro I, o qual resume, em termos de distribuição de valores, a despesa e a receita, segundo os dois grandes agrupamentos da classificação económica.



Q.1 - Receita e Despesa prevista para o ano 2018

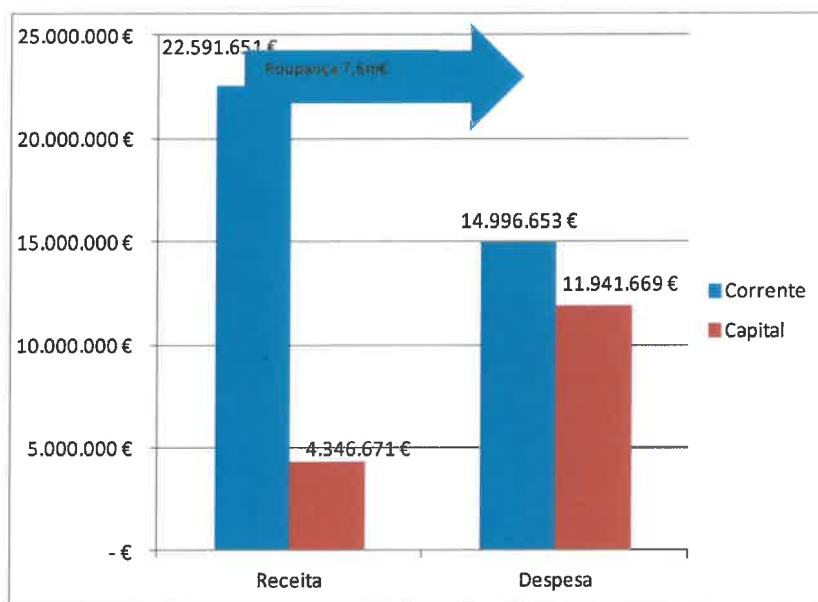
	(Un.: euro)		
	Correntes	Capital	Total
Receitas	22.591.651	4.346.671	26.938.322
Despesas	14.996.653	11.941.669	26.938.322
Saldo	7.594.998	-7.594.998	

A previsão das receitas e das despesas para o próximo ano económico é de aproximadamente 27 milhões de euros. A previsão da receita corrente superará o montante de 22,5 milhões de euros, em contraste, prevê-se uma despesa corrente no montante de 14,9 milhões de euros, enquanto a receita de capital poderá situar-se no montante de 4,3 milhões de euros para uma despesa de capital de 11,9 milhões de euros.

Constata-se a existência de um superavit corrente no valor de cerca de 7,6 milhões, que não resulta do excesso das receitas correntes sobre as despesas da mesma natureza, mas que é justificado, essencialmente, com o deferimento de despesa corrente, reposta logo após a entrada do saldo da Gerência anterior de 2017, estimado em cerca de 8 milhões de euros.

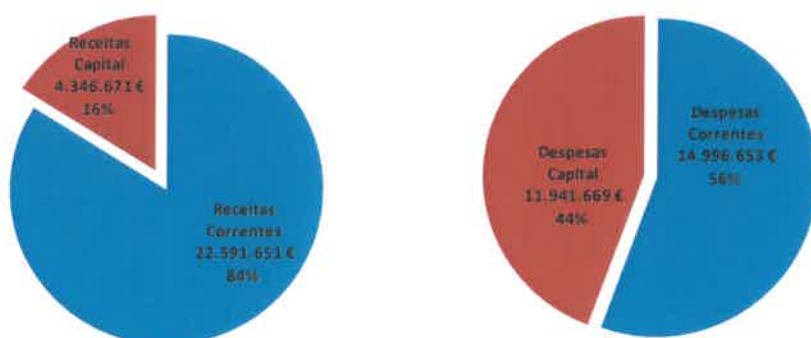
Esta metodologia permite, por um lado, o cumprimento da regra do Equilíbrio Orçamental nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que estipula que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Por outro lado, possibilita também a existência de dotação necessária para a realização dos investimentos, cujos procedimentos concursais tiveram início em 2017 e são suscetíveis de beneficiarem da comparticipação dos fundos comunitários, na sequência da publicação e submissão de operações aos Avisos de abertura de candidaturas, no âmbito do Portugal 2020. Assim, se compreende que este superavit corrente financie em idêntico valor as despesas de capital.

F.1 – Gráfico de Receitas e Despesas Previstas



O gráfico F1 de Receitas e Despesas previstas permite ainda verificar que o equilíbrio orçamental também é previsionalmente conseguido. Assim sendo, a receita bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos, evidenciado no anexo IV - 4.

F. 2 - Estrutura da Receita e da Despesa





A figura anterior F2, permite comparar as receitas e as despesas de natureza afim, observando-se não só o maior volume das despesas correntes, no cômputo da despesa total, representando 56%, mas, também o equilíbrio orçamental corrente, segundo o qual as despesas correntes deverão ser totalmente financiadas por receitas correntes. Anota-se que, mais uma vez, a despesa corrente (56%), em termos previsionais, tem maior peso no orçamento global do que a despesa de capital (44%), que se traduz numa diferença de 12 pp.

Q.2 – Receitas e Despesas Previstas

Receitas e Despesas Previstas

(Un.: euro)				
Receitas	Valor	%	Despesas	Valor %
Receitas Correntes	22.591.651	83,9%	Despesa Corrente	14.996.653 55,7%
Impostos directos	5.494.974	20,4%	Despesa com o pessoal	7.509.002 27,9%
Impostos indirectos	83.746	0,3%	Aquisição de bens e serviços	5.287.117 19,6%
Taxas, multas e outras penalidades	376.736	1,4%	Juros e outros encargos	285.000 1,1%
Rendimentos de propriedade	1.384.143	5,1%	Transferências correntes	1.690.334 6,3%
Transferências correntes	14.090.984	52,3%	Subsídios	200 0,0%
Venda de bens e serviços correntes	1.101.754	4,1%	Outras despesas correntes	225.000 0,8%
Outras receitas correntes	59.314	0,2%		
Receitas de Capital	4.346.671	16,1%	Despesa de Capital	11.941.669 44,3%
Venda de bens de investimento	45.644	0,2%	Aquisição de bens de capital	9.839.399 36,5%
Transferências de capital	4.234.242	15,7%	Transferências de capital	748.146 2,8%
Activos Financeiros	-	-	Activos Financeiros	177.124 0,7%
Passivos Financeiros	-	-	Passivos financeiros	1.176.000 4,4%
Outras receitas de capital	66.785	0,2%	Outras despesas de capital	1.000 -
Reposições não abatidas nos pagamentos				
Total	26.938.322	100,0%	Total	26.938.322 100,0%

A análise da evolução das diferentes componentes da receita e da despesa acima discriminadas serão objeto de aprofundamento em capítulos subsequentes. Podemos adiantar que ao nível da receita destaca-se a forte dependência das transferências correntes do Estado, que totalizam 14 milhões de euros e contribuem 52% para a receita total. Assinala-se ainda o aumento da receita proveniente das transferências de capital, alicerçada na componente de financiamento comunitário, justificada pelo início efetivo da execução do Portugal 2020, traduzindo-se num aumento do peso (15,7%) das receitas desta natureza na receita total. Relativamente às receitas fiscais, contribuem com 22,1% para o orçamento municipal, acentuando-se a sua diminuição em 2018, justificada pela opção gestor em diminuir a carga fiscal suportada pelas famílias e empresas, designadamente, ao nível da derrama e do IMI.



No que se refere à despesa destaca-se o peso dos encargos com pessoal (27,9%), da aquisição de bens e serviços (19,6%), da aquisição de bens de capital (36,5%), das Transferências correntes (6%) e dos passivos financeiros (4,4%) que representam, em conjunto, 94,4 % do total da despesa.

Importa referir que a despesa de capital representa para este ano económico cerca de 44,3%, resultante da realização de empreitadas com recurso ao autofinanciamento autárquico, alavancado pelos fundos comunitários. Estes investimentos resultam de candidaturas realizadas ao abrigo dos programas operacionais do Portugal 2020, com uma comparticipação até 85%, para a execução dos projetos estratégicos para o concelho, e ainda, no âmbito da elaboração do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, recorrendo ao instrumento regulamentar dos Investimentos Territoriais Integrados através da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

A concretização de outras obras inscritas nas GOP's depende da aprovação das respetivas candidaturas através dos sistemas de incentivo e apoio dos programas operacionais do Portugal 2020. O ressarcimento de verbas comparticipadas para o ano de 2018 e seguintes irá depender da conciliação entre os objetivos específicos e tipologias dos projetos com as condições de elegibilidade específicas e respetivo mérito dos mesmos. A adoção desta estratégia possibilita a recuperação da capacidade orçamental obtida através de poupança financeira alcançada para fazer face ao plano estratégico de investimentos do Marco de Canaveses previstos no âmbito do novo quadro comunitário de apoio.



II – PREVISÃO DAS RECEITAS

1. Visão global das receitas

Para 2018 estima-se que a receita municipal ascenda a 26,9 milhões de euros, representando uma variação de **(-0,9%)**, em termos absolutos, cerca de **menos duzentos e trinta e sete mil, novecentos e quarenta e oito euros**.

Esta ligeira diminuição, face ao ano anterior, resulta essencialmente do decréscimo de receita a arrecadar proveniente dos impostos diretos, compensado pelo aumento das transferências de capital tendo em conta o início da execução do Programa Operacional Regional do Norte do Portugal 2020 (15,2%). Saliente-se que o agregado económico Venda de bens de investimento detém apenas a inscrição de receitas extraordinárias, designadamente, no que concerne à venda de imóveis até ao limite da média aritmética simples das receitas arrecadadas nos últimos 36 meses que precedem o mês da elaboração do Orçamento Municipal.

Verifica-se uma ligeira tendência de aumento das receitas próprias, quer por via da crescente consignação das verbas referentes às transferências atribuídas pelo Estado, quer pela via de tendência de sinais de ligeira melhoria do consumo privado.

Simultaneamente, o Município do Marco de Canaveses procedeu à liquidação completa do contrato de reequilíbrio financeiro vigente em 20 de julho de 2017 por recurso a empréstimos contratados ao abrigo do artigo 81.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro, permitindo recuperar autonomia à gestão autárquica. Este cenário contribui para o cumprimento previsível do princípio do equilíbrio orçamental exigido por Lei, potenciando a concretização do investimento municipal, motor inequívoco do desenvolvimento económico.



Q. 3 - Evolução da Receita Prevista

(Un.: euro)

Designação da Rubrica	Anos				Variação 2017/2018	
	2017		2018			
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	23 486 293	86,4%	22 591 651	83,9%	-894 642	-3,8%
Impostos directos	7 093 341	26,1%	5 494 974	20,4%	-1 598 367	-22,5%
Impostos indirectos	76 010	0,3%	83 746	0,3%	7 736	10,2%
Taxas, multas e outras penalidades	300 116	1,1%	376 736	1,4%	76 620	25,5%
Rendimentos de propriedade	1 748 313	6,4%	1 384 143	5,1%	-364 170	-20,8%
Transferências correntes	13 324 376	49,0%	14 090 984	52,3%	766 608	5,8%
Venda de bens e serviços correntes	853 148	3,1%	1 101 754	4,1%	248 606	29,1%
Outras receitas correntes	90 989	0,3%	59 314	0,2%	-31 675	-34,8%
Receitas de Capital	3 689 977	13,6%	4 346 671	16,1%	656 694	17,8%
Venda de bens de investimento	10	0,0%	45 644	0,2%	45 634	456340,0%
Transferências de capital	3 676 803	13,5%	4 234 242	15,7%	557 439	15,2%
Activos Financeiros	-	-	-	-	-	-
Passivos Financeiros	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	13 164	0,0%	66 785	0,2%	53 621	407,3%
Reposições não abatidas nos pagamentos	-	-	-	-	-	-
Total	27 176 270	100,0%	26 938 322	100,0%	-237 948	-0,9%

Como se pode observar, a estrutura da receita sofreu algumas alterações relativamente ao ano anterior. O peso das receitas correntes diminui ligeiramente, em cerca de 2,5 p.p. Em contrapartida regista-se um aumento do peso das receitas de capital em 2,5 p.p.

A receita corrente esperada apresenta uma variação de (-3,8%) relativamente ao ano de 2017, traduzido em menos 895 mil euros, pelo efeito acumulado da diminuição dos Impostos Directos, dos Rendimentos de Propriedade e Outras Receitas correntes.

O mesmo não sucede nas receitas de capital para as quais se prevê uma variação (+17,8%), sustentada essencialmente no agregado Transferências de Capital. Deste facto, resulta um aumento da importância relativa das Transferências de Capital (15,7% na receita total) que passa a ser a única componente materialmente relevante da Receita de Capital.



Pode concluir-se, contudo, que a variação negativa da receita total em apenas (-0,9%), tem origem no impacto verificado com a diminuição do montante previsto de receita a arrecadar na rubrica dos Impostos Diretos (Imposto Municipal sobre Imóveis e Derrama), minimizado pelo aumento previsível das Transferências correntes (+5,8%) e pelo aumento das participações comunitárias de projetos cofinanciados pelo Portugal 2020, isto é, mais cerca de 557 mil euros (+15,2%).

As transferências de capital provenientes do Estado e que se referem à participação das autarquias locais nos Impostos do Estado, designadamente ao nível do Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e a Participação Fixa no IRS inscritas foram as importâncias constantes do Orçamento de Estado para 2018.

2. Receitas fiscais

Os valores estimados para a rubrica das receitas fiscais foram calculados no estrito cumprimento da Lei, a qual impõe que os referidos montantes se obtenham pela média aritmética simples dos valores executados nos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do orçamento.

Na estrutura das receitas municipais é relevante o peso das receitas fiscais que, incluindo os impostos diretos, os impostos indiretos e as taxas, multas e outras penalidades, ascendem a cerca de 5,9 milhões de euros e constituem a segunda maior fonte de receita do Orçamento, representando 22,1% da receita total e 26,4% da receita corrente.

Q.4 - Evolução previsional das receitas fiscais

Receitas Fiscais	Orçamento				Variação 2017/2018	
	2017		2018		(Un.:euro)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Impostos directos	7 093 341	95,0%	5 494 974	92,3%	-1 598 367	-22,5%
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	4 713 692	63,1%	3 118 044	52,4%	-1 595 648	-33,9%
Impostos Único de Circulação (IUC)	1 126 000	15,1%	1 140 227	19,1%	14 227	1,3%
Imposto Municipal sobre Trans. Onerosa Imóv. (IMT)	825 627	11,1%	890 884	15,0%	65 257	7,9%
Derrama	416 342	5,6%	344 637	5,8%	-71 705	-17,2%
Impostos Abolidos	11 680	0,2%	1 182	0,0%	-10 498	-89,9%
Contribuição Autárquica	2 180	0,0%	1 182	0,0%	-998	-45,8%
Imposto Municipal de SISA	9 500	0,1%		0,0%	-9 500	-100,0%
Outros Impostos Abolidos	-	0,0%	-	0,0%	0	-
Impostos indirectos	76 010	1,0%	83 746	1,4%	7 736	10,2%
Taxas, Multas e Out. Penalidades	300 116	4,0%	376 736	6,3%	76 620	25,5%
Total	7 469 467	100,0%	5 955 456	100,0%	-1 514 011	-20,3%

Contrariamente ao ano anterior prevê-se que as receitas fiscais diminuam (-20,3%), ou seja, cerca de 1,5 milhões de euros, essencialmente devido à redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) ao nível dos prédios urbanos que passou da taxa de 0,5% para 0,3%. Destaca-se ainda a redução fixa do IMI a aplicar ao prédio ou parte do prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar com dependentes a cargo, e que seja efetivamente afeto a tal fim, ou seja, abrange as Famílias com 2 e Famílias com 3 ou mais dependentes a cargo no montante de 40 euros e 70 euros, respetivamente.

Verificam-se sinais de abrandamento da atividade económica evidenciada pela Derrama, após alguma melhoria no ano anterior fruto da conjuntura atual e que tem vindo a refletir-se nas receitas tributárias. A diminuição ao nível das Receitas Fiscais foi originada essencialmente através da redução do IMI e da arrecadação da Derrama.

Saliente-se que por força da cessação do Plano de Reequilíbrio Financeiro deixaram de ser impostas as taxas máximas no que respeita aos impostos diretos.



A atualização dos respetivos valores da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais do Código Regulamentar considerados no ano económico de 2017 foi com a taxa de inflação de (+0,6%). Para o ano económico de 2018 e de acordo com os dados publicados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) referente ao mês de setembro a tabela de Taxas e outras Receitas do Município é atualizada à taxa de crescimento médio anual da taxa de inflação que se cifra em (+1,2%). Além desta atualização prevê-se um aumento da receita em cerca de 77 mil euros, ou seja, (25,5%).

Para este resultado de redução de receita fiscal contribuem os impostos diretos associado à diminuição do IMI e da Derrama, contrabalançando com a recuperação dos Impostos Indiretos e das Taxas, Multas e Outras Penalidades que, comparativamente ao ano de 2017 aumentaram, no seu conjunto, cerca de 84 mil euros. No entanto, espera-se uma diminuição de cerca de 1,6 milhões de euros em relação ao IMI.

Em relação à Derrama, apesar de verificar-se alguma incerteza quanto ao montante potencial da receita pelo facto de estar dependente dos apuramentos realizados pela Administração Central que o faz em função das suas necessidades específicas e sem possibilidade de qualquer controlo por parte dos municípios, estima-se pelas médias apuradas uma diminuição da receita (-17,2%), cifrando-se nos 72 mil euros.

O processo da elaboração da previsão dos impostos diretos municipais, que estão estabelecidos na Lei das Finanças Locais, seguiu as regras impostas no ponto 3.3 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro.

Nos impostos indiretos prevê-se um ligeiro aumento de 10,2%, relativamente ao ano anterior, o que representa cerca de 8 mil euros. O seu peso é apenas de 1,4% para o total das Receitas Fiscais, tendo contribuído para esta redução a diminuição de receita arrecadada da Publicidade face aos critérios de isenção definidos no âmbito do Licenciamento Zero. Mantem-se também a níveis muito baixos a arrecadação dos impostos referentes a loteamentos e licenciamento de obras, nomeadamente as infraestruturas urbanísticas. Esta diminuição reflete o dinamismo, ainda baixo, da atividade económica e mais concretamente da atividade empresarial no setor da Construção Civil.

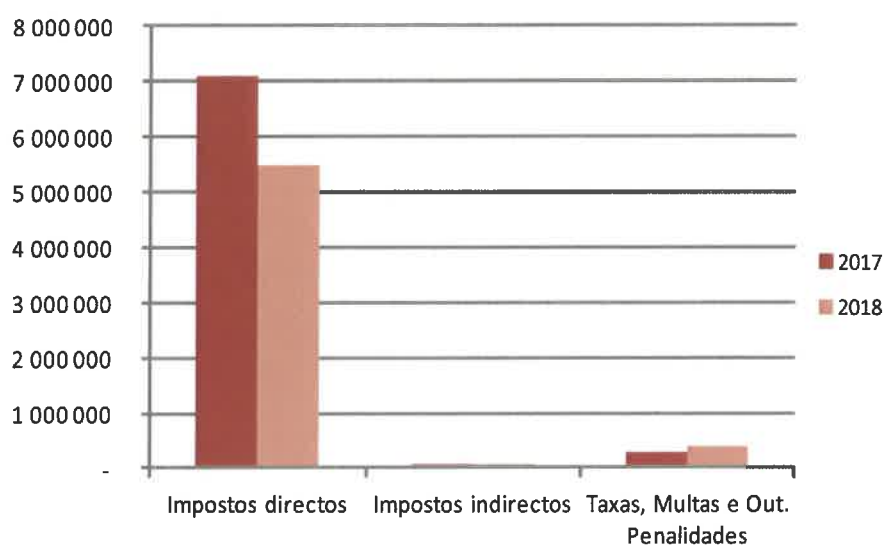
É de salientar que a receita com a taxa municipal de direitos de passagem mantém um valor residual, sendo as empresas operadores de comunicações eletrónicas responsáveis pelo apuramento da receita



arrecadada no concelho, pelo que o valor previsto arrecadar em 2018 é cerca de dez mil e duzentos euros.

No que concerne às taxas, multas e outras penalidades, o valor previsto para 2018 representa um aumento de cerca de 77 mil euros (+25,5%), resultante do efeito conjugado do aumento da cobrança das taxas de Loteamentos e Obras aos particulares, designadamente ao nível dos Loteamentos, na Taxa de Urbanização, nas Taxas de Cedência e Prorrogações e ainda através das multas e outras penalidades. Prevê-se, ainda, um aumento em (+1,2%) para o ano de 2018 das taxas e tarifas referenciada à taxa de crescimento médio da taxa de inflação verificada nos últimos 12 meses, por aplicação da taxa de inflação, nos termos do artigo G/I - 4.º da secção I do Subcapítulo 1.1 do Capítulo I da parte G do Código Regulamentar Municipal.

F.3 - Estrutura das receitas fiscais



A figura anterior permite observar melhor a evolução previsional das diferentes componentes das Receitas Fiscais, verificando-se que, com base nas receitas obtidas nos últimos 24 meses e pelo efeito previsível de diminuição de receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) devido à alteração da taxa aplicada ao nível dos prédios urbanos que passou de 0,5% para 0,3%, é expectável uma acentuada



redução de arrecadação dos impostos municipais em matéria de Impostos Indiretos, com forte impacto ao nível do agregado da Receita Fiscal em menos 1,5 milhões de euros (-20,3%).

3. Receitas não fiscais

As receitas não fiscais, excluídos os ativos e passivos financeiros, estimam-se em 20,1 milhões de euros, representando um aumento de (6,5%) relativamente a 2017 e deve-se fundamentalmente à arrecadação de verbas em 2018 referentes às Transferências Correntes, Vendas de Bens e Serviços Correntes e Comparticipações Comunitárias das candidaturas no âmbito do início da execução do Portugal 2020, incluídas no agregado das transferências de capital provenientes do Estado, isto é, mais 767 mil euros, mais 249 mil euros e mais 557 mil euros, respetivamente.

Por outro lado, verifica-se o estrito cumprimento da regra de orçamentação de receitas respeitantes à Venda de Imóveis do agregado Venda de Bens de Investimento no valor de 46 mil euros, o que contribui para a inscrição de receita extraordinária tendo em conta o artigo 83.º da Lei n.º 42/2016, 28 de dezembro (LOE 2017) que determina a limitação imposta para a Previsão orçamental de receitas das autarquias locais resultantes da venda de imóveis.

Em termos líquidos prevê-se um **aumento total de receita não fiscal municipal no valor de 1,3 milhões de euros.**

De destacar que as transferências (correntes e de capital) constituem recursos financeiros auferidos sem qualquer contrapartida, tendo a sua origem em verbas transferidas diretamente do Orçamento de Estado para o Município (Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação fixa no IRS) e em verbas originárias de comparticipações, dotações e subsídios provenientes do Orçamento de Estado e do Orçamento da União Europeia (Fundos Comunitários), como era referido nos n.º 1, 2 e 3 do Artigo 10.º, da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 42/98, de 6 de agosto alterada pela Lei n.º 94/2001, de 20 de agosto, alterada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e revogada pelo novo diploma Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro).



Q. 5 - Evolução das receitas não fiscais, excluídos os ativos e passivos financeiros

Receitas Não Fiscais	Orçamento				(Un.: euro)	
	2017		2018		Variação 2017/2018	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Receitas Correntes	16 016 826	81,3%	16 636 195	79,3%	619 369	3,9%
Rendimentos de propriedade	1 748 313	8,9%	1 384 143	6,6%	-364 170	-20,8%
Transferências correntes	13 324 376	67,6%	14 090 984	67,2%	766 608	5,8%
Venda de bens e serviços correntes	853 148	4,3%	1 101 754	5,3%	248 606	29,1%
Outras receitas correntes	90 989	0,5%	59 314	0,3%	-31 675	-34,8%
Receitas de Capital	3 689 977	18,7%	4 346 671	20,7%	656 694	17,8%
Venda de bens de investimento	10	0,0%	45 644	0,2%	45 634	456340,0%
Transferências de capital	3 676 803	18,7%	4 234 242	20,2%	557 439	15,2%
Ativos Financeiros	-	-	-	-	-	-
Outras receitas de capital	13 164	0,1%	66 785	0,3%	53 621	407,3%
Reposições não abatidas nos pagamentos	-	0,0%	-	0,0%	0	0,0%
Total	19 706 803	100,0%	20 982 866	100,0%	1 276 063	6,5%

A agregação das receitas não fiscais por capítulos económicos, de acordo com a natureza das mesmas, permite concluir que 79,3% respeitam a receitas correntes e 20,7% a receitas de capital.

3.1 Rendimentos de propriedade

Dos 1.331 mil euros previstos em rendimentos de propriedade, 1.196 mil euros respeitam ao contrato de concessão de distribuição de energia elétrica com a EDP, verificando-se um decréscimo para o ano de 2018 face ao período homólogo do ano anterior (-20,8%), o qual se baseia na estimativa de cálculo das rendas arrecadadas durante o ano de 2017. Esta verba das Rendas de concessão é contabilizada em acerto de contas aquando da sua arrecadação trimestral com o pagamento da iluminação pública. O montante desta rubrica resulta principalmente das rendas arrecadadas à empresa E.D.P.

Os restantes 53 mil euros dizem respeito essencialmente aos juros das aplicações financeiras que a autarquia efetua mensalmente no sentido de rentabilizar os fundos de tesouraria em função do plano de pagamentos e a dividendos provenientes de entidades participadas.



3.2 Transferências correntes

O valor previsto nas transferências correntes assenta essencialmente nos valores definidos do Orçamento de Estado para 2018, nomeadamente Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e Participação fixa no IRS. Estas verbas representam 90,3% do total deste agregado que totaliza 14.091 mil euros. Verifica-se um aumento de (+5,8%), isto é, mais 767 mil euros fruto do aumento de verbas provenientes de transferências correntes do Estado, nomeadamente mais 506 mil euros ao nível do FEF (+5,1). Saliente-se que as transferências do Estado têm maior peso nas Receitas Correntes e menor peso nas Receitas de Capital no âmbito da consolidação orçamental materializada no Orçamento Geral do Estado.

Destacam-se ainda, neste ano, as receitas provenientes de protocolos com o Ministério da Educação no âmbito do pré-escolar, da generalização do fornecimento de refeições escolares e das atividades de enriquecimento curricular, no montante de 1,1 milhões de euros, 7,6% do total das transferências correntes, sendo cerca de 243 mil euros relativos a projetos cofinanciados no âmbito do Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) da cidade do Marco de Canaveses e o remanescente das transferências correntes, no total de 55 mil euros, proveniente, essencialmente, da execução de protocolos com o Instituto de Emprego e Formação profissional – IEFP e de programas com financiamento comunitário no âmbito corrente e de protocolo com o Instituto da Segurança Social.

Saliente-se que, neste contexto, o Município celebrou contratos interadministrativos de delegação de competências com as Juntas de Freguesia relativos às transferências provenientes dos acordos de colaboração em parceria com a DGEstE que serão mantidos/ajustados pelo período do mandato por comum acordo entre as partes envolvidas. As transferências correntes constituem, em 2018, o agregado com maior peso, isto é, 52,3% das receitas totais, ou seja, representa 14.091 mil euros.

3.3 Venda de bens e serviços correntes

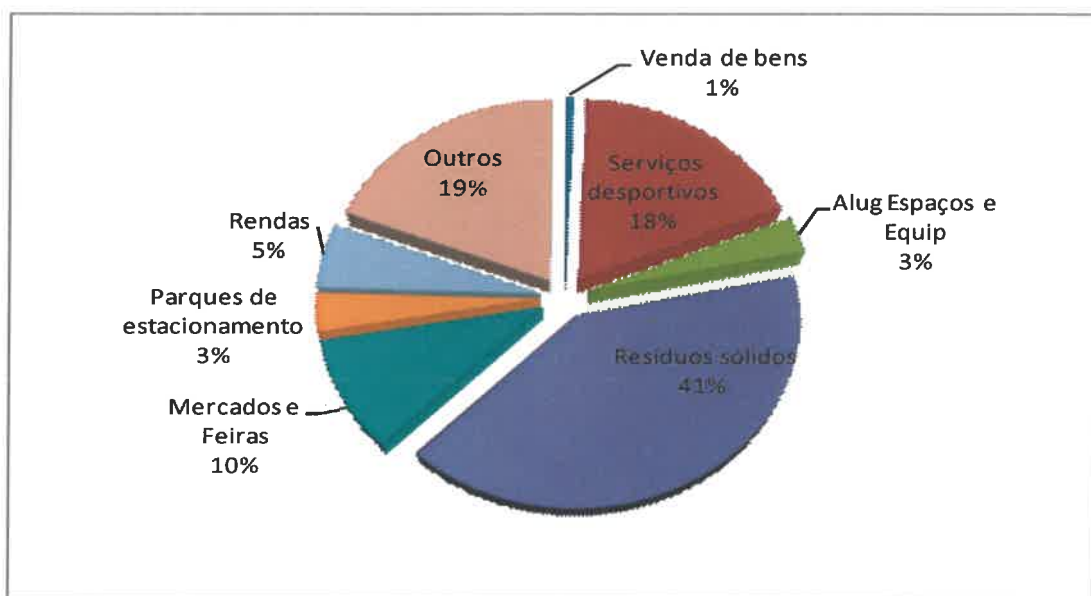
A venda de bens e serviços correntes representa 4,1% das receitas totais, com especial relevância para as receitas provenientes dos Resíduos Sólidos, Serviços Desportivos, designadamente os serviços prestados nas Piscinas Municipais, Mercados e Feiras, Rendas das habitações sociais e Alugueres de Espaços e Equipamentos com uma previsão total de 1,1 milhão de euros. Este ano a autarquia prevê um aumento de (+29,1%), que será resultante essencialmente da melhoria da eficácia na cobrança de parte

da receita relativa às prestações de serviços na atividade de resíduos sólidos urbanos (+87 mil euros). Verifica-se ainda o desequilíbrio existente na sustentabilidade desta prestação e consequente necessidade de reestruturação deste regulamento municipal nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Lei das Finanças Locais. Esta reestruturação implica ainda a redefinição dos preços fixados que não devem ser inferiores aos custos direta ou indiretamente suportados com as prestações destes serviços.

Em contrapartida regista-se um aumento de verbas relacionadas com Serviços Desportivos com mais 13,6 mil euros (+7,4%) e os parques de estacionamento com mais 7,2 mil euros (+24,4%).

Para melhor visualização da estrutura da receita prevista para o ano de 2018 observe-se a Figura 4, que mostra as diferentes fontes de financiamento, segundo o seu peso na receita total.

F.4 - Estrutura da venda de bens e serviços correntes





3.4 Outras Receitas Correntes

O agregado outras receitas correntes diminui a receita que ascende a cerca de 59 mil euros e que se justifica essencialmente pela entrada de verbas relativas a indemnizações das Companhias de Seguros, e outras receitas de carácter residual.

Saliente-se que se encontram regularizados os pagamentos referentes a consumo de água entre o Município e a empresa Águas do Marco, mas mantêm-se em aberto a assunção dos encargos de faturação referente a saneamento, desde 2005, sendo que não foi considerada a verba a arrecadar atendendo à cláusula 71.^a (Retribuição) do Contrato de Concessão e que ascende ao valor de 1.237 mil euros por aguardar um encontro de contas e eventual acordo no âmbito do processo judicial.

Este valor mostra que a atividade económica do Município, materializada na prestação de serviços para além da exercida no desempenho da sua autoridade administrativa, sofre um impacto negativo na capacidade de gerar receita municipal significativa, contribuindo, deste modo, para a dependência da autarquia dos recursos provenientes dos Impostos, das transferências e até dos passivos financeiros, uma vez que o Município do Marco de Canaveses procedeu à liquidação completa do contrato de reequilíbrio financeiro vigente em 20 de julho de 2017 por recurso a empréstimos contratados ao abrigo do artigo 81.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro, permitindo recuperar autonomia à gestão autárquica.

3.5 Venda de bens de investimento

Neste agrupamento das receitas de capital comparativamente ao ano anterior prevê-se um encaixe financeiro no montante de 46 mil euros, limitado à regra previsional definida no artigo 83.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, que aprova a Lei do Orçamento do Estado para 2017 (LOE2017). O Orçamento do Estado para 2017 definiu que a previsão de receitas das autarquias locais para o ano de 2018 resultante da venda de imóveis só pode ser considerada até ao limite da média aritmética simples das receitas arrecadadas nos últimos 36 meses que precedem o mês da elaboração do Orçamento Municipal. Neste sentido, o recurso às receitas extraordinárias previstas foram contempladas no estrito cumprimento desta regra, o que implica a existência de receita neste ano relativa à alienação de bens municipais promovida através de hasta pública, designadamente terrenos e edifícios municipais.



3.6 Transferências de capital

Os valores considerados em transferências de capital assentam nas verbas provenientes do Estado e originárias dos fundos comunitários, representam 15,7% da receita total. Verifica-se um aumento da verba do FEF da componente capital na LÖE 2018, cifrando-se o valor em 1.154 mil euros (5,1%). No que concerne à receita proveniente dos valores comparticipados referentes ao FEDER prevê-se que haja arrecadação de verbas materialmente relevantes de 2,9 milhões de euros, tendo em conta o início da execução de projetos comparticipados ao abrigo do novo ciclo de Fundos Comunitários Portugal 2020. Relembra-se que estas verbas são as que constituem o único meio de alavancagem financeira para permitir a realização de investimentos de elevados montantes no âmbito de protocolos firmados ou candidaturas aprovadas. As Grandes Opções do Plano para o ano 2018 identificam os projetos com comparticipação nacional e comunitária no Portugal 2020. Pela sua importância estratégica e financiamento envolvidos destacamos as operações previstas no Plano de Ação de Regeneração Urbana da cidade do Marco de Canaveses (PARU), no Plano de Ação para a Mobilidade Urbana e Sustentável (PAMUS) e no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Assim, o novo quadro comunitário “Portugal 2020” constitui o novo instrumento da estratégia do Município assente na modernização e requalificação das infraestruturas básicas e numa nova lógica de estímulo à economia e às empresas, através de uma aposta clara nas pessoas e na criação de emprego. Um dos desafios do Município, face à sua limitada capacidade orçamental para realizar novos investimentos, será conseguir obter comparticipações de investimentos em algumas infraestruturas essenciais ao seu desenvolvimento sustentado.

3.7 Ativos Financeiros

A ausência de valores no agregado económico ativos financeiros indica que o Município não pretende alienar quaisquer ações detidas em entidades societárias na presente data.



3.8 Outras Receitas

Importa referir que uma das componentes do agregado da receita municipal, os passivos financeiros, não apresenta nenhum valor de abertura de rubrica.

Refira-se que o Executivo efetuou uma operação de substituição de dívida em 2017, traduzida na contração de dois empréstimos de médio/longo prazo no montante global de cerca de 23,5 milhões de euros para 20 anos e que permitiram a liquidação completa do contrato de reequilíbrio financeiro vigente ao abrigo do artigo 81.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro, que aprova a Lei do Orçamento de Estado para 2017.

No que concerne a rubrica Reposições Não Abatidas Nos Pagamentos, esta não foi dotada, neste ano económico, uma vez que não existe nenhuma entrada de receita prevista de valores respeitantes a pagamentos de exercícios anteriores a favor do Município.



III – PREVISÃO DAS DESPESAS

1. Visão global das despesas

A despesa municipal para 2018, repartida por despesa corrente e despesa de capital, e constituída por diversos agrupamentos económicos, prevê-se que ascenda a 26.938 mil euros, a que corresponde uma ligeira diminuição de (-0,9%) face ao ano transato.

Q.6 - Evolução da despesa prevista

Designação da Rubrica	(Un.: euro)					
	Anos				Variação	
	2017		2018			
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Despesas Correntes	14.917.958	54,9%	14.996.653	55,7%	78.695	0,5%
Pessoal	7.545.104	27,8%	7.509.002	27,9%	-36.102	-0,5%
Aquisição de bens e serviços	5.169.540	19,0%	5.287.117	19,6%	117.577	2,3%
Juros e outros encargos	332.819	1,2%	285.000	1,1%	-47.819	-14,4%
Transferências correntes	1.621.495	6,0%	1.690.334	6,3%	68.839	4,2%
Subsídios	1.000	0,0%	200	0,0%	-800	-80,0%
Outras despesas correntes	248.000	0,9%	225.000	0,8%	-23.000	-9,3%
Despesas de Capital	12.258.312	45,1%	11.941.669	44,3%	-316.643	-2,6%
Aquisição de bens de capital	8.107.069	29,8%	9.839.399	36,5%	1.732.330	21,4%
Transferências de capital	942.000	3,5%	748.146	2,8%	-193.854	-20,6%
Activos financeiros	177.124	0,7%	177.124	0,7%	0	0,0%
Passivos financeiros	3.031.119	11,2%	1.176.000	4,4%	-1.855.119	-61,2%
Outras despesas de capital	1.000	0,0%	1.000	0,0%	0	0,0%
Total	27.176.270	100,0%	26.938.322	100,0%	-237.948	-0,9%

Conforme se extrai da leitura do quadro anterior, a comparação com os valores orçamentados do exercício de 2017, permite constatar uma variação mínima positiva das Despesas Correntes (0,5%), e uma redução das Despesas de Capital (-2,6%), justificado pela diminuição dos encargos da dívida do município do Marco de Canaveses (-61,2%).

2. Despesas correntes

As despesas correntes mantêm uma estrutura idêntica à prevista para 2017, salientando-se as despesas com pessoal e as despesas com a aquisição de bens e serviços, que representam, em conjunto, 47,5% do total das mesmas.



As despesas correntes incluem as despesas com o pessoal, a aquisição de bens e serviços, as transferências correntes, os subsídios, os juros e outros encargos e outras despesas correntes.

Recorda-se que a existência de um superavit corrente entre a receita corrente e a despesa corrente não resulta apenas do excesso das receitas correntes sobre as despesas da mesma natureza, mas é justificado com o deferimento de despesa corrente e que será dotada com a entrada do saldo da Gerência anterior em 2018, estimado em cerca de 8 milhões de euros.

Esta metodologia permite, por um lado, o cumprimento da regra do Equilíbrio Orçamental nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, em que prevê que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. Por outro lado, possibilita também a existência de dotação necessária para a realização dos investimentos, que iniciaram os procedimentos concursais em 2017 e de outros que serão objeto de candidaturas no âmbito do Portugal 2020. Assim, se compreende que este superavit corrente financie em idêntico valor as despesas de capital.

2.1 Despesas com pessoal

As Despesas com o Pessoal assumem-se, como é inevitável, como uma das maiores parcelas do orçamento municipal, no montante de 7.509 mil euros, e representa 27,9% do total da despesa, verificando-se uma ligeira diminuição previsional da ordem dos 36 mil euros (-0,5%). Esta diminuição justifica-se pela redução do número de trabalhadores ocorrida durante o ano em curso (um Técnico Superior, um Assistente Técnico, um Polícia Municipal e dois Assistentes Operacionais), e pela diminuição do número de trabalhadores a recrutar. A este nível, está previsto para 2018 o recrutamento dos técnicos necessários para a organização de serviços internos de segurança e saúde no trabalho (decorrente da legislação vigente e da consulta efetuada às entidades competentes neste domínio) o que inclui o recrutamento de um Técnico Superior (Medicina no Trabalho) e um Técnico Superior (Enfermagem), ambos em regime de tempo parcial, e de um Assistente Técnico (Segurança no Trabalho). Estes recrutamentos encontravam-se já previstos nos documentos previsionais para 2017, não tendo sido desencadeados os respetivos procedimentos concursais, uma vez que a execução orçamental do referido ano, ainda em curso, não permitia dar garantias de se conseguir o cumprimento da regra de não aumento



das despesas com pessoal verificada em 31 de dezembro de 2016, corrigida da reversão das reduções remuneratórias, prevista no artigo 48º da Lei nº 42/2016, de 28 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para 2017. Encontra-se igualmente previsto o recrutamento de Técnicos Superiores (Desporto), até um máximo de 28 técnicos, para assegurar a lecionação das Atividades de Enriquecimento Curricular no ano letivo 2018/2019, à semelhança do procedimento seguido em anos anteriores.

Q.7 – Despesas com pessoal por natureza económica

(Un.: euro)

Designação	Anos				Variação	
	2017		2018			
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Remunerações Certas e Permanentes	5.595.000	74,2%	5.514.000	73,4%	-81.000	-1,4%
Abonos Variáveis ou eventuais	220.104	2,9%	159.502	2,1%	-60.602	-27,5%
Segurança Social	1.730.000	22,9%	1.835.500	24,4%	105.500	6,1%
Encargos com a saúde	305.000	4,0%	400.000	5,3%	95.000	31,1%
Subsídio Familiar a Crianças e Jovens	60.000	0,8%	60.000	0,8%	0	0,0%
Outras Prestações Familiares	10.000	0,1%	10.000	0,1%	0	0,0%
Contribuições para a Segurança Social	1.170.000	15,5%	1.180.000	15,7%	10.000	0,9%
Assist. na doença a funcionários públicos	10.000	0,1%	10.000	0,1%	0	0,0%
Caixa Geral Aposentações	940.000	12,5%	950.000	12,7%	10.000	1,1%
Segurança social - Regime geral	220.000	2,9%	220.000	2,9%	0	0,0%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	20.000	0,3%	20.000	0,3%	0	0,0%
Outras Pensões	30.000	0,4%	30.000	0,4%	0	0,0%
Seguros	135.000	1,8%	135.500	1,8%	500	0,4%
TOTAL	7.545.104	100,0%	7.509.002	100,0%	-36.102	-0,5%

Uma análise dos valores por subagrupamento permite, pelos motivos explanados, confirmar a redução das despesas com pessoal que ocorre nas remunerações certas e permanentes, essencialmente nas subrubricas de recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho, e de pessoal em regime de tarefa e avença. Verifica-se também uma diminuição nos abonos variáveis ou eventuais, decorrente de uma menor estimativa de despesa na subrubrica indemnizações por cessação de funções, uma vez que não existem pedidos de rescisão por mútuo acordo que possam aumentar a despesa nesta rubrica, estimando-se que o valor existente seja suficiente para fazer face à despesa decorrente da cessação de funções por caducidade de contrato.

Contrariamente, temos um aumento de despesa no subagrupamento Segurança Social, na rubrica de encargos com saúde, uma vez que a previsão efetuada para o ano de 2017 mostrou-se insuficiente,



tendo havido necessidade de reforço desta rubrica ao longo do ano, e, embora tratando-se de uma despesa variável e imprevisível, não se estima que esta tendência venha a inverter-se.

Contribui igualmente para mitigar a diminuição global das despesas com pessoal, o aumento decorrente das valorizações remuneratórias previstas na proposta do Orçamento de Estado para 2018 (PL 401/2017, de 2017.10.12, artº 19º), disponível no site da Direção-Geral do Orçamento, respeitantes a alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões ou mudanças de nível ou escalão e promoções. Provê-se que o pagamento dos referidos acréscimos remuneratórios venha a ocorrer de forma faseada, estimando-se ter um impacto no ano de 2018 de cerca de 75.000€.

A despesa com a Segurança Social, que no seu conjunto engloba as contribuições para as diversas entidades de segurança social para além dos encargos com a saúde, seguros e subsídios e prestações familiares, representa 24,4% das despesas com pessoal.

Em termos absolutos destacam-se as contribuições para a Segurança Social dos funcionários públicos: CGA e Segurança Social-Regime Geral, e os encargos com a saúde, nos montantes de 950; 220 e 400 mil euros, respetivamente.

A previsão das despesas com o pessoal foi efetuada, tendo em atenção o disposto na alínea e) do n.º 3.3 – Regras Previsionais do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro.

2.2 Despesas com aquisição de bens e serviços

A implementação da nova Norma de Controlo Interno do Município do Marco de Canaveses, em vigor desde fevereiro de 2016, permite a salvaguarda da legalidade e regularidade dos procedimentos, bem como o incremento da eficácia e eficiência das operações definidas no âmbito da gestão municipal, associados à centralização e operacionalização da contratação pública e da gestão de armazém; todos permitem um maior controlo e monitorização da despesa e consequentemente um maior grau de execução. Os mecanismos adotados ao nível da centralização das aquisições e controlo da despesa efetuada pelo setor de Aprovisionamento e Compras articulado com a gestão de stocks, a adoção da plataforma das compras eletrónicas para procedimentos concursais superiores ao ajuste direto simplificado, a otimização e rentabilização dos recursos através das sinergias desenvolvidas pelas



direções municipais e o próprio Executivo, continuam a ser os instrumentos fundamentais à prossecução do controlo e otimização da Despesa.

O agregado económico de **aquisição de bens e serviços** evidencia um ligeiro aumento de dotação orçamental (2,3%), que resulta, grosso modo, dos compromissos assumidos pelo Município do Marco de Canaveses, com a execução de projetos comparticipados por fundos comunitários (e.g. aquisição de trabalhos especializados). Por outro lado, a existência de um superavit corrente no valor de cerca de 7,6 milhões de euros, decorre do diferimento de uma parte da despesa corrente, que será colmatada logo após a entrada do Saldo da Gerência anterior de 2017, estimado em cerca de 8 milhões de euros.

Esta metodologia permite, por um lado, o cumprimento da regra do Equilíbrio Orçamental nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, em que prevê que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos. Por outro lado, possibilita também a existência de dotação necessária para a realização de novos investimentos, cujos procedimentos concursais, ou execução das obras, iniciaram em 2017, nomeadamente na área de Educação ao nível da ampliação e requalificação de Escola EB2,3 do Marco de Canaveses (**526 mil euros**), Saneamento e Abastecimento de Água (**1.794 mil euros**), na Habitação Social, na Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza (**142 mil euros**) e Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares (**500 mil euros**). Acresce, ainda, os investimentos com o Plano de Ação de Regeneração Urbana (**3.817 mil euros**), o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Município do Marco de Canaveses (**396 mil euros**) e a Requalificação da Zona Empresarial do Marco de Canaveses (**41 mil euros**), uma parte abrangida por candidaturas no âmbito do Portugal 2020 e outra, a maior parte, mediante a utilização de recursos financeiros próprios da autarquia. Assim, se compreende que este superavit corrente financie em idêntico valor as despesas de capital.

O Município procura sempre limitar a aquisição de bens e serviços à necessidade de assegurar o normal desenvolvimento da atividade municipal, não obstante estar sujeito a aumentos de preços praticados ao nível de determinadas aquisições de bens e serviços e cujas variáveis exógenas não controla, como é o caso dos encargos das instalações e equipamentos, designadamente ao nível do custo da eletricidade e dos combustíveis. A atualização do valor da retribuição mínima mensal garantida irá previsivelmente refletir-se no custo da mão-de-obra e por conseguinte na atualização dos preços dos bens e serviços.



Algumas rubricas deste agrupamento de despesas decrescem face ao ano anterior, destacando-se os **combustíveis e lubrificantes** (-62%), tendo em conta a baixa dos preços praticados nos últimos meses para o seu fornecimento no mercado nacional, pela racionalização da sua utilização e a futura adesão do município ao Acordo Quadro para o fornecimento de combustíveis, promovido no âmbito da Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa. A despesa com **aquisição de bens - outros bens** diminui, prevendo-se um decréscimo de (-22,1%), por exemplo ao nível dos bens e materiais para obras por administração direta, tendo em consideração a redefinição de prioridades na conservação de equipamentos municipais. No que concerne à rubrica **Material de Educação, Cultura e Recreio**, os montantes mantêm-se, tendo em conta os investimentos já realizados nesta área. Regista-se o aumento no valor de cerca de 27 mil euros em despesas relacionadas com **prestações de serviços** referentes a **assistência técnica**, justificado em parte pela necessidade de se assegurar a assistência técnica aos bens municipais no âmbito dos contratos de manutenção. E, ainda, um aumento no valor de 397 mil euros em despesas relacionadas com os **estudos, projetos, pareceres e consultadoria**, necessárias no âmbito da atividade municipal, designadamente, para a execução dos projetos participados ao abrigo dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento do Portugal 2020 (por exemplo o Plano de Ação de Regeneração Urbana do Município do Marco de Canaveses, refletindo os compromissos assumidos ao longo do ano de 2017, excluídos dos limites previstos nos n.º(s) 2 e 5 do artigo 49.º da Lei do Orçamento de Estado.

No que se refere à classificação económica **limpeza e higiene** verificam-se atualizações anuais do preço praticado, pelo que a última foi no ano de 2016 e cifrou-se em 2,03% na prestação de serviço referente à recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos.

As medidas de diminuição de dotação previsível foram estrategicamente definidas de forma a não prejudicar o nível do desempenho do Município nas competências essenciais inerentes ao normal desenvolvimento da atividade autárquica.

Salienta-se a existência de contratos para assegurar serviços essenciais, com elevado peso em termos orçamentais, dos quais se destacam os encargos com as instalações, as prestações de serviços na área dos Resíduos Sólidos e Urbanos, as prestações de serviços ao nível do desenvolvimento da atividade municipal para as áreas Social, da Cultura, Educação e Desporto e Outros só possível numa perspetiva plurianual. Estes compromissos estão assumidos através da cativação do Saldo da Gerência anterior, no



montante previsível de 8 milhões de euros, permitindo ao Executivo Municipal lançar, em janeiro de 2018, os procedimentos concursais das obras comparticipadas pelos Fundos Comunitários, alavancados por uma comparticipação comunitária no montante estimado de 2,9 milhões de euros.

À semelhança dos anos anteriores a poupança financeira conseguida é fundamental para permitir a execução de empreitadas e investimentos com autofinanciamento autárquico e possibilitar concomitantemente a realização dos projetos estratégicos do Concelho determinados no âmbito da definição prévia dos Investimentos Territoriais Integrados através da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, submetendo-os através de candidaturas ao novo quadro comunitário “Portugal 2020”.

2.3 Encargos correntes da dívida

Os mercados financeiros mantêm as previsões de retoma numa perspetiva de médio prazo o que tem possibilitado a estabilização da despesa corrente com os juros e outros encargos para níveis históricos, pelo que se prevê a manutenção no próximo ano de 2018 desse impacto positivo na despesa corrente da Autarquia. A contração de empréstimo de médio/longo prazo para a realização de operações de substituição de dívida, nos termos do art.º 81.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, Lei do Orçamento do Estado de 2017, permitirá reduzir significativamente os encargos correntes da dívida, sendo a previsão dos juros e encargos para 2018 no montante de 285 mil uros (-14,4%).

2.4 Transferências correntes

As Transferências Correntes registam um aumento de (4,2%), representando em termos absolutos um valor de cerca de 68 mil de euros, no âmbito da execução dos contratos interadministrativos de delegação de competências nas Juntas de Freguesia, na área da Educação, Resíduos Sólidos Urbanos e contratos de execução nos domínios de intervenção definidos na lei. A sua dotação em 2018 será reforçada com a entrada do Saldo da Gerência anterior.

Assim sendo, prevê-se uma diminuição das transferências para as Freguesias justificado com alguns pagamentos desfasados, cifrando-se num total de verba transferida de cerca de 1,025 mil euros. Neste agrupamento figuram os valores previstos no âmbito do funcionamento do ensino pré-escolar, 1.º ciclo do ensino básico; da manutenção dos estabelecimentos escolares e espaços envolventes, da limpeza de



vias e espaços públicos, bem como da manutenção dos contratos interadministrativos para apoio em todas as Freguesias.

No que se refere às instituições sem fins lucrativos a dotação prevista cifra-se em cerca de 400 mil euros, o que revela a contínua aposta da autarquia em apoiar as coletividades do concelho.

Nas transferências para as Associações de Municípios estão previstas comparticipações de despesas correntes para as quotas anuais da Associação Municípios do Baixo Tâmega e eventual gestão de projetos. Para a Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa, encontra-se inscrita a comparticipação do Município o nível das quotas e de várias candidaturas, nomeadamente o Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM-Tâmega e Sousa - Portugal 2020.

3. Despesas de capital

3.1 Transferências de Capital

Face à atual conjuntura do país, prevê-se uma recuperação moderada e gradual da economia portuguesa, tendo o Município adequado a sua estratégia com a realidade económica e financeira, condicionada, nos anos anteriores, pela vigência do Contrato de Reequilíbrio Financeiro e pela contração do empréstimo adicional de 2,6 milhões de euros utilizados em 2014.

No âmbito da reavaliação do contrato interadministrativo de delegação de competências, no domínio dos investimentos municipais, verifica-se uma diminuição das transferências no montante de 193 mil. Os investimentos abrangidos pelo contrato interadministrativo passam agora a estar contemplados no Plano de Investimentos do Município do Marco de Canaveses.

Mantém-se a vontade do Executivo Municipal em continuar a apoiar os investimentos de todas as Juntas de Freguesia e das entidades sem fins lucrativos, pese embora esta vontade esteja sempre limitada e condicionada, por um lado, à evolução do serviço da dívida, indexada à taxa de juro de referência Euribor; e, por outro lado, às variações dos montantes de transferências provenientes do Estado definidos em Orçamento Geral do Estado. Saliente-se o aumento das transferências de capital previstas para as instituições sem fins lucrativos com cerca de 140 mil euros (+54,6%).



3.2 Estrutura do Investimento

Em 2018, o Investimento direto definido no Plano Plurianual de Investimentos, estima-se que ascenda aos **9,8 milhões euros**, ou seja mais (+21,4%) que o orçamentado em 2017, justificado pela execução de empreitadas com recurso a autofinanciamento autárquico e de participações comunitárias definidas para o Município do Marco de Canaveses no âmbito do quadro comunitário Portugal 2020.

Saliente-se que o Município só consegue potenciar novos investimentos estratégicos com recurso a autofinanciamento, fruto da poupança financeira alcançada nestes últimos anos. Esta poupança é conseguida pelo “efeito combinado” do aumento da Receita, nomeadamente dos Impostos diretos e Fundos Comunitários e pela diminuição da Despesa, designadamente a redução dos encargos anuais.

Importa referir que a existência da assunção de compromissos resultantes de acordos de processos judiciais com terceiros (designadamente entre a Câmara Municipal, a empresa M2S, Construções Lda. e a Triagem – Sociedade Imobiliária, Limitada); de protocolos de cedências e de acordos no âmbito do PDM entre a Câmara Municipal e terceiros deverão ser acomodados em matéria de despesa com carácter plurianual.

Assim, para concretizar os novos investimentos será fundamental a aposta nas candidaturas comunitárias de forma a permitir a alavancagem necessária para a execução dos projetos estratégicos do Concelho determinados no âmbito da definição dos Investimentos Territoriais Integrados através da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

O grau de execução do volume de investimentos a realizar resulta da capacidade de alavancagem financeira proporcionada pela aprovação dos novos fundos comunitários para 2014-2020. Assim, considera-se prioritária a realização de investimentos estruturais para o concelho do Marco de Canaveses na área da Educação ao nível da ampliação e requalificação de Escola EB2,3 do Marco de Canaveses (**526 mil euros**), Saneamento e Abastecimento de Água (**1.794 mil euros**), na Habitação Social, na Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza (**142 mil euros**), no Desporto, Recreio e Lazer (**1.512 mil euros**) e Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares (**500 mil euros**). Acresce, ainda, os investimentos com o Plano de Ação de Regeneração Urbana (**3.817 mil euros**), o Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável do Município do Marco de Canaveses (**396 mil euros**) e a Requalificação da Zona Empresarial do Marco de Canaveses (**41 mil euros**).



A execução destas empreitadas em carteira, cujos projetos são objeto de candidaturas a financiamentos comunitários no âmbito do novo quadro comunitário de apoio "Portugal 2020", assenta na atual capacidade financeira da autarquia.

Assim sendo, apesar do Município do Marco de Canaveses ter beneficiado das vantagens das operações de substituição de dívida (artigo 81.º da LOE 2017), com a redução dos encargos do serviço da dívida, e da concomitante cessação das obrigações do Plano de Reequilíbrio Financeiro, a quebra das receitas correntes (Imposto Municipal sobre Imóveis, Derrama e parte do IRS), proveniente da opção gestor em diminuir a carga fiscal dos particulares e empresas do concelho, impõe limitações nas despesas de investimento.

Estes condicionalismos, juntamente com as limitações gerais impostas às autarquias, nomeadamente, através das medidas de controlo mensal orçamental da despesa com a aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) na sua redação atual, condicionam a assunção de novos compromissos à existência de Fundos disponíveis municipais. Acresce ainda a necessidade de garantir o cumprimento da regra do Equilíbrio Orçamental nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

4. Serviço da Dívida

A atual situação dos mercados financeiros mantém baixas as taxas de juro praticadas, sendo o **peso dos juros e outros encargos de 1,1% da despesa total em 2018.**

Importa lembrar que não pode ser ignorada a enorme dependência do serviço da dívida de fatores exógenos ao controlo do Município, designadamente eventuais subidas das taxas de juro de referência.

O peso do serviço da dívida **representa, atualmente, 5,5% da despesa total.** Este agregado económico é, também pela sua natureza, uma despesa orçamental que importa analisar, e em relação à qual se estima um montante elevado ao nível da amortização dos empréstimos das operações de substituição da dívida, em termos absolutos, cerca de 1.176 mil euros.

Os encargos globais do serviço da dívida previstos totalizam **1.451 mil euros**, e decorrem, na sua globalidade, para o limite de capacidade de endividamento do Município. O Mapa de Empréstimos do



ponto IV – Anexos (4 - Empréstimos – Previsão de Encargos 2018), permite visualizar a informação dos encargos discriminados por instituição de crédito.

5. Classificação Funcional das Despesas Autárquicas

A totalidade da despesa, definida e não definida, são distribuídas por funções e subfunções de acordo com os objetivos finais a realizar pela Autarquia, conforme se apresenta no quadro 8. A metodologia adotada para a distribuição da despesa pelas diferentes funções segue de perto as atividades desenvolvidas pelas respetivas direções de serviço, procedendo-se à imputação direta dos respetivos encargos.

Estando a maior parte das atribuições e competências das autarquias centradas nas Funções Sociais do Estado, é esta, a função que maior parcela absorverá do orçamento municipal (representando 76,3% do orçamento global). Destacam-se as subfunções: Transportes Rodoviários (6,8%); Administração Geral (11,2%); Ensino Não Superior (4,7%); Serviços Auxiliares de Ensino (8,6%); Saneamento (5%); Abastecimento de Água (6,3%); Desporto, Recreio e Lazer (13,3%) e Transferências entre Administrações (3,8%) cujos montantes previsto ascendem a 1.086 mil euros, 1.797 mil euros, 748 mil euros, 1.371 mil euros, 792 mil euros, 1.000 mil euros, 2.125 mil euros e 602 mil euros, respetivamente. As Funções Gerais mantêm, em 2018, um peso elevado no total orçamentado (11,8%).

Em suma, relativamente à Função Social, verifica-se que sobressaem as subfunções: Habitação e Serviços Coletivos com o peso de 45,2% no Orçamento global, que absorverá 7.220 mil euros do orçamento total, sobressaindo, a subfunção Ordenamento do Território (25,8%), respeitante ao PARU; as subfunções Saneamento e Abastecimento de Água (11,2% do orçamento global), a subfunção Resíduos Sólidos (5,9% do orçamento global) e a subfunção Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza (2,1% do orçamento global).

Assim, por ordem decrescente do peso no orçamento global, a Habitação e Serviços Coletivos (45,2%); os Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos (16,5%); a Educação (13,3%); Serviços Gerais de Administração Pública (6,8%); e Transportes e Comunicações (6,8%). A subfunção Ordenamento do Território apresenta-se como aglutinadora de 25,8% do orçamento global, aparecendo como a finalidade privilegiada nas atividades delineadas pela Autarquia no montante de 4.125 mil euros.



Q.8 - Grandes Opções do Plano/Áreas de Intervenção

(Un.: euro)

ORÇAMENTO 2018 Função / Subfunções	Grandes Opções do Plano		Total	%
	Definido	Não Definido		
1 Funções Gerais	1.882.934	0	1.882.934	11,8%
1.1.0 Serviços Gerais de Adminis. Pública	1.797.434	0	1.797.434	11,2%
1.1.1 Administração geral	1.797.434		1.797.434	11,2%
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	85.500	0	85.500	0,5%
1.2.0 Segurança e Ordem Públicas	-		-	
1.2.1 Proteção civil e luta contra incêndios	85.500			
2 Funções sociais	12.201.798	0	12.201.798	76,3%
2.1.0 Educação	2.120.378	0	2.120.378	13,3%
2.1.1 Ensino não superior	748.544		748.544	4,7%
2.1.2 Serviços auxiliares de ensino	1.371.834		1.371.834	8,6%
2.2.0 Saúde				
2.2.1 Serviços individuais de saúde				
2.3.0 Segurança e Ações Sociais	219.900	0	219.900	1,4%
2.3.1 Segurança social				
2.3.2 Acção social	219.900		219.900	1,4%
2.4.0 Habitação e Serviços Coletivos	7.220.367	0	7.220.367	45,2%
2.4.1 Habitação	30.400			
2.4.2 Ordenamento do território	4.125.424		4.125.424	25,8%
2.4.3 Saneamento	792.100		792.100	5,0%
2.4.4 Abastecimento de água	1.001.900	0	1.001.900	6,3%
2.4.5 Resíduos sólidos	941.800		941.800	5,9%
2.4.6 Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	328.743		328.743	2,1%
2.5.0 Serv. Culturais, Recreat. e Religiosos	2.641.153	0	2.641.153	16,5%
2.5.1 Cultura	395.111		395.111	2,5%
2.5.2 Desporto, recreio e lazer	2.125.517		2.125.517	13,3%
2.5.3 Outras atividades cívicas e religiosas	120.525		120.525	0,8%
3 Funções Económicas	1.297.234	0	1.297.234	8,1%
3.1.0 Agricultura, Pecuária, Silv., Caça e Pesca	-	0	-	
3.2.0 Indústria e energia	90.589	0	90.589	0,6%
3.3.0 Transportes e Comunicações	1.086.545	0	1.086.545	6,8%
3.3.1 Transportes rodoviários	1.086.545		1.086.545	6,8%
3.4.0 Comércio e Turismo	120.100	0	120.100	0,8%
3.4.1 Mercados e Feiras e Turismo	-		-	
3.4.2 Turismo	120.100		120.100	0,8%
3.5.0 Outras funções económicas				
4 Outras Funções	602.124	0	602.124	3,8%
4.1.0 Operações da dívida autárquica	-		-	
4.2.0 Transf.entre administrações	602.124		602.124	3,8%
4.3.0 Diversas não especificadas	-		-	
Total	15.984.090	0	15.984.090	100,0%



6. Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos (P.P.I.), da autarquia, inclui, num horizonte móvel de quatro anos, todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos estratégicos e operacionais estabelecidos para o plano de médio e longo prazo, explicitando a respetiva previsão da despesa. O P.P.I. contém, por isso, devidamente discriminados os projetos e ações que apliquem despesas orçamentais a realizar por investimentos, coincidindo, assim, o seu total definido com o total da rubrica 07 – aquisições de bens de capital.

O Plano Plurianual de Investimentos, obedece aos documentos normalizados e integrados no POCAL, nomeadamente o quadro apresentado no ponto 7.1 do respetivo Decreto-Lei por: grupos económicos; áreas de atuação (objetivo, programa, projetos e ações) e ainda discriminar a forma de realização das ações (empreitadas, fornecimentos ou outros), datas de início e fim, montantes previstos para o ano e anos seguintes, bem como as respetivas fontes de financiamento.

O mapa (Plano Plurianual de Investimentos), em anexo, descreve por Objetivos do Plano, os montantes anuais previstos para o investimento a executar apenas pelos serviços da Autarquia distinguindo-se, em 2018, os valores com financiamento definido e os valores com financiamento não definido.

A análise pormenorizada do Plano Plurianual de Investimentos permitirá identificar a ação, a sua finalidade, a entidade responsável pela sua execução, a dotação atribuída e a sua extensão temporal.

7. Grandes Opções do Plano

O mapa (Grandes Opções do Plano), em anexo, mostra as Grandes Opções do Plano discriminadas por objetivos, programas, projetos e ações, explicitando a respetiva previsão de despesas a realizar tanto por investimentos como por outras rubricas económicas do Orçamento.

Estes documentos estruturantes consubstanciam uma estratégia de desenvolvimento para o concelho do Marco de Canaveses. Esta estratégia visa dar um rumo ao seu desenvolvimento e modernização, apostando, na Educação, na Administração Geral, no Ambiente, no Saneamento, no Abastecimento de Água, na Cultura, na Tecnologia e Inovação, no Conhecimento e num amplo conjunto de Políticas Sociais.



As Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2018, embora marque o início efetivo de um novo Quadro Comunitário de Apoio, define a continuidade de projetos, com destaque para projetos estratégicos do Concelho com a elaboração do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial, recorrendo ao instrumento regulamentar dos Investimentos Territoriais Integrados através da Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa.

Foram definidas candidaturas pelo Município no âmbito do Portugal 2020, em áreas tão diversas como na área de Educação ao nível da ampliação e requalificação de Escolas do Ensino Básico 1, destacando-se a **Ampliação/Requalificação da EB1 Feira Nova – Ariz**; **Ampliação/Requalificação da EB1 S. Sebastião – Penha Longa**, **Ampliação/Requalificação da EB1 Cruzeiro – Alpendorada**; **Ampliação/Requalificação da EB1 Esperança Várzea Aliviada**; **Ampliação/Requalificação da EB1 Lordelo – Vila Boa de Quires**; **Requalificação da Escola Básica de Eiró – Soalhães** e a **Requalificação e Modernização das Instalações EB 2,3 do Marco – Acordo de Colaboração com o Ministério da Educação**; Destaca-se ainda o **Plano de Ação de Regeneração Urbana**, que contempla a Reabilitação Integral de vários Edifícios em Áreas Prioritárias de Intervenção designadamente a construção do **Centro Cultural do Marco**; No **Saneamento** prevê-se a construção de Estações Elevatórias (AR) na área do Município, **Rede do Freixo**, **Construção da ETAR do Torrão**; **Estações Elevatórias de Águas Residuais (Magrelos e outras)**; ao nível do Abastecimento de Água, verifica-se a **Construção de Conduta Elevatória (AA) ETA – Maria Gil**; na Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza o **Centro de Bem Estar Animal do Marco de Canaveses** e o **Parque de Estacionamento do Cemitério Municipal do Marco de Canaveses**, **Reabilitação da fachada do Complexo Desportivo em Alpendorada** e **Viadutos, Arruamentos e Obras Complementares**. Acresce ainda investimentos como o **Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável** do Município do Marco de Canaveses, onde se destacam as **Redes de percursos pedonais do Centro Urbano do Marco de Canaveses, de Alpendorada, dos agregados urbanos e das zonas envolventes às escolas**; Na Indústria e Energia, salienta-se a **Iluminação Pública LED na Cidade do Marco de Canaveses** e na rede da Vila de Alpendora e no Turismo a **Pousada do Marco de Canaveses**.

O novo quadro de apoio para 2014-2020 designado “Portugal 2020” será um instrumento fundamental para a realização deste conjunto significativo de candidaturas pretendidas pelo Município tais como a continuação da ampliação da rede de Saneamento básico, do Abastecimento de Água ao Concelho, da



implementação de sistemas de informação, a beneficiação da rede viária do concelho, a Eficiência Energética da Iluminação Pública, Requalificação do Parque Escolar no âmbito da Carta Educativa, entre outros.

O Município deve continuar a assumir o papel de agente dinamizador para combater a estagnação económica e crise social que se vive em Portugal, promovendo a atividade, sobretudo no sector industrial e na construção civil. É perceptível o impacto no Orçamento para 2018, que se traduz na **tendência de recuperação da arrecadação de receita própria da Autarquia**, na limitação da Despesa através das medidas mensais de controlo orçamental da despesa com a aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro - Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso (LCPA) e no cumprimento da regra do Equilíbrio Orçamental nos termos do artigo 40.º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro.

No entanto, a Autarquia Local deve apostar numa estratégia de maximização dos recursos escassos para assegurar a atividade municipal e potenciar, dentro dos condicionalismos existentes, a otimização do bem-estar social dos cidadãos. Para isso, os fundos de "Portugal 2020" devem ser aproveitadas numa nova lógica preconizada de estímulo à economia e fomentar a competitividade e a internacionalização; valorizar o capital humano através da Educação e da Formação, combater o Desemprego e potenciar o Património Cultural como ativo económico de sustentabilidade territorial em parceria com as Freguesias, Associações / Coletividades.

Nas Grandes opções do Plano, são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico da Autarquia e incluem o Plano Plurianual de Investimentos e as Atividades Mais Relevantes da gestão autárquica, absorvendo não só despesas de capital como despesas correntes.

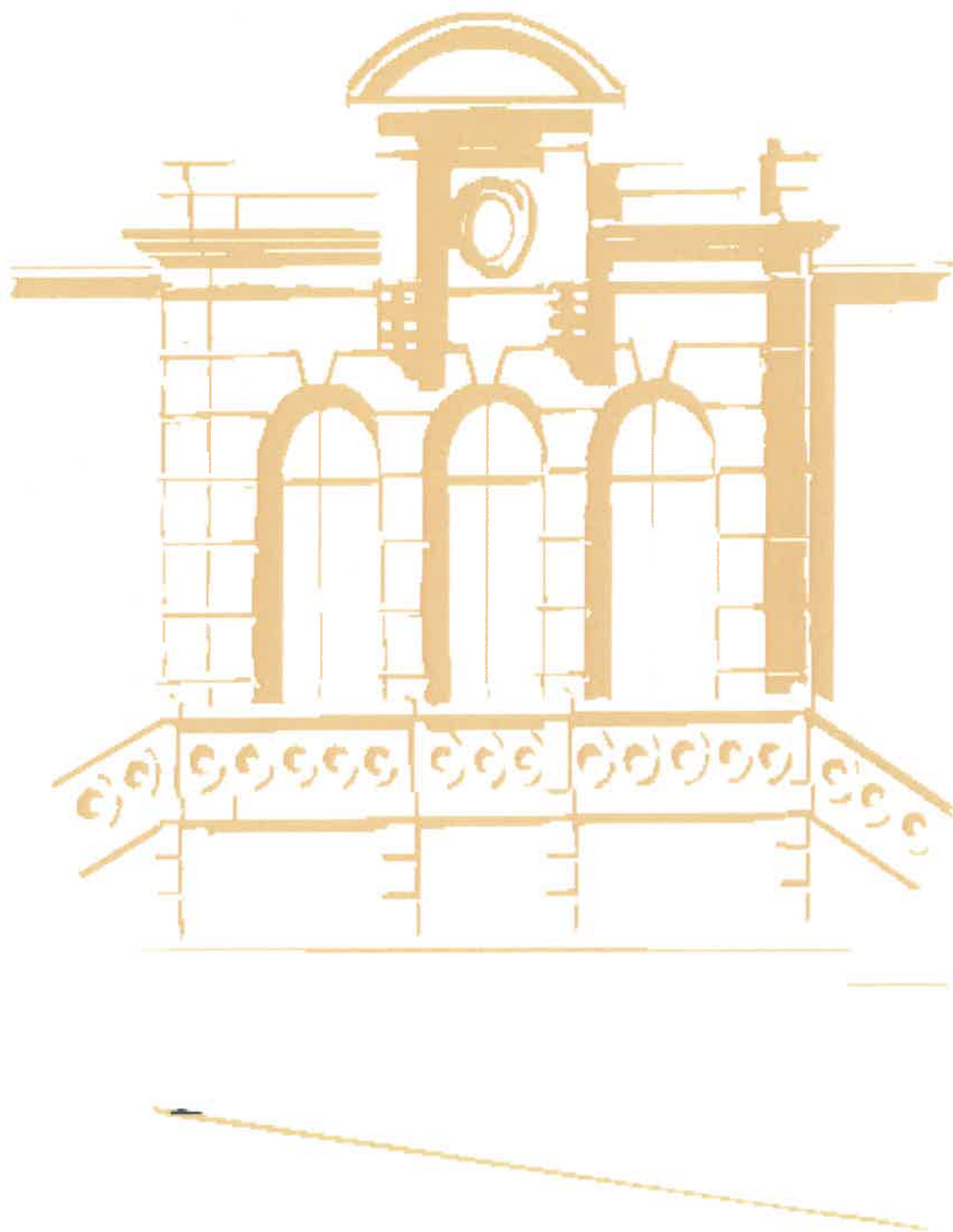
O valor global definido das Grandes Opções do Plano, apresentado para 2018, é de 15.984 mil euros dos quais 9.839 mil euros se referem ao Plano Plurianual de Investimentos e 6.144 mil euros se referem ao conjunto de ações identificadas como Ações Relevantes.

Por fim, importa esclarecer que são apresentadas as linhas estratégicas do Órgão Executivo num plano bastante ambicioso a quatro anos, que totaliza investimentos na ordem dos 128 milhões de euros, a serem contemplados, no âmbito da aplicação da política comunitária de coesão económica e social deste novo quadro comunitário de apoio para Portugal.

IV- Anexos

- 1- Resumo do Orçamento para o Ano 2018
- 2- Orçamento da Receita
- 3- Orçamento da Despesa
- 4- Empréstimos (Previsão de Encargos 2018 e Execução 2017)
- 5- Plano Plurianual de Investimentos (Mapa)
- 6- Plano de Atividades Mais Relevantes (Mapa)
- 7- Grandes Opções do Plano (Mapa)
- 8- Mapa demonstrativo do Equilíbrio Orçamental
- 9- Mapa de Pessoal 2018
- 10- Propostas de Gestão das Despesas com Pessoal – 2018
- 11- Mapa das Responsabilidades Contingentes e Provisões
- 12- Mapa das Entidades Participadas pelo Município

1- Resumo do Orçamento para o Ano 2018



Município de Marco de Canaveses

RESUMO DO ORÇAMENTO PARA O ANO 2018

Receitas		Montante (€)	Despesas		Montante (€)
Correntes		22.591.651	Correntes		14.996.653
Capital		4.346.671	Capital		11.941.669
Total:		26.938.322	Total:		26.938.322
Serviços Municipalizados		0	Serviços Municipalizados		0
Total Geral:		26.938.322	Total Geral:		26.938.322

ORGÃO EXECUTIVO

Em 15 de Dezembro de 2017

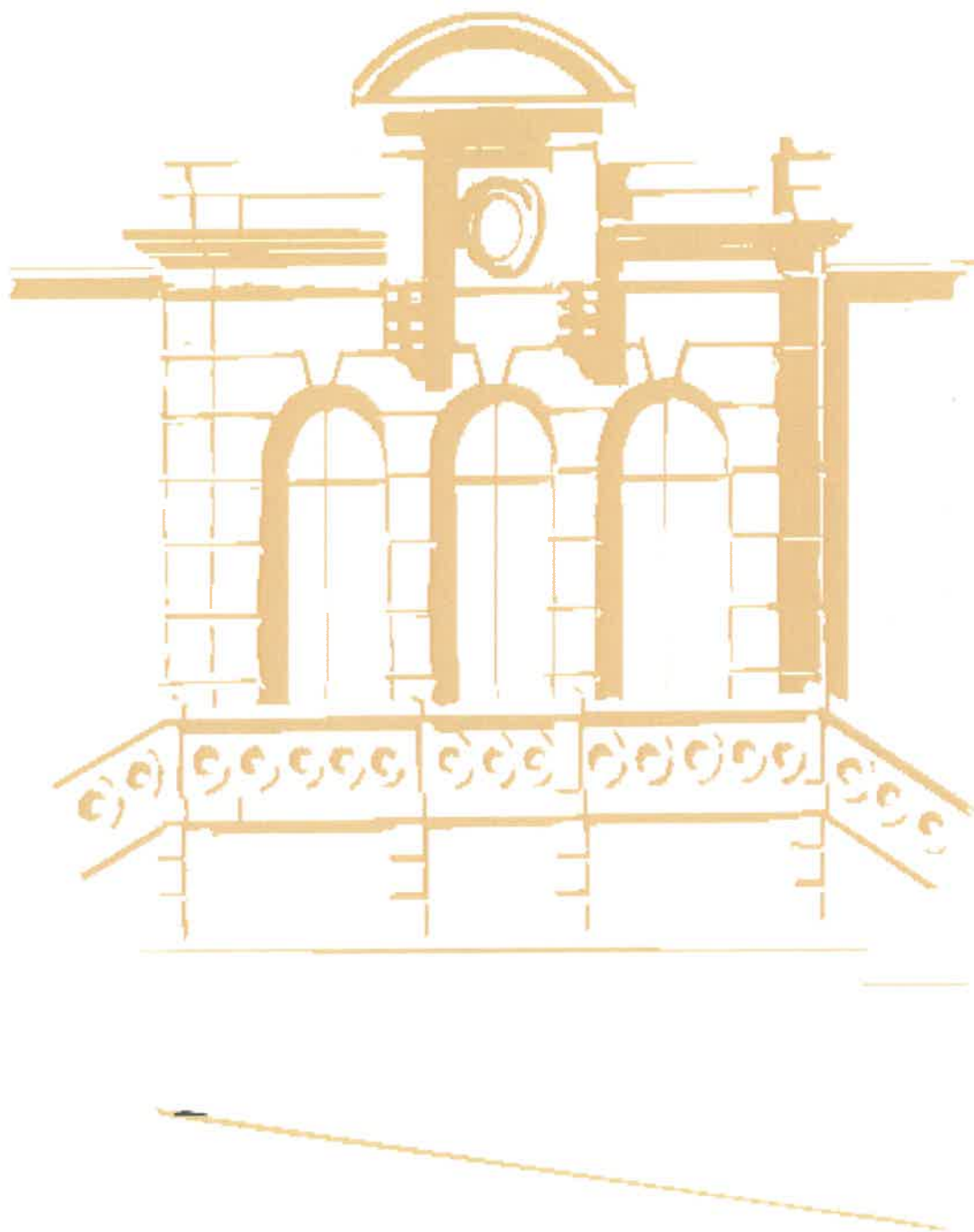
Carolina Uchôa

ORGÃO DELIBERATIVO

Em de de

João Carlos

2- Orçamento da Receita



Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Receita

Código	Designação	Montante
<small>Class. Económica</small>		<small>€</small>
01	Impostos directos	
0102	Outros	
010202	Imposto municipal sobre imóveis	3.118.044
010203	Imposto único de circulação	1.140.227
010204	Imposto municipal sobre transm. onerosas imóveis	890.884
010205	Derrama	344.637
010207	Impostos abolidos	
01020701	Contribuição autárquica	1.182
	Total do Capítulo Económico 01:	5.494.974
02	Impostos indirectos	
0202	Outros	
020206	Impostos indirectos específicos das autarq.loais	
02020602	Loteamentos e obras	
0202060201	Loteamentos	10
0202060202	Alvará de Loteamento	10
0202060203	Taxa de Urbanização	10
0202060204	Taxa de Cedência	10
0202060205	Licença de Obras	51.276
0202060206	Averbamento	117
0202060207	Vistorias	314
0202060209	Prorrogação	1.023
0202060210	Aditamento	284
0202060299	Outros	621
02020603	Ocupação da via pública	6.249
02020604	Canídeos	12
02020605	Publicidade	10
02020699	Outros	
0202069901	Taxa municipal de direitos de passagem	10.202
0202069902	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	695
0202069999	Outros	12.903
	Total do Capítulo Económico 02:	83.746
04	Taxas, multas e outras penalidades	
0401	Taxas	
040123	Taxas específicas das autarquias locais	
04012301	Mercados e feiras	6.930
04012302	Loteamentos e obras	
0401230201	Loteamentos	10

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Receita

Código	Designação	Montante
<small>Class. Económica</small>		<small>€</small>
0401230202	Alvará de Loteamento	4.098
0401230203	Taxa de Urbanização	614
0401230204	Taxa de Cedência	20.523
0401230205	Licença de Obras	121.597
0401230206	Averbamento	692
0401230207	Vistorias	501
0401230208	Prescrições	1.145
0401230209	Prorrogação	9.960
0401230210	Aditamento	1.427
0401230299	Outros	925
04012303	Ocupação da via pública	963
04012304	Canídeos	45
04012305	Caça, uso e porte de arma	5
04012399	Outras	
0401239901	Taxa de depósito da ficha técnica da habitação	165
0401239902	Taxa pela emissão do certificado de registo	10
0401239999	Outros	106.696
0402	Multas e outras penalidades	
040201	Juros de mora	79.746
040299	Multas e penalidades diversas	20.684
Total do Capítulo Económico 04:		376.736
05	Rendimentos da propriedade	
0502	Juros-Sociedades financeiras	
050201	Bancos e outras instituições financeiras	27.005
0507	Dividend.partic.lucros socied.quase-soc.nãofinanc.	
050799	Outras	25.977
0509	Participações nos lucros de administ. públicas	
050999	Outras	10
0510	Rendas	
051099	Outros	1.331.151
Total do Capítulo Económico 05:		1.384.143
06	Transferências correntes	
0603	Administração central	
060301	Estado	
06030101	Fundo de Equilíbrio Financeiro	10.383.154
06030102	Fundo Social Municipal	1.527.319
06030103	Participação variável no IRS	811.332

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Receita

Código	Designação	Montante
<small>Class. Económica</small>		€
06030199	Outras	52.693
060306	Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	242.978
060307	Serviços e fundos autónomos	1.071.174
060309	Serv.fund.autón.-Subsist.prot.famíl.polít.act.EFP	2.334
Total do Capítulo Económico 06:		14.090.984
07	Venda de bens e serviços correntes	
0701	Venda de bens	
070103	Publicações e impressos	6.104
070105	Bens inutilizados	10
070199	Outros	10
0702	Serviços	
070201	Aluguer de espaços e equipamentos	33.495
070203	Vistorias e ensaios	27.780
070208	Serv.sociais,recreativos,culturais e de desporto	
07020801	Serviços sociais	10
07020802	Serviços recreativos	10
07020803	Serviços culturais	10
07020804	Serviços desportivos	198.258
070209	Serviços específicos das autarquias	
07020901	Saneamento	10
07020902	Resíduos sólidos	447.006
07020903	Transportes colectivos de pessoas e mercadorias	105.551
07020904	Trabalhos por conta de particulares	10
07020905	Cemitérios	392
07020906	Mercados e feiras	109.957
07020907	Parques de estacionamento	37.113
07020909	Canídeos e Gatídeos	10
07020999	Outros	73.877
070299	Outros	
07029999	Outros	327
0703	Rendas	
070301	Habitacões	21.544
070302	Edifícios	39.440
070399	Outras	830
Total do Capítulo Económico 07:		1.101.754
08	Outras receitas correntes	
0801	Outras	

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Receita

Código	Designação	Montante
Class. Económica		€
080199	Outras	
08019901	Indemniz.por deterior,roubo extravio bens patrim.	1.155
08019902	Indem.estrag.prov.outrém viat.outr.equip.aut.local	2.190
08019999	Diversas	55.959
0802	Subsídios	
080209	Subsídios - Segurança Social	10
Total do Capítulo Económico 08:		59.314
Total das Receitas Correntes:		22.591.651
09	Venda de bens de investimento	
0901	Terrenos	
090110	Famílias	4.208
0903	Edifícios	
090310	Famílias	12.625
0904	Outros bens de investimento	
090410	Famílias	
09041003	Outros	28.811
Total do Capítulo Económico 09:		45.644
10	Transferências de capital	
1001	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
100102	Privadas	100.000
1003	Administração central	
100301	Estado	
10030101	Fundo de Equilibrio Financeiro	1.153.684
10030199	Outras	37.419
100307	Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	
10030701	FEDER	2.937.172
10030709	Outros	5.967
Total do Capítulo Económico 10:		4.234.242
13	Outras receitas de capital	
1301	Outras	
130199	Outras	66.785
Total do Capítulo Económico 13:		66.785
Total das Receitas de Capital:		4.346.671
Total do Orçamento da Receita:		26.938.322

3- Orçamento da Despesa



Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		<small>€</small>
01	Administração Autárquica	
0101	ASSEMBLEIA MUNICIPAL	
0101 01	Despesas com o pessoal	
0101 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0101 010204	Ajudas de custo	7.000
0101 010213	Outros suplementos e prémios	
0101 01021302	Outros	29.002
	Total do Capítulo Económico 01:	36.002
0101 02	Aquisição de bens e serviços	
0101 0201	Aquisição de bens	
0101 020108	Material de escritório	1.000
0101 020121	Outros bens	750
0101 0202	Aquisição de serviços	
0101 020209	Comunicações	500
0101 020210	Transportes	500
0101 020213	Deslocações e estadas	1.000
0101 020215	Formação	2.000
0101 020225	Outros serviços	14.180
	Total do Capítulo Económico 02:	19.930
	Total das Despesas Correntes:	55.932
	Total da Divisão Orgânica 0101:	55.932
0102	CÂMARA MUNICIPAL	
0102 01	Despesas com o pessoal	
0102 0101	Remunerações certas e permanentes	
0102 010101	Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	175.000
0102 010104	Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	
0102 01010401	Pessoal em funções	3.450.000
0102 01010404	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	11.000
0102 010106	Pessoal contratado a termo	
0102 01010601	Pessoal em funções	120.000
0102 01010604	Recrutamento pessoal para novos postos de trabalho	70.000
0102 010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	150.000
0102 010108	Pessoal aguardando aposentação	10.000
0102 010109	Pessoal em qualquer outra situação	190.000
0102 010111	Representação	63.000
0102 010113	Subsidio de refeição	420.000
0102 010114	Subsídio de férias e de Natal	670.000

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		<small>€</small>
0102 010115	Remunerações por doença e maternidade/paternidade	185.000
0102 0102	Abonos variáveis ou eventuais	
0102 010202	Horas extraordinárias	12.500
0102 010204	Ajudas de custo	15.000
0102 010205	Abono para falhas	30.000
0102 010206	Formação	500
0102 010210	Subsídio de trabalho nocturno	500
0102 010211	Subsídio de turno	20.000
0102 010212	Indemnizações por cessação de funções	20.000
0102 010213	Outros suplementos e prémios	
0102 01021302	Outros	10.000
0102 010214	Outros abonos em numerário ou espécie	15.000
0102 0103	Segurança social	
0102 010301	Encargos com a saúde	400.000
0102 010303	Subsídio familiar a criança e jovens	60.000
0102 010304	Outras prestações familiares	10.000
0102 010305	Contribuições para a segurança social	
0102 01030501	Assistência na doença dos funcionários públicos	10.000
0102 01030502	Seg.social pess. regime contr.trab.fun.púb.(RCTFP)	
0102 0103050201	Caixa Geral de Aposentações	950.000
0102 0103050202	Segurança social-Regime Geral	220.000
0102 010306	Acidentes em serviço e doenças profissionais	20.000
0102 010308	Outras pensões	30.000
0102 010309	Seguros	
0102 01030901	Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	125.000
0102 01030902	Seguros de saúde	10.000
0102 010310	Outras despesas de segurança social	500
Total do Capítulo Económico 01:		7.473.000
0102 02	Aquisição de bens e serviços	
0102 0201	Aquisição de bens	
0102 020102	Combustíveis e lubrificantes	
0102 02010201	Gasolina	12.000
0102 02010202	Gasóleo	83.334
0102 02010299	Outros	95.000
0102 020103	Munições, explosivos e artifícios	15.000
0102 020104	Limpeza e higiene	24.000
0102 020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	5.000

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		<small>€</small>
0102 020106	Alimentação-Géneros para confeccionar	500
0102 020107	Vestuário e artigos pessoais	15.000
0102 020108	Material de escritório	35.000
0102 020109	Produtos químicos e farmacêuticos	30.000
0102 020110	Produtos vendidos nas farmácias	500
0102 020111	Material de consumo clínico	100
0102 020112	Material de transporte-Peças	82.000
0102 020114	Outro material-Peças	15.000
0102 020115	Prémios, condecorações e ofertas	30.000
0102 020116	Mercadorias para venda	
0102 02011601	Água	100
0102 02011602	Electricidade	100
0102 02011603	Outras	100
0102 020117	Ferramentas e utensílios	2.000
0102 020118	Livros e documentação técnica	17.500
0102 020119	Artigos honoríficos e de decoração	1.500
0102 020120	Material de educação, cultura e recreio	25.000
0102 020121	Outros bens	271.192
0102 0202	Aquisição de serviços	
0102 020201	Encargos das instalações	874.000
0102 020202	Limpeza e higiene	770.800
0102 020203	Conservação de bens	130.000
0102 020204	Locação de edifícios	100
0102 020205	Locação de material de informática	1.000
0102 020206	Locação de material de transporte	30.000
0102 020208	Locação de outros bens	65.000
0102 020209	Comunicações	120.000
0102 020210	Transportes	484.000
0102 020211	Representação dos serviços	2.500
0102 020212	Seguros	90.000
0102 020213	Deslocações e estadas	3.000
0102 020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	762.150
0102 020215	Formação	40.000
0102 020216	Seminários, exposições e similares	500
0102 020217	Publicidade	123.000
0102 020218	Vigilância e segurança	500
0102 020219	Assistência técnica	145.000

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		<small>€</small>
0102 020220	Outros trabalhos especializados	360.000
0102 020221	Utilização de infra-estruturas de transportes	100
0102 020222	Serviços de saúde	1.000
0102 020224	Encargos de cobrança de receitas	160.000
0102 020225	Outros serviços	344.611
Total do Capítulo Económico 02:		5.267.187
0102 04	Transferências correntes	
0102 0405	Administração local	
0102 040501	Continente	
0102 04050102	Freguesias	1.025.334
0102 04050104	Associações de municípios	200.000
0102 0407	Instituições sem fins lucrativos	
0102 040701	Instituições sem fins lucrativos	400.000
0102 0408	Famílias	
0102 040802	Outras	65.000
Total do Capítulo Económico 04:		1.690.334
0102 05	Subsídios	
0102 0501	Sociedades e quase-sociedades não financeiras	
0102 050101	Públicas	
0102 05010102	Outras	100
0102 0508	Famílias	
0102 050803	Outras	100
Total do Capítulo Económico 05:		200
0102 06	Outras despesas correntes	
0102 0602	Diversas	
0102 060203	Outras	
0102 06020301	Outras restituições	75.000
0102 06020302	IVA pago	50.000
0102 06020304	Serviços bancários	40.000
0102 06020305	Outras	60.000
Total do Capítulo Económico 06:		225.000
Total das Despesas Correntes:		14.655.721
0102 07	Aquisição de bens de capital	
0102 0701	Investimentos	
0102 070101	Terrenos	
0102 07010104	Aquisição de terrenos-outros	50.000

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código	Designação	Montante
<small>Class. Orgânica/Económica</small>		<small>€</small>
0102 070102	Habitações	
0102 07010203	Reparação e beneficiação	
0102 0701020301	Reparação de edifícios escolares	32.376
0102 0701020302	Reparação e beneficiação diversas	200
0102 0701020303	Habitação Social-Eficiência energética	25.000
0102 070103	Edifícios	
0102 07010301	Instalações de serviços	
0102 0701030110	Centro Cultural do Marco de Canaveses	1.350.000
0102 0701030199	Construção e beneficiação diversas	780.200
0102 07010305	Escolas	
0102 0701030529	Construção da EBI Rio de Galinhas	100
0102 0701030530	Requalificação da EB1 e Jardim Inf. Gandra-V Douro	100
0102 0701030535	Ampliação/Requalificação EB1 Cruzeiro -Torrão	46.276
0102 0701030537	Ampliação/Requalificação EB1 Esperança - V O Aliv	100
0102 0701030539	Ampliação/Requalificação EB1 Lordelo - V B Quires	100
0102 0701030541	Ampliação/Requalificação EB1 Seara - Paços Gaiolo	100
0102 0701030542	Ampliação/Requalificação EB1 e J I-Barroca Rio Gal	100
0102 0701030543	Requalificação da EB1 Ladário - Tabuado	100
0102 0701030544	Requalificação da EB1 e J I Livração - Toutosa	100
0102 0701030548	Ampliação/Requalificação EB1 e J I Gouveia - V O A	100
0102 0701030553	Requalificação da Escola Básico de Eiró-Soalhães	25.000
0102 0701030554	Requalificação da Escola EB 2 3 MC-Prot Min Educ	526.000
0102 07010307	Outros	
0102 0701030703	Pousada da Juventude do Marco de Canaveses	100
0102 070104	Construções diversas	
0102 07010402	Sistemas de drenagem de águas residuais	
0102 0701040204	Const.Est. Elevat. A.R na Área Municipal (T,S,P,A)	20.000
0102 0701040208	Rede do Freixo	100
0102 0701040209	Estações Elevatórias Águas Res.(Magrelos e Outras)	117.393
0102 0701040210	Redes Abast Água e Sane VBB, Fav, For, Rio G e Tab	25.000
0102 07010403	Estações de tratamento de águas residuais	
0102 0701040303	ETAR de Fontambom-Várzea do Douro	25.000
0102 0701040305	Construção da ETAR do Torrão	215.089
0102 0701040307	Construção da ETAR de Maureles	5.000
0102 0701040308	Construção da ETAR de Magães-Freixo	65.000
0102 0701040314	Outros	319.518
0102 07010404	Iluminação pública	

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código	Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica		
0102 0701040404	Rede de iluminação pública na área do Concelho	38.503
0102 0701040405	Iluminação Pública LED no Concelho M.C.	200
0102 07010405	Parques e jardins	
0102 0701040505	Espaços de Lazer	159.000
0102 0701040506	Parque de Lazer da Cidade	5.500
0102 07010406	Instalações desportivas e recreativas	
0102 0701040602	Complexo desportivo de Alpendurada	535.452
0102 0701040606	Outras instalações desportivas e recreativas	977.744
0102 0701040611	Reabilitação Energética Instalações Desportivas	100
0102 07010407	Captação e distribuição de água	
0102 0701040702	Cons. Cond. Elev. (AA) ETA Maria Gil	101.000
0102 0701040710	Reforço da Captação de Soalhães	100
0102 0701040711	Extensão da rede a Telhe e Lardosa/Soalhães	100
0102 0701040712	Rede de Abastecimento Água-St.Isidoro e Livração	100
0102 0701040713	Redes de Abastecimento de Água e Saneamento-Torrão	900.000
0102 0701040714	Estação Elevatória e Adutora-Carvalheira	100
0102 0701040716	Outros	500
0102 07010409	Sinalização e trânsito	67.105
0102 07010412	Cemitérios	121.243
0102 07010413	Outros	
0102 0701041316	Requal da Zona Empresarial do Marco de Canaveses	41.236
0102 0701041398	Outras construções	5.000
0102 0701041399	Requalificações Urbanísticas diversas	500.000
0102 070106	Material de transporte	
0102 07010602	Outro	100.000
0102 070107	Equipamento de informática	50.000
0102 070108	Software informático	50.000
0102 070109	Equipamento administrativo	20.000
0102 070110	Equipamento básico	
0102 07011002	Outro	181.500
0102 070111	Ferramentas e utensílios	10.000
0102 070112	Artigos e objectos de valor	5.000
0102 0703	Bens de domínio público	
0102 070303	Outras construções e infraestruturas	
0102 07030301	Viadutos, arruamentos e obras complementares	550.100
0102 07030308	Viação rural	
0102 0703030802	Construção passeios na área do Concelho	460.340

Município de Marco de Canaveses

ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

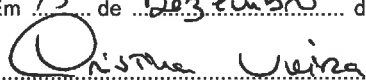
Código	Designação	Montante €
Class. Orgânica/Económica		
0102 0703030821	Benef Est Marg dir Coroa Barr Carrapatelo ER108	9.000
0102 07030313	Outros	
0102 0703031303	PARU - Município do Marco de Canaveses	1.317.324
0102 0703031399	Outros	5.000
Total do Capítulo Económico 07:		9.839.399
0102 08	Transferências de capital	
0102 0805	Administração local	
0102 080501	Continente	
0102 08050102	Freguesias	285.000
0102 08050104	Associações de municípios	65.000
0102 0807	Instituições sem fins lucrativos	
0102 080701	Instituições sem fins lucrativos	398.146
Total do Capítulo Económico 08:		748.146
0102 09	Activos financeiros	
0102 0908	Unidades de participação	
0102 090806	Admin.pública-Admin.central-Serv. fundos autónomos	177.124
Total do Capítulo Económico 09:		177.124
0102 11	Outras despesas de capital	
0102 1102	Diversas	
0102 110201	Restituições	500
0102 110299	Outras	500
Total do Capítulo Económico 11:		1.000
Total das Despesas de Capital:		10.765.669
Total da Divisão Orgânica 0102:		25.421.390
0103	OPERAÇÕES FINANCEIRAS	
0103 03	Juros e outros encargos	
0103 0301	Juros da dívida pública	
0103 030103	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
0103 03010302	Empréstimos de médio e longo prazos	
0103 0301030201	Caixa Geral de Depósitos	210.000
0103 0301030203	Banco Português de Investimentos	65.000
0103 0305	Outros juros	
0103 030502	Outros	10.000
Total do Capítulo Económico 03:		285.000
Total das Despesas Correntes:		285.000
0103 10	Passivos financeiros	

Município de Marco de Canaveses

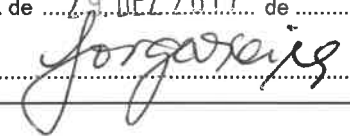
ORÇAMENTO PARA O ANO 2018 - Despesa

Código	Designação	Montante
Class. Orgânica/Económica		€
0103 1006	Empréstimos a médio e longo prazos	
0103 100603	Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	
0103 10060301	Caixa Geral de Depósitos	850.000
0103 10060303	Banco Português de Investimentos	326.000
Total do Capítulo Económico 10:		1.176.000
Total das Despesas de Capital:		1.176.000
Total da Divisão Orgânica 0103:		1.461.000
Total do Capítulo Orgânico 01:		26.938.322
Total do Orçamento da Despesa:		26.938.322

ORGÃO EXECUTIVO

Em 15 de Dezembro de 2017


ORGÃO DELIBERATIVO

Em de 29 DEZ 2017 de


4- Empréstimos (Previsão de Encargos 2018 e Execução 2017)



Município do Marco de Canaveses

MAPA DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A MÉDIO LONGO PRAZO

Data de Aprovação pela As. Municipal	Data de contratação do empréstimo	Visto do Tribunal de Contas		Entidade credora	Capital		Taxa de Juro (Euribor + Spread)		Prazo do contrato (Anos)	Anos decorridos	Previsão Amortizações acumuladas em 2017	Encargos Previsionais para 2018			Encargos do ano vencidos e não pagos	Previsão Capital em Dívida em 01-01-2018	Previsão Amortização acumulada em 2018	Previsão Capital em dívida em 31-12-2018
		N.º registo	Data		Contratado	Utilizado	Euribor	Spread				Amortização	Juros	Total	Juros de mora			
18-02-2017	24-02-2017	758	24-05-2017	BPI	6.500.000,00	6.500.000,00	6 meses	1,000%	20	1	162.460,98	328.000,00	65.000,00	391.000,00	0,00	6.337.500,02	488.460,98	6.011.500,02
18-02-2017	24-02-2017	759	24-05-2017	CGD	16.992.761,12	16.992.761,12	6 meses	1,250%	20	1	424.518,02	850.000,00	210.000,00	1.060.000,00	0,00	16.567.942,10	1.274.819,02	15.717.942,10
Total					23.492.761,12	23.492.761,12					587.319,00	1.176.000,00	275.000,00	1.451.000,00	0,00	22.905.442,12	1.763.319,00	21.729.442,12

Orgão Executivo
Em 15 de Dezembro de 2017
Cristina Vieira

Orgão Deliberativo
Em 29 de Dezembro de 2017
Fernando Vieira

Município do Marco de Canaveses

MAPA DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS A MÉDIO LONGO PRAZO

Data de Aprovação pela As. Municipal	Data de contratação do empréstimo	Visto do Tribunal de Contas		Finalidade do empréstimo Municipal	Entidade credora	Capital		Taxa de Juro (Euribor + Spread)		Prazo do contrato (Anos)	Anos decorridos	Amortizações acumuladas em 2016	Encargos em 2017 (Até 30-09-2017)				Encargos do ano vencidos e não pagos		Divida Apresentada em 01-01-2017	Amortização acumulada em 30-09-2017	Capital em divida em 30-09-2017
		N.º registo	Data			Contratado	Utilizado	Euribor	Spread				Amortização	Juros	Total	Juros de mora	Amortização	Juros			
21-07-2003	07-05-2004	1053	24-05-2004	CGD		20.000.000,00	20.000.000,00	3 meses	1,250%	20	13	9.463.284,19	10.536.735,81	44.896,63	10.581.632,44	0,00	0,00	0,00	10.536.735,81	20.000.000,00	0,00
21-07-2003	19-05-2004	1054	24-05-2004	NB		12.500.000,00	12.500.000,00	3 meses	1,250%	20	13	6.495.449,22	6.004.550,78	32.807,84	6.037.358,62	0,00	0,00	0,00	6.004.550,78	12.500.000,00	0,00
21-07-2003	21-04-2004	1052	24-05-2004	BCP		12.500.000,00	12.500.000,00	3 meses	1,250%	20	13	6.523.010,85	5.976.986,15	36.387,06	6.013.376,21	0,00	0,00	0,00	5.976.986,15	12.500.000,00	0,00
17-04-2009	22-05-2012	1223	28-11-2013	CGD		2.604.324,04	2.604.324,94	6 meses	3,750%	16	3	370.874,52	2.233.450,42	35.503,97	2.268.964,39	0,00	0,00	0,00	2.233.450,42	2.604.324,94	0,00
18-02-2017	24-02-2017	758	24-05-2017	BPI		6.500.000,00	6.500.000,00	6 meses	1,000%	20	1	0,00	81.249,66	16.360,59	97.610,58	0,00	0,00	0,00	6.500.000,00	81.249,66	6.418.750,01
18-02-2017	24-02-2017	759	24-05-2017	CGD		16.992.761,12	16.992.761,12	6 meses	1,250%	20	1	0,00	212.409,51	54.053,80	266.463,31	0,00	0,00	0,00	16.992.761,12	212.409,51	16.780.351,61
Total						71.097.086,06	71.097.086,06					22.852.596,78	25.045.385,66	220.006,89	25.265.395,55	0,00	0,00	0,00	48.244.487,28	47.597.984,44	23.188.101,62

Órgão Executivo

Em 15 de Dezembro de 2017

Isabelina Vieira

Órgão Deliberativo

Em 29 de Dezembro de 2017

George Oliveira

5- Plano Plurianual de Investimentos (Mapa)



Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2018

(valores em euros)

Obj. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)				
					Forma de Realiz.	AC	AA		FC	Início			Fim	Total (b)=(c)+(d)	2018			Outros (h)			
															Financiam. não definido (c)	Financiam. definido (d)			2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)
FUNÇÕES GERAIS																					
ADMINISTRAÇÃO GERAL																					
01 111	2007/8	Aquisição de terrenos-outros	0102 07010104	O						01/2007	12/2018		459.172	50.000			509.172				
01 111	2009/6	Equipamento de Informática	0102 070107	O				02		01/2009	12/2018	0	219.754	45.000			264.754				
01 111	2009/7	Software Informático	0102 070108	O				02		01/2009	12/2018	0	262.927	50.000			312.927				
01 111	2009/8	Equipamento Básico-Outro	0102 07011002	O				02		01/2009	12/2019	0	1.012.430	100.000			1.212.430				
01 111	2009/9	Ferramentas e Utensílios	0102 070111	O				02		01/2009	12/2018	0	70.618	10.000			80.618				
01 111	2009/10	Equipamento Administrativo	0102 070109	O				02		01/2009	12/2018	0	84.348	20.000			104.348				
01 111	2009/11	Equipamento de Transporte	0102 07010602	O				01		01/2009	12/2018	0	582.658	100.000			682.658				
01 111	2009/30	Reparação e Beneficiação Diversas de Instalações	0102 0701030199	0				01		01/2009	12/2019	3	253.255	55.000			358.255				
01 111	2018/5	Requalificação Energética do Edifício dos Paços do Concelho	0102 0701030199	E				01		01/2018	12/2019	0	100	100			357.900				
Totais do Programa 111:													2.945.162	430.100	430.100	0	507.800	0	0	0	3.883.062
Totais do Objetivo 01:													2.945.162	430.100	430.100	0	507.800	0	0	0	3.883.062
FUNÇÕES SOCIAIS																					
ENSINO NÃO SUPERIOR																					
02 211	2008/19	Construção EBI - Rio de Galinhas	0102 0701030529	E				01		01/2008	12/2021	0		100			100				
02 211	2008/23	Requalificação EB1 e JI Gandra - V Douro	0102 0701030530	E				01		01/2008	12/2019	0		100			50.000				
02 211	2008/24	Ampliação/Requalificação EB1 Cruzeiro - Alpendorada	0102 0701030535	E				01		01/2008	12/2018	0	99.250	46.276			145.526				
02 211	2008/26	Ampliação/Requalificação EB1 Esperança - V O Aliv	0102 0701030537	E				01		01/2008	12/2019	0		100			265.000				
02 211	2008/27	Ampliação/Requalificação EB1 e JI Gouveia V O Alviada	0102 0701030548	E				01		01/2008	12/2019	0		100			50.000				
02 211	2008/28	Ampliação/Requalificação EB1 Lordelo - Vila B Quires	0102 0701030539	E				01		01/2008	12/2019	0		100			265.000				
02 211	2008/30	Ampliação/Requalificação EB1 - Paços de Gaiolo	0102 0701030541	E				01		01/2008	12/2019	0		100			350.100				
02 211	2008/31	Ampliação/Requalificação EB1 e JI Barroca - Rio de Galinhas	0102 0701030542	E				01		01/2008	12/2019	0		100			174.900				
02 211	2008/32	Requalificação da EB1 Ladrário - Tabuado	0102 0701030543	E				01		01/2008	12/2019	0		100			75.000				
02 211	2008/33	Requalificação EB1 e JI Livração - Toutsosa	0102 0701030544	E				01		01/2008	12/2019	0		100			50.000				
02 211	2009/12	Requalificação do Parque Escolar																			
02 211	2009/12	Reparação de Edifícios Escolares-Emprelhada	0102 0701020301	E				01		01/2009	12/2018	0	238.363	32.376			270.739				
02 211	2016/18	Requalificação da Escola Básica de Eiró-Soalhães	0102 0701030553	E				01		01/2016	12/2018		490.709	25.000			515.709				

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2018

Obj. Prog.		Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2018			Despesas			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. não definido (c)	Financiam. 2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)	
FUNÇÕES SOCIAIS																					
ENSINO NÃO SUPERIOR																					
02	211			Requalificação e Modernização das Instalações EB 2 3 do Marco - Acordo Colaboração Ministério da Educação																	
02	211	2017/2	1	Construção	0102 0701030554	E	15	85	01	01/2017	12/2018		Totais do Programa 211:	828.322	630.552	0	1.279.200	0	0	526.000	526.000
HABITAÇÃO																					
02	241			Habitação Social-Eficiência energética																	
02	241	2015/1		Reaqualificação/Construção	0102 0701020303	O			01	01/2015	12/2018			126.915	25.000	25.000				151.915	
02	241	2018/2		Marco Habita Social																	
02	241	2018/2	2	Obras por Empreitada	0102 0701020302	E			01	01/2018	12/2018	0			100	100				100	
02	241	2018/3		Marco Habita Jovem																	
02	241	2018/3	2	Obras por Empreitada	0102 0701020302	E			01	01/2018	12/2018	0	Totais do Programa 241:	126.915	25.200	25.200	0	0	0	100	100
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO																					
02	242			Requalificações Urbanísticas diversas	0102 0701041399	E			01	01/2008	12/2018	0		386.512	500.000	500.000				886.512	
02	242	2008/44		PARU - Município do Marco de Canaveses																	
02	242	2017/4	1	Reabilitação da Zona envolvente do Edifício Paços do Concelho	0102 0703031303	E	15	85	01	01/2017	12/2019	0		187.000	187.000					187.000	
02	242	2017/4	2	Reabilitação do Jardim Adriano José de Carvalho e Melo	0102 0703031303	E	15	85	01	01/2017	12/2019	0		100	100	381.500				381.600	
02	242	2017/4	3	Reabilitação da Av. Prof. Dr. Carlos Mota Pinto	0102 0703031303	E	15	85	01	01/2017	12/2019	0		100	100	999.900				1.000.000	
02	242	2017/4	4	Reabilitação de Vários Arruamentos na API 3	0102 0703031303	E	15	85	01	01/2017	12/2019	0		1.130.124	1.130.124					1.130.124	
02	242	2017/4	5	Reabilitação Integral de vários Edifícios nas APIs																	
02	242	2017/4	5/1	Centro Cultural do Marco	0102 0701030110	E	15	85	01	01/2017	12/2019	0		1.350.000	1.350.000					1.350.000	
02	242	2017/4	5/2	Museu Municipal Carmen Miranda	0102 0701030199	E	15	85	01	01/2017	12/2019	0	Totais do Programa 242:	386.512	3.817.424	3.817.424	0	1.381.400	0	0	5.585.336
SANEAMENTO																					
02	243			Construção de Estações Elevatórias(AR) na Área do Município	0102 0701040204	E	15	85	01	01/2012	12/2018			79.340	20.000	20.000				99.340	
02	243	2013/9		ETAR de Fontabomb-Várzea do Douro	0102 0701040303	E	15	85	01	01/2013	12/2018			325.288	25.000	25.000				350.288	
02	243	2013/13		Outros	0102 0701040314	E			01	01/2013	12/2018	2		540.997	319.518	319.518				860.515	
02	243	2014/6		Construção da ETAR de Maureles	0102 0701040307	E	20	80	01	01/2014	12/2018			243.194	5.000	5.000				248.194	

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2018

[illegible]

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2018

(valores em euros)

Obj. Prog.	Projeto	Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2018			Anos seguintes			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)		Outros (h)
FUNÇÕES SOCIAIS																						
DESPORTO, RECREIO E LAZER																						
02	252																					
02	252	2003/28	2		0102 0701040602	E				70	01	01/2007	12/2018		255.781	535.452	535.452			791.233		
02	252	2003/32			0102 0701040606	E					01	01/2003	12/2018		1.265.225	977.744	977.744			2.242.969		
02	252	2010/3																				
02	252	2010/3	1		0102 07011002	O					02	01/2010	12/2018		7.013	10.000	10.000			17.013		
02	252	2013/1																				
02	252	2013/1	2		0102 07011002	O					01	01/2013	12/2018	0	28.156	40.000	40.000			68.156		
02	252	2013/2																				
02	252	2013/2	1		0102 0701040506	E					40	60	01	01/2013	12/2018	0	70.139	5.500	5.500	75.639		
02	252	2013/2	2		0102 07011002	O					40	60	01	01/2013	12/2018	0	71.515	5.000	5.000	76.515		
02	252	2016/1																				
02	252	2016/1	2		0102 0701040611	E					15	85	01	01/2016	12/2019	0	100	100	958.685			
02	252	2016/12																				
02	252	2016/12	3		0102 07011002	O						01	01/2017	12/2018		10.000	10.000			10.000		
02	252	2016/12	4		0102 0701030199	O						02	01/2016	12/2018		60.000	60.000			60.000		
02	252	2017/5																				
02	252	2017/5	1		0102 0701040505	E						01	01/2017	12/2018	0	1.994	159.000	159.000		159.000		
02	252	2017/5	2		0102 07011002	O						01	01/2017	12/2018	0	1.994	5.000	5.000		6.994		
Totais do Programa 252:														1.699.823	1.807.796	1.807.796	0	958.585	0	0	0	4.466.204
OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS																						
02	253																					
02	253	2016/6																				
02	253	2016/6	1		0102 0703031399	O					100	02	01/2016	12/2018			5.000	5.000		5.000		
02	253	2016/6	2		0102 0701041398	O					100		01/2016	12/2018			5.000	5.000		5.000		
02	253	2017/9																				
02	253	2017/9	1		0102 070107	O					100	02	01/2017	12/2018	5		5.000	5.000		5.000		
02	253	2017/9	2		0102 07011002	O					100	02	01/2017	12/2018	5		5.000	5.000		5.000		
Totais do Programa 253:														0	20.000	20.000	0	0	0	0	0	20.000
Totais do Objetivo 02:														4.796.785	8.242.715	8.242.715	0	4.385.435	0	0	0	17.424.935

Município de Marco de Canaveses

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2018

(valores em euros)

Obj. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2018		Anos seguintes			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
					AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)		
FUNÇÕES ECONÓMICAS																			
INDÚSTRIA E ENERGIA																			
03 320	2008/13	Rede de iluminação pública na área do Concelho	0102 0701040404	E	15	85	01	06/2011	12/2018	1		255.735	38.503	38.503				294.238	
03 320	2008/13	Eficiência Energética da Iluminação Pública																	
03 320	2016/3	Ilum Pub LED na cidade do M.C. na área não abrangida pela Reab. Urbana																	
03 320	2016/3	Empreitada	0102 0701040405	E	15	85	01	01/2016	12/2019	0			100	100		199.900		200.000	
03 320	2016/4	Ilum Pub LED na rede da Vila de Alpendorada																	
03 320	2016/4	Empreitada	0102 0701040405	E	15	85	01	01/2016	12/2019	0			100	100		199.900		200.000	
03 320	2016/19	Requalificação da Zona Empresarial do Marco de Canaveses																	
03 320	2016/19	Empreitada	0102 0701041316	E			01	01/2016	12/2019	0	143.051	41.236	41.236		968.000		1.152.287		
Totais do Programa 320:												398.786	79.939	79.939	0	1.367.800	0	0	1.846.525
TRANSPORTES RODOVIÁRIOS																			
03 331	2003/80	Viadutos, arruamentos e obras complementares	0102 07030301	O			01	01/2002	12/2019			3.727.932	500.000	500.000				4.227.932	
03 331	2003/81	Construção passeios na área do Concelho	0102 0703030802	E			01	01/2002	12/2019	4		383.137	63.500	63.500				446.637	
03 331	2003/122	Sinalização e Trânsito	0102 07010409	O			01	01/2002	12/2018			315.925	67.105	67.105				383.030	
03 331	2015/9	Benef Estria Lig Marg Dir entre Coroaomto da Barragem Carrapateiro e ER108	0102 0703030821	E			01	01/2015	12/2052	0		223.151	9.000	9.000		50.000		282.151	
03 331	2016/8	Pavimentações, Infraestruturas, Passeios, Parque Urbano e Outras Beneficências - Acordos c/ terceiros	0102 07030301	E			01	01/2016	12/2019	0	43.060	50.000	50.000		950.000		1.043.060		
03 331	2017/1	Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável																	
03 331	2017/1	Rede de percursos pedonais - Centro Urbano do Marco Canaveses	0102 0703030802	E	15	85	01	01/2017	12/2019	3	36.856	45.070	45.070				81.926		
03 331	2017/1	Rede de percursos pedonais - Aglomerados Urbanos	0102 0703030802	E	15	85	01	01/2017	12/2019	0	43.510	203.869	203.869				247.379		
03 331	2017/1	Rede de percursos pedonais - Zonas envolventes às Escolas	0102 0703030802	E	15	85	01	01/2017	12/2019	0	174.152	132.801	132.801				306.955		
03 331	2017/1	Rede de percursos pedonais - Centro Urbano de Alpendorada	0102 0703030802	E	15	85	01	01/2017	12/2019	0	146.910	15.000	15.000				161.910		
03 331	2017/1	Rede de perc ped - Polos Empresariais de Alpendorada e V B Quires	0102 0703030802	E	15	85	01	01/2017	12/2019	0		100	100		434.900		435.000		
03 331	2017/1	Consolidação do Interface Modal de Marco de Canaveses	0102 07030301	E	15	85	01	01/2017	12/2019	0		100	100		5.259.900		5.260.000		
Totais do Programa 331:												5.094.633	1.086.545	1.086.545	0	6.694.800	0	0	12.875.978

Município de Marco de Canaveses

Plano PluriAnual de Investimentos do ano 2018

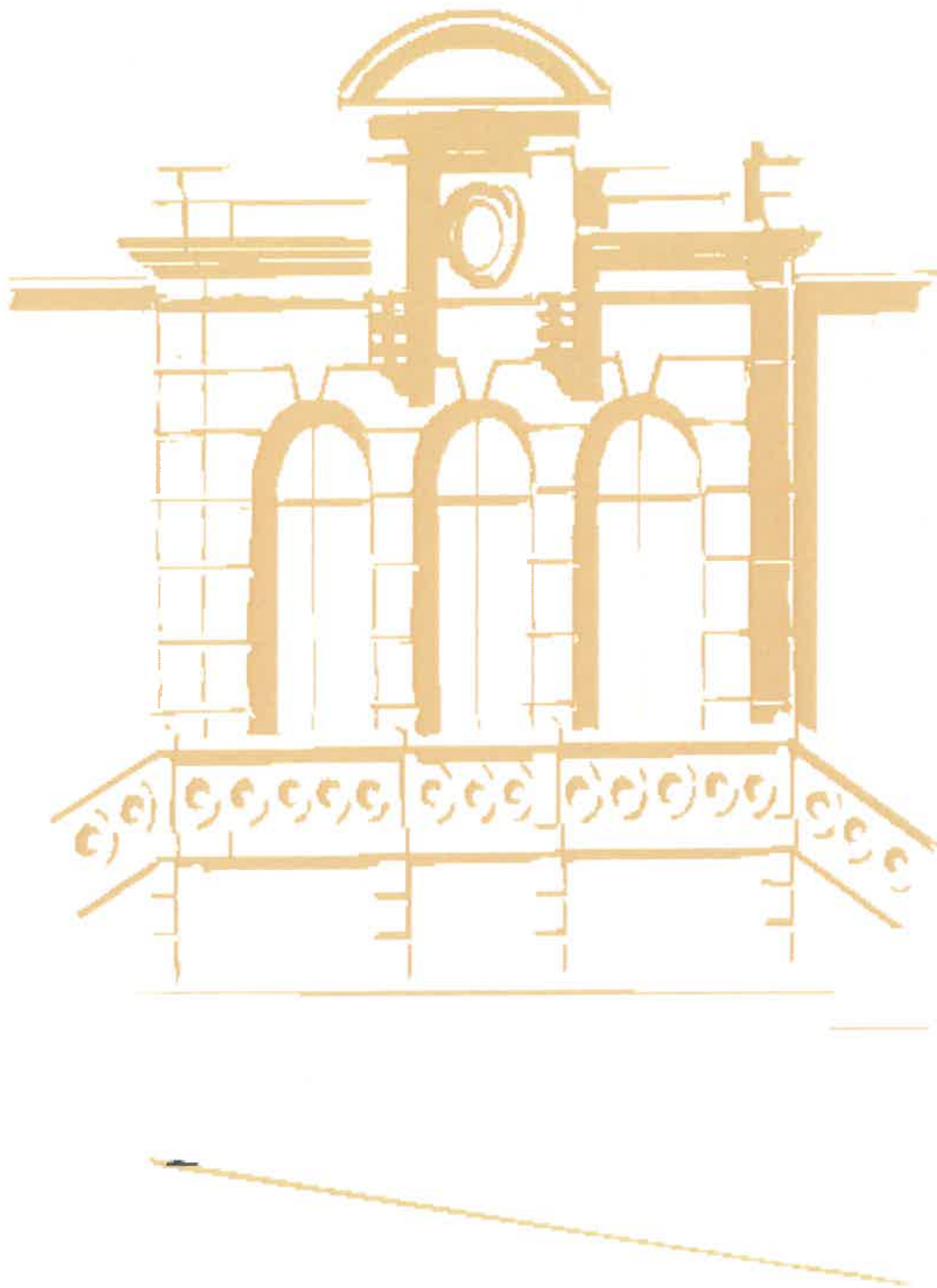
(valores em euros)

Obj. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)			Fases de Exec.	Realizado (a)	2018			Anos seguintes			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
					Fonte Financiamento (%)				Início	Fim	Total (b)=(c)+(d)			Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)		
					AC	AA	FC														
03		FUNÇÕES ECONÓMICAS																			
03	342	TURISMO																			
03	342	2016/5	0102 0701030703	E				01	01/2016	12/2019	0			100	100	100	476.900	0	0	0	477.000
Totais do Programa 342:													0	100	100	100	476.900	0	0	0	477.000
Totais do Objetivo 03:													5.493.419	1.166.584	1.166.584	0	8.539.500	0	0	0	15.199.503
Total Geral:													13.235.366	9.839.399	9.839.399	0	13.432.735	0	0	0	36.507.500

ORGÃO EXECUTIVO
Em 15 de Dezembro de 2017
Custódia Vieira

ORGÃO DELIBERATIVO
Em 29 de Dezembro de 2018
Jorge Dias

6- Plano de Atividades Mais Relevantes (Mapa)



Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
					AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	2018			Anos seguintes						
										Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)		Outros (h)	
FUNÇÕES GERAIS																			
ADMINISTRAÇÃO GERAL																			
01 111	2006/5007	Encargos instalações - Consumos água, saneamento e outros	0102 020201	0				02	01/2006	12/2021	5	16.437.746	874.000	874.000	4.366.000	2.620.000	2.620.000	26.917.746	
01 111	2013/5003	Locação de Material de Transporte	0102 020206	0				02	01/2013	12/2021	2	61.457	25.000	25.000	25.000			111.457	
01 111	2013/5004	Locação de Outros Bens	0102 020208	0				02	01/2013	12/2021	2	178.485	45.000	45.000	45.000			223.485	
01 111	2013/5005	Combustíveis e lubrificantes																	
01 111	2013/5005.1	Aquisição de Gasóleo	0102 02010202	0				01	01/2013	12/2021	5	1.789.741	73.334	73.334	366.666	220.000		2.449.741	
01 111	2013/5005.2	Aquisição de combustíveis - Outros	0102 02010299	0				01	01/2013	12/2021	5	878.250	90.000	90.000	450.000	270.000		1.688.250	
01 111	2016/13	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria	0102 020214	0				02	01/2016	12/2018		133.751	260.000	260.000				393.751	
								Totais do Programa 111:				19.479.430	1.367.334	1.367.334	0	5.207.666	3.110.000	2.620.000	31.784.430
PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS																			
01 121	2010/5012	Protocolo de colaboração (A.H. Bombeiros Vol. Marco Cana)-Desp corrente	0102 040701	0				02	01/2010	12/2018		384.000	48.000	48.000				432.000	
01 121	2018/5001	Protocolo de Colaboração (A.Florestal Entre Douro e Tâmega)-Desp corrente	0102 040701	0					01/2018	12/2018	0		37.500	37.500				37.500	
								Totais do Programa 121:				384.000	85.500	85.500	0	0	0	0	469.500
								Totais do Objetivo 01:				19.863.430	1.452.834	1.452.834	0	5.207.666	3.110.000	2.620.000	32.253.930
FUNÇÕES SOCIAIS																			
ENSINO NÃO SUPERIOR																			
02 211	2009/12	Requalificação do Parque Escolar																	
02 211	2009/12	Reparação de Edifícios Escolares-Administração Directa	0102 020121	0				01	01/2009	12/2018	0	194.326	17.492	17.492				211.818	
02 211	2009/14	Projecto Escola Feliz																	
02 211	2009/14	Material de educação	0102 020120	0				02	01/2009	12/2018	0	55.767	15.000	15.000	15.000			70.767	
02 211	2011/2	Plano Nacional de Leitura- Ler +																	
02 211	2011/2	Aquisição de Livros p/ Bibliotecas das escolas	0102 020120	0				02	01/2011	12/2018	0	11.824	2.500	2.500	2.500			14.324	
02 211	2016/14	Protocolo de Colaboração-CERCIMARCO	0102 040701	0				02	01/2016	12/2018		31.500	18.000	18.000	18.000			49.500	
02 211	2017/2	Requalificação e Modernização das Instalações EB 2 3 do Marco - Acordo Colaboração Ministério da Educação																	
02 211	2017/2	Projeto de Execução	0102 020214	0	7.50	7.50	85	01	01/2017	12/2018	0	20.361	5.000	5.000				25.361	
02 211	2018/5002	Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria	0102 020214	0				01	01/2018	12/2018	0		60.000	60.000				60.000	
								Totais do Programa 211:				313.778	117.992	117.992	0	0	0	0	431.770

Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2018			Despesas			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
						AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	Anos seguintes			
																	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	
02			FUNÇÕES SOCIAIS																	
02 212			SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO																	
02 212	2008/5004		Transportes Escolares	0102 020210	0				02	01/2005	12/2019	5	9.401.293	384.000	384.000		766.000		10.551.293	
02 212	2013/5001		Componente de Apoio à Família Prolongamento-JI	0102 020220	0				02	01/2013	12/2018	2	1.545.875	60.000	60.000				1.605.875	
02 212	2013/5002		Form. Refeições JI/EB1-Aquisição Serviços	0102 020220	0				02	01/2013	12/2019	2	518.637	130.000	130.000		130.000		778.637	
02 212	2015/5002		Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências-Educação																	
02 212	2015/5002.1		Primeiro Ciclo-Ensino Básico	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2019		1.032.154	200.000	200.000		200.000		1.432.154	
02 212	2015/5002.2		Ensino Pré-Escolar	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2019		2.561.584	351.334	351.334		702.666		3.615.584	
02 212	2015/5005		Acordos de Execução de Delegação de Competências-Educação																	
02 212	2015/5005.1		Conservação e Manutenção de Estabelecimentos Escolares-Pré-Escolar e 1º CEB	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2021		275.063	100.000	100.000				375.063	
02 212	2015/5005.2		Manutenção e Conservação de Espaços Envolventes-Pré-Escolar e 1º CEB	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2021		72.293	25.000	25.000				97.293	
02 212	2015/5007		Programa Generalização Atividades Enriquecimento Curricular																	
02 212	2015/5007.1		Protocolo de Colaboração-Prestação de Serviços	0102 020220	0				02	01/2015	12/2018		180.696	60.000	60.000				240.696	
02 212	2015/5007.2		Encargos com Pessoal	0102 010107	0				02	01/2015	12/2018		68.154	30.000	30.000				98.154	
02 212	2015/5007.3		Protocolos de Colaboração-Coletividades	0102 040701	0				02	01/2015	12/2018		41.335	20.000	20.000				61.335	
02 212	2015/5007.4		Outras Despesas Correntes	0102 020121	0				02	01/2015	12/2018		1.500	1.500	1.500				1.500	
02 212	2015/5008		Ação Social Escolar-1º CEB-Material Didático	0102 040802	0				02	01/2015	12/2018		159.988	10.000	10.000				169.988	
Totais do Programa 212:													15.857.072	1.371.834	1.371.834	0	1.798.666	0	0	19.027.572
02 232			AÇÃO SOCIAL																	
02 232	2006/5017		Comparticipação, Transf verbais - Ação Social - Despesas Capital	0102 080701	0				02	01/2005	12/2019		433.200	107.900	107.900		100.000		641.100	
02 232	2008/5001		Compart Transf verbais - Ação Social - Transf Cap (Centros Dia/Convívio e outras)	0102 08050102	0					01/2008	12/2018		120.964	50.000	50.000				170.964	
02 232	2010/5001		Campanha de Solidariedade "Natal com um Sorriso"																	
02 232	2010/5001.1		Aquisição de Serviços	0102 020225	0					01/2010	12/2018		1.000	1.000	1.000				1.000	
02 232	2010/5001.2		Aquisição de Bens	0102 020121	0					01/2010	12/2018		18.450	11.000	11.000				29.450	
02 232	2017/7		Fundo de Emergência Social do Município do Marco de Canaveses																	
02 232	2017/7.1		Subsídios de apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade	0102 040802	0				02	01/2017	12/2018			50.000	50.000				50.000	
Totais do Programa 232:													572.614	219.900	219.900	0	100.000	0	0	892.514

Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2018			Anos seguintes			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
						AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)		Outros (h)		
FUNÇÕES SOCIAIS																							
HABITAÇÃO																							
02	241																						
02	241	2015/1	Habituação Social-Eficiência energética	0102 020225	O				02	01/2015	12/2018			5.000	5.000						5.000		
02	241	2015/1	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria																				
02	241	2018/2	Marco Habita Social																				
02	241	2018/2	Obras por Administração direta	0102 020121	A				01	01/2018	12/2018	0		100	100						100		
02	241	2018/3	Marco Habita Jovem																				
02	241	2018/3	Obras por Administração direta	0102 020121	A				01	01/2018	12/2018	0		100	100						100		
Totais do Programa 241:														0	5.200	5.200	0	0	0	0	0	0	5.200
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO																							
02	242																						
02	242	2006/5009	Participação, Transferências de verbas - Despesas Capital	0102 08050102	O				01	01/2005	12/2018		813.739	5.000	5.000						818.739		
02	242	2017/4	PARU - Município do Marco de Canaveses																				
02	242	2017/4	Medidas Minimizadoras do Impacto das Obras	0102 020220	O		15	85	01	01/2017	12/2019	0		60.000	60.000						60.000		
02	242	2017/4	Promoção, Sensibilização e Comunicação	0102 020217	O		15	85	01	01/2017	12/2019	0		68.000	68.000						68.000		
02	242	2017/4	Projetos de Execução	0102 020214	O		-15	85	01	01/2017	12/2018	0	141.780	175.000	175.000						316.780		
Totais do Programa 242:														955.519	308.000	308.000	0	0	0	0	0	1.263.519	
RESÍDUOS SÓLIDOS																							
02	245																						
02	245	2006/5011	Entrega e Recuperação R.S.U e Recol Select Valor, Trat e Deslino Final	0102 020202	O				02	01/2006	12/2021		6.439.667	300.000	300.000	1.500.000	900.000	900.000			10.039.667		
02	245	2006/5012	Recolha e Transporte de R.S.U e Lavagem e Desinf. de Contentores	0102 020202	O				02	01/2005	12/2021		9.510.047	470.800	470.800	2.354.000	1.412.400	1.412.400			15.159.647		
02	245	2015/5003	Contratos Interadministrativos de Delegação de Competência-RSU	0102 04050102	O				02	01/2015	12/2021		344.025	171.000	171.000	513.000	342.000	342.000			1.712.025		
Totais do Programa 245:														16.293.739	941.800	941.800	0	4.367.000	2.654.400	2.654.400	0	26.911.339	
PROTEÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA N/																							
02	246																						
02	246	2006/5013	Participação, Transf verbas-Cemitérios, Capelas Mortu e outras	0102 08050102	O				02	01/2006	12/2018		676.538	65.000	65.000						741.538		
02	246	2015/5006	Acordos de Execução de Delegação de Competências-Limpeza de Vias e Espaços Públicos	0102 04050102	O				02	01/2015	12/2021		641.330	121.000	121.000	121.000					883.330		
Totais do Programa 246:														1.317.868	186.000	186.000	0	121.000	0	0	0	1.624.868	
CULTURA																							
02	251																						
02	251	2006/5014	Participação, Transf verbas-Dinamização cultural-Despesas Corrente	0102 040701	O				02	01/2005	12/2018		670.673	80.000	80.000						750.673		

Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2018			Anos seguintes		Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
					AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)		2021 (g)	Outros (h)
02	FUNÇÕES SOCIAIS																			
02 251	CULTURA																			
02 251	2006/5015	Comparticipação, Transf verbas-Dinamização cultural-Despesas Capital	0102 080701	O				02	01/2005	12/2018		90.563	90.000	90.000				180.563		
02 251	2009/5004	Festival do Anho Assado c/ Arroz Forno/Feira Colect/Festa Cerv Franc Petiscos																		
02 251	2009/5004.1	Aquisição de bens	0102 020121	O				02	01/2009	12/2018	0	2.151	5.000	5.000				7.151		
02 251	2009/5004.2	Aquisição de serviços	0102 020225	O				02	01/2009	12/2018	0	56.965	25.000	25.000				81.965		
02 251	2009/5004.3	Publicidade	0102 020217	O				02	01/2009	12/2018		6.763	7.500	7.500				14.263		
02 251	2009/5005	Festas do Marco - Feira do Artesanato, Gastronomia e Vinhos																		
02 251	2009/5005.1	Aquisição de bens	0102 020121	O				02	01/2009	12/2018	0	12.411	5.000	5.000				17.411		
02 251	2009/5005.2	Aquisição de serviços	0102 020225	O				02	01/2009	12/2019	0	483.612	50.000	50.000	50.000			583.612		
02 251	2009/5005.3	Pirotecnia	0102 020103	O				02	01/2009	12/2018		24.599	14.000	14.000				38.599		
02 251	2009/5005.4	Publicidade	0102 020217	O				02	01/2009	12/2018		7.847	8.000	8.000				15.847		
02 251	2009/5005.5	Ofertas e Condecorações	0102 020115	O				02	01/2009	12/2018		2.326	5.000	5.000				7.326		
02 251	2010/5007	Marco de Leiras-Feira do Livro de Marco de Canaveses																		
02 251	2010/5007.1	Aquisição de Serviços	0102 020225	O				02	01/2010	12/2018		14.646	5.000	5.000				19.646		
02 251	2010/5007.2	Aquisição de Bens	0102 020121	O				02	01/2010	12/2018		1.927	2.000	2.000				3.927		
02 251	2016/10	Bienal da Pedra																		
02 251	2016/10 1	Aquisição de serviços	0102 020225	O				02	01/2018	12/2018		50.000	50.000	50.000				50.000		
02 251	2016/10 2	Aquisição de bens	0102 020121	O				02	01/2018	12/2018		1.000	1.000	1.000				1.000		
02 251	2016/10 3	Ofertas	0102 020115	O				02	01/2018	12/2018		1.000	1.000	1.000				1.000		
02 251	2016/10 4	Publicidade	0102 020217	O				02	01/2018	12/2018		3.500	3.500	3.500				3.500		
02 251	2016/11	Prémios Carmen Miranda																		
02 251	2016/11 1	Aquisição de serviços	0102 020225	O				02	01/2016	12/2018		653	2.000	2.000				2.653		
02 251	2016/11 2	Aquisição de bens	0102 020121	O				02	01/2016	12/2018		123	2.000	2.000				2.123		
02 251	2016/11 3	Publicidade	0102 020217	O				02	01/2016	12/2018		1.883	2.000	2.000				3.883		
02 251	2016/11 4	Prémios e Ofertas	0102 020115	O				02	01/2016	12/2018		2.095	2.500	2.500				4.595		
02 251	2018/4	Festival da Juventude do Marco de Canaveses																		
02 251	2018/4 1	Aquisição de bens	0102 020121	O				02	01/2018	12/2018	0		2.500	2.500				2.500		
02 251	2018/4 2	Aquisição de serviços	0102 020225	O				02	01/2018	12/2019	0		24.611	24.611		20.389		45.000		
02 251	2018/4 3	Publicidade	0102 020217	O				02	01/2018	12/2018	0		2.500	2.500				2.500		
Totais do Programa 251:												1.379.237	390.111	390.111	0	70.389	0	0	1.839.737	

Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
					AC	AA	FC		Início	Fim		2018	Anos seguintes						
													Realizado (a)	Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)		Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)
02	FUNÇÕES SOCIAIS																		
02 252	DESPORTO, RECREIO E LAZER																		
02 252	2006/5016	Comparticipação, Transf Verbas - Desporto - Despesas Capital	0102 080701	O				02	01/2005	12/2019		109.721	109.721			1.185.463			
02 252	2006/5020	Comparticipação, transf verbas - Desporto - Despesas Correntes	0102 040701	O				02	01/2005	12/2019		175.000	175.000		175.000	2.534.520			
02 252	2010/3	Aquisição de Material e Equipamento Desportivo																	
02 252	2010/3	2 Aquisição de Material	0102 020120	O				02	01/2010	12/2018		2.000	2.000			8.703			
02 252	2010/5008	Eventos para o Fomento, Promoção e Difusão da Saúde e do Desporto																	
02 252	2010/5008 1	Aquisição de Serviços	0102 020225	O				02	01/2010	12/2018		10.000	10.000			16.885			
02 252	2010/5008 2	Aquisição de Bens	0102 020121	O				02	01/2010	12/2018		2.500	2.500			11.807			
02 252	2010/5008 3	Prémios e Ofertas	0102 020115	O				02	01/2010	12/2018		2.500	2.500			4.987			
02 252	2010/5008 4	Publicidade	0102 020217	O				02	01/2010	12/2018		2.500	2.500			6.261			
02 252	2016/1	Reabilitação Energética das inst. desportivas - Pavilhão Bernardino Coutinho																	
02 252	2016/1	1 Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020214	O		15	85	02	01/2016	12/2018	0	1.500	1.500			7.589			
02 252	2016/12	Construção, Recuperação e Apetrechamento das Infra-Estruturas do Desporto Escolar																	
02 252	2016/12	1 Aquisição de serviços	0102 020225	O				02	01/2016	12/2018		6.000	6.000			6.000			
02 252	2016/12	2 Aquisição de bens	0102 020121	O				02	01/2016	12/2018		6.000	6.000			9.858			
									Totais do Programa 252:			317.721	317.721	0	175.000	0	0	3.792.073	
02 253	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS																		
02 253	2008/5003	Compart., Transf Verbas - Acções Recreativas e outras - Despesas Capital	0102 080701	O					01/2008	12/2018		90.525	90.525			349.286			
02 253	2016/6	Orçamento Participativo Jovem do Marco de Canaveses																	
02 253	2016/6	3 Projeto O.P.J. - Aquisição de serviços	0102 020225	O		100		02	01/2016	12/2018	0	5.000	5.000			5.000			
02 253	2016/6	4 Projeto O.P.J. - Aquisição de bens	0102 020121	O		100		02	01/2016	12/2018		5.000	5.000			5.000			
									Totais do Programa 253:			258.761	100.525	100.525	0	0	0	359.286	
									Totais do Objetivo 02:			40.247.940	3.959.083	3.959.083	0	6.632.055	2.654.400	2.654.400	56.147.878
03	FUNÇÕES ECONÓMICAS																		
03 320	INDÚSTRIA E ENERGIA																		
03 320	2016/3	Ilum Pub LED na cidade do M.C. na área não abrangida pela Reab. Urbana																	
03 320	2016/3	1 Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020214	O		15	85	02	01/2016	12/2019	0	5.550	5.550			5.550			

Atividades mais Relevantes do ano 2018

(valores em euros)

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)			Fases de Exec.	Realizado (a)	2018			Anos seguintes			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
						AC	AA	FC		Início	Fim	Total (b)=(c)+(d)			Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)		
FUNÇÕES ECONÓMICAS																						
INDÚSTRIA E ENERGIA																						
03 320 2016/4			Illum Pub LED na rede da Vila de Alpendorada	0102 020214	0	15	85	02	01/2016	12/2019	0				5.000	5.000				5.000		
03 320 2016/19	1		Estudos, pareceres, projetos e consultadoria Canaveses																			
03 320 2016/19	2		Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020214	0			01	01/2016	12/2019	0				100	100		86.000		86.100		
Totais do Programa 320:														0	10.650	10.650	0	86.000	0	0	0	96.650
TURISMO																						
03 342 2015/3	1		Promoção do Potencial Turístico do Marco de Canaveses	0102 020121	0			02	01/2015	12/2018					26.442	10.000	10.000			36.442		
03 342 2015/3	2		Aquisição de Serviços	0102 020225	0			02	01/2015	12/2018					108.758	25.000	25.000			133.758		
03 342 2015/3	3		Prémios, Condecorações e Ofertas	0102 020115	0			02	01/2015	12/2018					16.865	15.000	15.000			31.865		
03 342 2015/3	4		Publicidade	0102 020217	0			02	01/2015	12/2018					26.330	20.000	20.000			46.330		
03 342 2015/3	5		Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020214	0			02	01/2018	12/2018	0					50.000	50.000			50.000		
Totais do Programa 342:														178.395	120.000	120.000	0	0	0	0	0	298.395
Totais do Objetivo 03:														178.395	130.650	130.650	0	86.000	0	0	0	395.045
OUTRAS FUNÇÕES																						
TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES																						
04 420 2009/28			Transferências entre Administrações - Outras																			
04 420 2009/28	1		Transferências correntes	0102 04050104	0			02	01/2009	12/2018	0				165.590	100.000	100.000			265.590		
04 420 2009/28	2		Transferências de capital	0102 08050104	0			02	01/2009	12/2018	0				9.325	5.000	5.000			14.325		
04 420 2010/1			Compart.do Município na CIM-TS																			
04 420 2010/1	1		Compaticipação nos projectos-Transf.Corrente	0102 04050104	0			02	01/2010	12/2019					200.715	75.000	75.000			275.715		
04 420 2010/1	2		Compaticipação nos projectos-Transf.Capital	0102 08050104	0			02	01/2010	12/2019					40.946	60.000	60.000			100.946		
04 420 2015/5001			Contribuição para o Fundo de Apoio Municipal	0102 090806	0			02	01/2015	12/2021					442.810	177.124	177.124		177.124	354.251		
04 420 2015/5004			Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências-Investimentos	0102 08050102	0			02	01/2015	12/2021					793.811	165.000	165.000		107.366	1.066.177		

Atividades mais Relevantes do ano 2018

Obj. Prog.		Projeto		Designação		Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.			Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2018			Despesas			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
		Ano / Nº Ação					AC	AA	FC	Início		Fim		(b)=(c)+(d)				Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)	
04 OUTRAS FUNÇÕES																								
04 420 TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES																								
04 420 2017/11 Contratos de Cooperação Juntas de Freguesia - Corrente																								
							0102 04050102	0	100	02	01/2017 12/2018						20.000	20.000					20.000	
Totaís do Programa 420:														1.653.197	602.124	602.124	0	284.490	177.124	354.251	0	3.071.186		
Totaís do Objetivo 04:														1.653.197	602.124	602.124	0	284.490	177.124	354.251	0	3.071.186		
Total Geral:														61.942.962	6.144.691	6.144.691	0	12.210.211	5.941.524	5.628.651	0	91.868.039		

ORGÃO EXECUTIVO

Em 15 de Dezembro de 2017
Enrique Viana

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 29 de Dezembro de 2017
Jorge Pereira

7- Grandes Opções do Plano (Mapa)



Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº	Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2018			Anos seguintes			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
							AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)		Outros (h)
FUNÇÕES GERAIS																						
ADMINISTRAÇÃO GERAL																						
01	111	2006/5007		Encargos instalações - Consumos água, saneamento e outros	0102 020201	O				02	01/2006	12/2021	5	16.437.746	874.000	874.000	4.366.000	2.620.000	2.620.000	26.917.746		
01	111	2007/8		Aquisição de terrenos-outros	0102 07010104	O					01/2007	12/2018		459.172	50.000	50.000				509.172		
01	111	2009/6		Equipamento de Informática	0102 070107	O				02	01/2009	12/2018	0	219.754	45.000	45.000				264.754		
01	111	2009/7		Software Informático	0102 070108	O				02	01/2009	12/2018	0	262.927	50.000	50.000				312.927		
01	111	2009/8		Equipamento Básico-Outro	0102 07011002	O				02	01/2009	12/2019	0	1.012.430	100.000	100.000	100.000			1.212.430		
01	111	2009/9		Ferramentas e Utensílios	0102 070111	O				02	01/2009	12/2018	0	70.618	10.000	10.000				80.618		
01	111	2009/10		Equipamento Administrativo	0102 070109	O				02	01/2009	12/2018	0	84.348	20.000	20.000				104.348		
01	111	2009/11		Equipamento de Transporte	0102 07010602	O				01	01/2009	12/2018	0	582.658	100.000	100.000				682.658		
01	111	2009/30		Reparação e Beneficiação Diversas de Instalações	0102 0701030199	O				01	01/2009	12/2019	3	253.255	55.000	55.000	50.000			358.255		
01	111	2013/5003		Locação de Material de Transporte	0102 020206	O				02	01/2013	12/2021	2	61.457	25.000	25.000	25.000			111.457		
01	111	2013/5004		Locação de Outros Bens	0102 020208	O				02	01/2013	12/2021	2	178.485	45.000	45.000				223.485		
01	111	2013/5005		Combustíveis e lubrificantes																		
01	111	2013/50051		Aquisição de Gasóleo	0102 02010202	O				01	01/2013	12/2021	5	1.789.741	73.334	73.334	366.666	220.000		2.449.741		
01	111	2013/50052		Aquisição de combustíveis - Outros	0102 02010299	O				01	01/2013	12/2021	5	878.250	90.000	90.000	450.000	270.000		1.688.250		
01	111	2016/13		Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria	0102 020214	O				02	01/2016	12/2018		133.751	260.000	260.000				393.751		
01	111	2018/5		Requalificação Energética do Edifício dos Paços do Concelho	0102 0701030199	E				01	01/2018	12/2019	0		100	100	357.800			357.900		
Totais do Programa 111:														22.424.592	1.797.434	1.797.434	5.715.466	3.110.000	2.620.000		35.667.492	
PROTECÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS																						
01	121	2010/5012		Protocolo de colaboração (A.H. Bombeiros Vol. Marco Cana)-Desp corrente	0102 040701	O				02	01/2010	12/2018		384.000	48.000	48.000				432.000		
01	121	2018/5001		Protocolo de Colaboração (A.Florestal Entre Douro e Tâmega)-Desp corrente	0102 040701	O					01/2018	12/2018	0		37.500	37.500				37.500		
Totais do Programa 121:														384.000	85.500	85.500					469.500	
Totais do Objetivo 01:														22.808.592	1.882.934	1.882.934	0	5.715.466	3.110.000	2.620.000	0	36.136.992
FUNÇÕES SOCIAIS																						
ENSINO NÃO SUPERIOR																						
02	211	2008/19		Construção EBI - Rio de Galinhas	0102 0701030529	E				01	01/2008	12/2021	0		100	100				100		
02	211	2008/23		Requalificação EB1 e JI Gandra - V Douro	0102 0701030530	E				01	01/2008	12/2019	0		100	100	49.900			50.000		
02	211	2008/24		Ampliação/Requalificação EB1 Cruzeiro - Alpendorada	0102 0701030535	E				01	01/2008	12/2018	0	99.250	46.276	46.276				145.526		

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2018		Despesas			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
					AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	Anos seguintes				
																2019 (e)	2020 (f)		2021 (g)	Outros (h)
02	FUNÇÕES SOCIAIS																			
02	211	ENSINO NÃO SUPERIOR																		
02	211	2008/26	Ampliação/Requalificação EB1 Esperança - V O Aliv	E	0102 0701030537	E	01	01/2008	12/2019	0		100	100		264.900			265.000		
02	211	2008/27	Ampliação/Requalificação EB1 e JI Gouveia V O Aliviada	E	0102 0701030548	E	01	01/2008	12/2019	0		100	100		49.900			50.000		
02	211	2008/28	Ampliação/Requalificação EB1 Lordelo - Vila B Quires	E	0102 0701030539	E	01	01/2008	12/2019	0		100	100		264.900			265.000		
02	211	2008/30	Ampliação/Requalificação EB1 - Paços de Gaiolo	E	0102 0701030541	E	01	01/2008	12/2019	0		100	100		350.000			350.100		
02	211	2008/31	Ampliação/Requalificação EB1 e J I Barroca - Rio de Galinhas	E	0102 0701030542	E	01	01/2008	12/2019	0		100	100		174.800			174.900		
02	211	2008/32	Requalificação da EB1 Ladário - Tabuado	E	0102 0701030543	E	01	01/2008	12/2019	0		100	100		74.900			75.000		
02	211	2008/33	Requalificação EB1 e J I Livração - Toutosa	E	0102 0701030544	E	01	01/2008	12/2019	0		100	100		49.900			50.000		
02	211	2009/12	Requalificação do Parque Escolar																	
02	211	2009/12	1	Reparação de Edifícios Escolares-Emprelhada	E	0102 0701020301	E	01	01/2009	12/2018	0	238.363	32.376	32.376				270.739		
02	211	2009/12	2	Reparação de Edifícios Escolares-Administração Directa	0	0102 020121	0	01	01/2009	12/2018	0	194.326	17.492	17.492				211.818		
02	211	2009/14	Projecto Escola Feliz																	
02	211	2009/14	2	Material de educação	O	0102 020120	O	02	01/2009	12/2018	0	55.767	15.000	15.000				70.767		
02	211	2011/2	Piano Nacional de Leitura- Ler +																	
02	211	2011/2	3	Aquisição de Livros p/ Bibliotecas das escolas	O	0102 020120	O	02	01/2011	12/2018	0	11.824	2.500	2.500				14.324		
02	211	2016/14		Protocolo de Colaboração-CERCIMARCO	0	0102 040701	0	02	01/2016	12/2018		31.500	18.000	18.000				49.500		
02	211	2016/18		Requalificação da Escola Básica de Eiró-Soalhães	E	0102 0701030553	E	01	01/2016	12/2018		490.709	25.000	25.000				515.709		
02	211	2017/2		Requalificação e Modernização das Instalações EB 2 3 do Marco - Acordo Colaboração Ministério da Educação																
02	211	2017/2	1	Construção	E	0102 0701030554	E	15	85	01	01/2017	12/2018	526.000	526.000				526.000		
02	211	2017/2	2	Projeto de Execução	O	0102 020214	O	7,50	7,50	85	01	01/2017	12/2018	20.361	5.000	5.000		25.361		
02	211	2018/5002		Estudos, Pareceres, Projetos e Consultadoria	O	0102 020214	O	01	01/2018	12/2018	0		60.000	60.000				60.000		
Totais do Programa 211:												1.142.100	748.544	748.544		1.279.200			3.169.844	
02	212	SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO																		
02	212	2006/5004		Transportes Escolares	O	0102 020210	O	02	01/2005	12/2019	5	9.401.293	384.000	384.000		766.000		10.551.293		
02	212	2013/5001		Componente de Apoio à Família Prolongamento-JI	0	0102 020220	0	02	01/2013	12/2018	2	1.545.875	60.000	60.000				1.605.875		
02	212	2013/5002		For. Refeições JI/EB1-Aquisição Serviços	O	0102 020220	O	02	01/2013	12/2019	2	518.637	130.000	130.000		130.000		778.637		
02	212	2015/5002		Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências-Educação																
02	212	2015/5002	1	Primeiro Ciclo-Ensino Básico	0	0102 04050102	0	02	01/2015	12/2019		1.032.154	200.000	200.000		200.000		1.432.154		

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº	Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2018		Anos seguintes			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
							AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)		2021 (g)	Outros (h)
02				FUNÇÕES SOCIAIS																		
02 212				SERVIÇOS AUXILIARES DE ENSINO																		
02 212	2015/50022			Ensino Pré-Escolar	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2019		2.561.584	351.334	351.334		702.666		3.615.584		
02 212	2015/5005			Acordos de Execução de Delegação de Competências-Educação																		
02 212	2015/50051			Conservação e Manutenção de Estabelecimentos Escolares-Pré-Escolar e 1º CEB	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2021		275.063	100.000	100.000				375.063		
02 212	2015/50052			Manutenção e Conservação de Espaços Envolventes-Pré-Escolar e 1º CEB	0102 04050102	0				02	01/2015	12/2021		72.293	25.000	25.000				97.293		
02 212	2015/5007			Programa Generalização Actividades Enriquecimento Curricular																		
02 212	2015/50071			Protocolo de Colaboração-Prestação de Serviços	0102 020220	0				02	01/2015	12/2018		180.696	60.000	60.000				240.696		
02 212	2015/50072			Encargos com Pessoal	0102 010107	0				02	01/2015	12/2018		68.154	30.000	30.000				98.154		
02 212	2015/50073			Protocolos de Colaboração-Colectividades	0102 040701	0				02	01/2015	12/2018		41.335	20.000	20.000				61.335		
02 212	2015/50074			Outras Despesas Correntes	0102 020121	0				02	01/2015	12/2018			1.500	1.500				1.500		
02 212	2015/5008			Ação Social Escolar-1º CEB-Material Didático	0102 040802	0				02	01/2015	12/2018		159.988	10.000	10.000				169.988		
02 232				AÇÃO SOCIAL						Totais do Programa 212:			15.857.072	1.371.834	1.371.834		1.798.666		19.027.572			
02 232	2006/5017			Participação, Transf verbas - Acção Social - Despesas Capital	0102 080701	0				02	01/2005	12/2019		433.200	107.900	107.900		100.000		641.100		
02 232	2008/5001			Compart Transf verbas - Acção Social - Transf Cap (Centros Dia/Convívio e outras)	0102 08050102	0					01/2008	12/2018		120.964	50.000	50.000				170.964		
02 232	2010/5001			Campanha de Solidariedade "Natal com um Sorriso"																		
02 232	2010/50011			Aquisição de Serviços	0102 020225	0					01/2010	12/2018			1.000	1.000				1.000		
02 232	2010/50012			Aquisição de Bens	0102 020121	0					01/2010	12/2018		18.450	11.000	11.000				29.450		
02 232	2017/7			Fundo de Emergência Social do Município do Marco de Canaveses																		
02 232	2017/7 1			Subsídios de apoio às pessoas em situação de vulnerabilidade	0102 040802	0				02	01/2017	12/2018			50.000	50.000				50.000		

Grandes Opções do Plano do ano 2018

Obj. Prog.		Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2018				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)			
Ano / Nº Ação		AC					AA				FC				Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	Anos seguintes				
																		2019 (e)		2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)
FUNÇÕES SOCIAIS																						
HABITAÇÃO																						
02	241	02 241	2018/2	2	Obras por Empreitada	E				01	01/2018	12/2018	0		100	100		100				
		02 241	2018/3		Marco Habita Jovem																	
		02 241	2018/3	1	Obras por Administração direta	A				01	01/2018	12/2018	0		100	100		100				
		02 241	2018/3	2	Obras por Empreitada	E				01	01/2018	12/2018	0		100	100		100				
Totais do Programa 241:														126.915	30.400	30.400		157.315				
ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO																						
02	242	02 242	2006/5009		Comparticipação, Transferências de verbas - Despesas Capital	O				01	01/2005	12/2018		813.739	5.000	5.000		818.739				
		02 242	2008/44		Requalificações Urbanísticas diversas	E				01	01/2008	12/2018	0	386.512	500.000	500.000		886.512				
		02 242	2017/4		PARU - Município do Marco de Canaveses																	
		02 242	2017/4	1	Reabilitação da Zona envolvente do Edifício Paços do Concelho	E			15	85	01	01/2017	12/2019	0	187.000	187.000		187.000				
		02 242	2017/4	2	Reabilitação do Jardim Adriano José de Carvalho e Melo	E			15	85	01	01/2017	12/2019	0	100	100	381.500	381.600				
		02 242	2017/4	3	Reabilitação da Av.Prof. Dr. Carlos Mota Pinto	E			15	85	01	01/2017	12/2019	0	100	100	999.900	1.000.000				
		02 242	2017/4	4	Reabilitação de Vários Arruamentos na API 3	E			15	85	01	01/2017	12/2019	0	1.130.124	1.130.124		1.130.124				
		02 242	2017/4	5	Reabilitação Integral de vários Edifícios nas APIs																	
		02 242	2017/4	5/1	Centro Cultural do Marco	E			15	85	01	01/2017	12/2019	0	1.350.000	1.350.000		1.350.000				
		02 242	2017/4	5/2	Museu Municipal Carmen Miranda	E			15	85	01	01/2017	12/2019	0	650.100	650.100		650.100				
		02 242	2017/4	6	Medidas Minimizadoras do Impacto das Obras	O			15	85	01	01/2017	12/2019	0	60.000	60.000		60.000				
		02 242	2017/4	7	Promoção, Sensibilização e Comunicação	O			15	85	01	01/2017	12/2019	0	68.000	68.000		68.000				
		02 242	2017/4	8	Projetos de Execução	O			15	85	01	01/2017	12/2018	0	141.780	175.000		316.780				
Totais do Programa 242:														1.342.031	4.125.424	4.125.424		6.848.855				
SANEAMENTO																						
02	243	02 243	2012/8		Construção de Estações Elevatórias(AR) na Área do Município	E			15	85	01	01/2012	12/2018		79.340	20.000	20.000	99.340				
		02 243	2013/9		ETAR de Fontalvomb-Várzea do Douro	E			15	85	01	01/2013	12/2018		325.288	25.000	25.000	350.288				
		02 243	2013/13		Outros				01	01/2013	12/2018	2		540.997	319.518	319.518		860.515				
		02 243	2014/6		Construção da ETAR de Maureles	E			20	80	01	01/2014	12/2018		5.000	5.000		248.194				
		02 243	2014/7		Construção da ETAR de Magães/Freixo	E			20	80	01	01/2014	12/2018		65.000	65.000		65.000				
		02 243	2014/10		Rede do Freixo	E			20	80	01	01/2014	12/2019		100	100	158.900	159.000				
		02 243	2015/4		Construção da ETAR do Torrão	E			01	01/2015	12/2018		37.973	215.089	215.089		253.062					

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj. Prog.	Projeto	Ano / Nº Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
						AC	AA	FC		2018				Anos seguintes					
										Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)		Outros (h)
02	FUNÇÕES SOCIAIS																		
02 243	SANEAMENTO																		
02 243	2015/5		Estações Elevatórias de Águas Residuais (Magrelas e Outras)	0102 0701040209	E				01	01/2015	12/2018		115.039	117.393	117.393			232.432	
02 243	2016/7		Redes de Abast. Água e Sanea em V B Bispo, Fav. Fornos, Rio Galinhas e Tabuado	0102 0701040210	E				01	01/2016	12/2018	1	96.145	25.000	25.000			121.145	
			Totais do Programa 243:											1.437.976	792.100	792.100	158.900		2.388.976
02 244	ABASTECIMENTO DE ÁGUA																		
02 244	2013/4		Construção de Conduta Elevatória (AA) ETA - Maria Gil	0102 0701040702	E	20	80	01	01/2013	12/2018			90.655	101.000	101.000			191.655	
02 244	2014/3		Reforço da Captação de Soalhães	0102 0701040710	E	20	80	01	01/2014	12/2019				100	100	158.900		159.000	
02 244	2014/4		Extensão da Rede a Telhe e Lardosa/Soalhães	0102 0701040711	E	20	80	01	01/2014	12/2019				100	100	39.650		39.750	
02 244	2014/5		Outros	0102 0701040716	E			01	01/2014	12/2019				500	500			500	
02 244	2015/6		Rede de Abastecimento de Água-Santo Isidoro e Livração	0102 0701040712	E			01	01/2015	12/2019				100	100	158.900		159.000	
02 244	2015/8		Estação Elevatória e Adutora-Carvalheira	0102 0701040714	E			01	01/2015	12/2019				100	100	249.900		250.000	
02 244	2016/17		Rede de Abastecimento de Água e Saneamento do Torrão	0102 0701040713	E			01	01/2016	12/2019				900.000	900.000			900.000	
			Totais do Programa 244:											90.655	1.001.900	1.001.900	607.350		1.699.905
02 245	RESÍDUOS SÓLIDOS																		
02 245	2006/5011		Entrega e Recuperação R.S.U e Recol Select Valor, Trat e Destino Final	0102 020202	O				02	01/2006	12/2021		6.439.667	300.000	300.000	1.500.000	900.000	10.039.667	
02 245	2006/5012		Recolha e Transporte de R.S.U e Lavagem e Desinf. de Contentores	0102 020202	O				02	01/2005	12/2021		9.510.047	470.800	470.800	2.354.000	1.412.400	15.159.647	
02 245	2015/5003		Contratos Interadministrativos de Delegação de Competência-RSU	0102 04050102	O				02	01/2015	12/2021		344.025	171.000	171.000	513.000	342.000	1.712.025	
			Totais do Programa 245:											16.293.739	941.800	941.800	4.367.000	2.654.400	26 911.339
02 246	PROTEÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA N/																		
02 246	2006/5013		Comparticipação, Transf. verbas-Cemitérios, Capelas Mortu e outras	0102 08050102	O				02	01/2006	12/2018		676.538	65.000	65.000			741.538	
02 246	2015/5006		Acordos de Execução de Delegação de Competências-Limpeza de Vias e Espaços Públicos	0102 04050102	O				02	01/2015	12/2021		641.330	121.000	121.000	121.000		883.330	
02 246	2016/15		Cemitério Municipal do Marco de Canaveses																
02 246	2016/15	2	Parque de Estacionamento	0102 07010412	E				01	01/2016	12/2018		41.757	121.243	121.243			163.000	
02 246	2016/16		Centro de Bem Estar Animal do Marco de Canaveses	0102 0701030199	E				01	01/2016	12/2018		166.682	15.000	15.000			181.682	

Grandes Opções do Plano do ano 2018

Obj. Prog.		Projeto		Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)		
		Ano / Nº	Ação				AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	2018 Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)		2020 (f)	2021 (g)
FUNÇÕES SOCIAIS																					
PROTECÇÃO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA N/																					
02	246	2018/1		Centro de Bem Estar Animal do Marco de Canaveses	0102 07011002	O				01	01/2018	12/2018	0	6.500	6.500				6.500		
													Totais do Programa 246:				1.526.307	328.743	328.743	121.000	1.976.050
CULTURA																					
02	251	2006/5014		Comp. participação, Transf. verbas-Dinamização cultural-Despesas Corrente	0102 040701	O				02	01/2005	12/2018		670.673	80.000	80.000			750.673		
02	251	2006/5015		Comp. participação, Transf. verbas-Dinamização cultural-Despesas Capital	0102 080701	O				02	01/2005	12/2018		90.563	90.000	90.000			180.563		
02	251	2009/5004		Festival do Anho Assado c/ Arroz Forno/Feira Colect/Festa Carv Franc Peliscos																	
02	251	2009/50041		Aquisição de bens	0102 020121	O				02	01/2009	12/2018	0	2.151	5.000	5.000			7.151		
02	251	2009/50042		Aquisição de serviços	0102 020225	O				02	01/2009	12/2018	0	56.965	25.000	25.000			81.965		
02	251	2009/50043		Publicidade	0102 020217	O				02	01/2009	12/2018		6.763	7.500	7.500			14.263		
02	251	2009/5005		Festas do Marco - Feira do Artesanato, Gastronomia e Vinhos																	
02	251	2009/50051		Aquisição de bens	0102 020121	O				02	01/2009	12/2018	0	12.411	5.000	5.000			17.411		
02	251	2009/50052		Aquisição de serviços	0102 020225	O				02	01/2009	12/2019	0	483.612	50.000	50.000	50.000		583.612		
02	251	2009/50053		Pirotecnia	0102 020103	O				02	01/2009	12/2018		24.599	14.000	14.000			38.599		
02	251	2009/50054		Publicidade	0102 020217	O				02	01/2009	12/2018		7.847	8.000	8.000			15.847		
02	251	2009/50055		Oferias e Condecorações	0102 020115	O				02	01/2009	12/2018		2.326	5.000	5.000			7.326		
02	251	2010/5007		Marco de Letras-Feira do Livro de Marco de Canaveses																	
02	251	2010/50071		Aquisição de Serviços	0102 020225	O				02	01/2010	12/2018		14.646	5.000	5.000			19.646		
02	251	2010/50072		Aquisição de Bens	0102 020121	O				02	01/2010	12/2018		1.927	2.000	2.000			3.927		
02	251	2016/10		Bienal da Pedra																	
02	251	2016/10 1		Aquisição de serviços	0102 020225	O				02	01/2018	12/2018		50.000	50.000	50.000			50.000		
02	251	2016/10 2		Aquisição de bens	0102 020121	O				02	01/2018	12/2018		1.000	1.000	1.000			1.000		
02	251	2016/10 3		Oferias	0102 020115	O				02	01/2018	12/2018		1.000	1.000	1.000			1.000		
02	251	2016/10 4		Publicidade	0102 020217	O				02	01/2018	12/2018		3.500	3.500	3.500			3.500		
02	251	2016/11		Prémios Carmen Miranda																	
02	251	2016/11 1		Aquisição de serviços	0102 020225	O				02	01/2016	12/2018		653	2.000	2.000			2.653		
02	251	2016/11 2		Aquisição de bens	0102 020121	O				02	01/2016	12/2018		123	2.000	2.000			2.123		
02	251	2016/11 3		Publicidade	0102 020217	O				02	01/2016	12/2018		1.883	2.000	2.000			3.883		
02	251	2016/11 4		Prémios e Oferias	0102 020115	O				02	01/2016	12/2018		2.095	2.500	2.500			4.595		

Grandes Opções do Plano do ano 2018

Emitido em: 12-12-2017 10:17:10

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	2018			Anos seguintes			Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)				
					AC	AA	FC		Início	Fim			Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)	Financiam. não definido (d)	2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)		Outros (h)			
FUNÇÕES SOCIAIS																							
02	252	DESPORTO, RECREIO E LAZER																					
02	252	2016/12	Construção, Recuperação e Apetrechamento das Infra-Estruturas do Desporto Escolar																				
02	252	2016/12	1						02	01/2016	12/2018			6.000	6.000				6.000				
02	252	2016/12	2						02	01/2016	12/2018		3.858	6.000	6.000				9.858				
02	252	2016/12	3						01	01/2017	12/2018			10.000	10.000				10.000				
02	252	2016/12	4						02	01/2016	12/2018			60.000	60.000				60.000				
02	252	2017/5	Parques de campismo/carabanismo/lazer																				
02	252	2017/5	1					E	01	01/2017	12/2018	0		159.000	159.000				159.000				
02	252	2017/5	2					O	01	01/2017	12/2018	0	1.994	5.000	5.000				6.994				
Totais do Programa 252:													4.999.175	2.125.517	2.125.517	1.133.585	8.258.277						
02	253	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS																					
02	253	2008/5003	Comp.art., Transf Verbas - Ações Recreativas e outras - Despesas Capital																				
02	253	2016/6	Orçamento Participativo Jovem do Marco de Canaveses																				
02	253	2016/6	1					O	100	02	01/2016	12/2018			5.000	5.000			5.000				
02	253	2016/6	2					O	100	01/2016	12/2018			5.000	5.000				5.000				
02	253	2016/6	3					O	100	02	01/2016	12/2018	0		5.000	5.000			5.000				
02	253	2016/6	4					O	100	02	01/2016	12/2018			5.000	5.000			5.000				
02	253	2017/9	Orçamento Participativo Jovem do Marco de Canaveses																				
02	253	2017/9	1					O	100	02	01/2017	12/2018	5		5.000	5.000			5.000				
02	253	2017/9	2					O	100	02	01/2017	12/2018	5		5.000	5.000			5.000				
Totais do Programa 253:													258.761	120.525	120.525	379.286							
Totais do Objetivo 02:													45.044.725	12.201.798	12.201.798	0	11.017.490	2.654.400	2.654.400	0	73.572.813		
03	FUNÇÕES ECONÓMICAS																						
03	320	INDÚSTRIA E ENERGIA																					
03	320	2008/13	Rede de iluminação pública na área do Concelho																				
03	320	2008/13	1					E	15	85	01	06/2011	12/2018	1	255.735	38.503	38.503		294.238				
03	320	2016/3	Ilum Pub LED na cidade do M.C. na área não abrangida pela Reab. Urbana																				

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj.	Prog.	Projeto	Ano / Nº	Ação	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz.	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)
								AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	Anos seguintes			
																	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)	
03					FUNÇÕES ECONÓMICAS															
03	320				INDÚSTRIA E ENERGIA															
03	320	2016/3	1		Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020214	O		15	85	02	01/2016	12/2019	0		5.550	5.550		5.550	
03	320	2016/3	2		Empreitada	0102 0701040405	E		15	85	01	01/2016	12/2019	0		100	199.900		200.000	
03	320	2016/4			Illum Pub LED na rede da Vila de Alpendorada															
03	320	2016/4	1		Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020214	O		15	85	02	01/2016	12/2019	0		5.000	5.000		5.000	
03	320	2016/4	2		Empreitada	0102 0701040405	E		15	85	01	01/2016	12/2019	0		100	199.900		200.000	
03	320	2016/19			Requalificação da Zona Empresarial do Marco de Canaveses															
03	320	2016/19	1		Empreitada	0102 0701041316	E				01	01/2016	12/2019	0	143.051	41.236	968.000		1.152.287	
03	320	2016/19	2		Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	0102 020214	O				01	01/2016	12/2019	0		100	86.000		86.100	
Totais do Programa 320:															398.786	90.589	90.589	1.453.800	1.943.175	
03	331				TRANSPORTES RODOVIÁRIOS															
03	331	2003/80			Viadutos, arruamentos e obras complementares	0102 07030301	O				01	01/2002	12/2019			500.000		4.227.932		
03	331	2003/81			Construção passeios na área do Concelho	0102 0703030802	E				01	01/2002	12/2019	4	383.137	63.500		446.637		
03	331	2003/122			Sinalização e Trânsito	0102 07010409	O				01	01/2002	12/2018		315.925	67.105		383.030		
03	331	2015/9			Benef Estria Lig Marg Dir entre Coramento da Barragem Carrapatelo e ER108	0102 0703030821	E				01	01/2015	12/2052	0	223.151	9.000	50.000	282.151		
03	331	2016/8			Pavimentações, Infraestruturas, Passeios, Parque Urbano e Outras Beneficiações - Acordos c/ terceiros	0102 07030301	E				01	01/2016	12/2019	0	43.060	50.000	950.000	1.043.060		
03	331	2017/1			Plano de Ação de Mobilidade Urbana Sustentável															
03	331	2017/1	1		Rede de percursos pedonais - Centro Urbano do Marco Canaveses	0102 0703030802	E		15	85	01	01/2017	12/2019	3	36.856	45.070		81.926		
03	331	2017/1	2		Rede de percursos pedonais - Aglomerados Urbanos	0102 0703030802	E		15	85	01	01/2017	12/2019	0	43.510	203.869		247.379		
03	331	2017/1	3		Rede de percursos pedonais - Zonas envolventes às Escolas	0102 0703030802	E		15	85	01	01/2017	12/2019	0	174.152	132.801		306.953		
03	331	2017/1	4		Rede de percursos pedonais - Centro Urbano de Alpendorada	0102 0703030802	E		15	85	01	01/2017	12/2019	0	146.910	15.000		161.910		
03	331	2017/1	5		Rede de perc ped - Polos Empresariais de Alpendorada e V B Quires	0102 0703030802	E		15	85	01	01/2017	12/2019	0		100	434.900	435.000		
03	331	2017/1	6		Consolidação do Interface Modal de Marco de Canaveses	0102 07030301	E		15	85	01	01/2017	12/2019	0		100	5.259.900	5.260.000		
Totais do Programa 331:															5.094.633	1.086.545	1.086.545	6.694.800	12.875.978	

Grandes Opções do Plano do ano 2018

(valores em euros)

Obj. Prog.	Projeto	Designação	Código Classificação Orçamental	Forma de Realiz	Fonte Financiamento (%)			Resp.	Datas (Mês/Ano)		Fases de Exec.	Realizado (a)	Despesas				Total previsto (i) = (a)+(b)+(e)+(f)+(g)+(h)	
					AC	AA	FC		Total (b)=(c)+(d)	2018								
										Financiam. definido (c)			Financiam. não definido (d)	Anos seguintes				
	Ano / Nº	Ação							Início	Fim			2019 (e)	2020 (f)	2021 (g)	Outros (h)		
FUNÇÕES ECONÓMICAS																		
TURISMO																		
03 342	2015/3	1	Aquisição de Bens	O			02	01/2015	12/2018		26.442	10.000	10.000			36.442		
03 342	2015/3	2	Aquisição de Serviços	O			02	01/2015	12/2018		108.758	25.000	25.000			133.758		
03 342	2015/3	3	Prémios, Condecorações e Ofertas	O			02	01/2015	12/2018		16.865	15.000	15.000			31.865		
03 342	2015/3	4	Publicidade	O			02	01/2015	12/2018		26.330	20.000	20.000			46.330		
03 342	2015/3	5	Estudos, pareceres, projetos e consultadoria	O			02	01/2018	12/2018	0		50.000	50.000			50.000		
03 342	2016/5		Pousada do Marco de Canaveses	E			01	01/2018	12/2019	0	100	100	476.900			477.000		
Totais do Programa 342:												178.395	120.100	120.100	476.900		775.395	
Totais do Objetivo 03:												5.671.814	1.297.234	1.297.234	0	8.625.500	0	15.594.548
OUTRAS FUNÇÕES																		
TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES																		
Transferências entre Administrações - Outras																		
04 420	2009/28																	
04 420	2009/28	1	Transferências correntes	0			02	01/2009	12/2018	0	165.590	100.000	100.000			265.590		
04 420	2009/28	2	Transferências de capital	0			02	01/2009	12/2018	0	9.325	5.000	5.000			14.325		
04 420	2010/1		Compart.do Município na CIM-TS															
04 420	2010/1	1	Comparticipação nos projectos-Transf.Corrente	0			02	01/2010	12/2019		200.715	75.000	75.000			275.715		
04 420	2010/1	2	Comparticipação nos projectos-Transf.Capital	0			02	01/2010	12/2019		40.946	60.000	60.000			100.946		
04 420	2015/5001		Contribuição para o Fundo de Apoio Municipal	0			02	01/2015	12/2021		442.810	177.124	177.124	177.124	354.251	1.328.433		
04 420	2015/5004		Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências-Investimentos	0			02	01/2015	12/2021		793.811	165.000	165.000	107.366		1.066.177		
04 420	2017/11		Contratos de Cooperação Juntas de Freguesia - Corrente	0		100	02	01/2017	12/2018		20.000	20.000	20.000			20.000		

ORGÃO EXECUTIVO

Em 15 de Dezembro de 2017

Ricardo Leão

ORGÃO DELIBERATIVO

Em 29 de Dezembro de 2017

Ricardo Leão

8- Mapa demonstrativo do Equilíbrio Orçamental



MAPA DEMONSTRATIVO DE EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL

(alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º do RFALEI)



Município do Marco de Canaveses

Mapa Demonstrativo do Equilíbrio Orçamental em cumprimento do artigo 40.º da Lei .º 73/2013, de 3 de setembro;

Descrição	Orçamento para 2018 (Regra de Equilíbrio)
A - Receitas correntes previstas	22 591 651,00
B - Amortização média dos EMLP	1 174 638,06
C - Montante máximo das despesas correntes a considerar ((A) - (B))	21 417 012,94

9- Mapa de Pessoal 2018



MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES
MAPA DE PESSOAL 2018 (artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Actividades	Cargo/carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Total	Comissão Serviço		Trabalhadores em funções						OBS.				
					Preenchidos	A preencher	Preenchidos			A preencher							
							CTTI	CTTR	Temp Int	Temp parci	CTTI	CTTR					
												Temp Int		Temp parci			
GABINETE DE APOIO	Presidência	Assistente Técnico	Administrativo	1	1												
		Técnico Superior	Estudos Europeus	2	2												
			Sub Total	3	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SMPC	As definidas na estrutura orgânica em vigor no Município e no anexo referido no nº 2 do artº 88º da Lei 35/2014	Técnico Superior	Geografia	1	1												
			Planeamento Regional Urbanismo	1	1												
			Engenharia Florestal	1	1												
		Assistente Operacional	Auxiliar Técnico de BAD	1	1												
			Sub Total	4	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
VETERINÁRIO	As definidas na estrutura orgânica em vigor no Município e no anexo referido no nº 2 do artº 88º da Lei 35/2014	Técnico Superior	Veterinário	1	1												
		Assistente Técnico	Administrativo	1	1												
			Sub Total	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DFES	As definidas no Estatuto do Pessoal Dirigente	Diretor de Departamento	Financeiro, Económico e Social	1	1												
		Chefe de Divisão	Administração Geral e Finanças	1	1												
			Recursos Humanos	1	1												
			Desenvolvimento Económico e Social	1	1												
			Economia	1	1												
			Gestão	3	3												
			Recursos Humanos	2	2												
			Recursos Humanos/Higiene e Segurança no Trabalho	1	1												
			Biblioteca e Documentação	1	1												
			Desporto	34	6		24										
			Turismo	1	1												
			História	2	2												
	As definidas na estrutura orgânica em vigor no Município e no anexo referido no nº 2 do artº 88º da Lei 35/2014		Psicologia	2	2												
			Tradutor Interpretre	1	1												
			Medicina, especialidade em Medicina do trabalho	1											1		
			Enfermagem, certificado Enfermeiro do Trabalho	1											1		
			Educação	1											1		
			Ciências Sociais	1											1		
		Coordenador Técnico	Administrativo	5	5												
			Tesoureiro	1	1												
		Assistente Técnico	Administrativo	35	31										4		
			Assistente de Ação Educativa	13	6										7		
			Segurança no Trabalho	1	1										1		
			---	4											4		
	Encarregado Operacional	Encarregado	2	2													
	Assistente Operacional	Auxiliar Administrativo	2	2													
		Auxiliar Ação Educativa	44	44													
		Auxiliar Serviços Gerais	15	15													

MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES
MAPA DE PESSOAL 2018 (artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Actividades	Cargo/carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Total	Comissão Serviço		Trabalhadores em funções						OBS.					
					Preenchidos	A preencher	Preenchidos		A preencher		CTTR			Temp Int	Temp Int	Temp Int		
							CTTI	Temp Int	CTTI	Temp Int	CTTR	Temp Int						
																	Temp Int	Temp Int
DFES	As definidas na estrutura orgânica em vigor no Município e no anexo referido no nº 2 do artº 88º da Lei 35/2014		Canalizador	1			1											
			Cantoneiro	1			1											
			Fiel de Armazem	2			2											
			Fiel Mercados e Feiras	2			2											
			Leitor Cobrador Consumos	2			1					1					1f); 1g)	
			Jardineiro	2			2											
			Nadador Salvador	4			4											
			Pedreiro	2			2											
			Restaurador Azulejos	1			1											
			Fiscal Leituras Cobranças	1			1											
			Fiscal Municipal	1			1										1g)	
					Sub Total	197	4	0	145	0	24	0	20	0	4			
DOU	As definidas no Estatuto do Pessoal Dirigente		Obras e Urbanismo	1	1													
			Planeamento e Gestão Urbanística	1	1													
			Ambiente e Serviços Urbanos	1	1													
			Edifícios e Equipamentos	1	1													
			Vias de Comunicação	1	1													
			Arquiteto	3			3										1a)	
	As definidas na estrutura orgânica em vigor no Município e no anexo referido no nº 2 do artº 88º da Lei 35/2014	Técnico Superior		Ambiente e Recursos Naturais	1	1												1a)
				Florestal	1	1												
				Engenheiro Civil	6			6										2a)
				Engenheiro Eletrotécnico	1			1										1a)
				Administração Pública, Regional e Autárquica	1			1										
				Planeamento	1			1										
		Assistente Técnico		Geografia (Especialização em Ordenamento do Território)	1			1										
				Informática de Gestão	1			1										
				Especialista Informática	1			1										
				Técnico Informática	2			2										
				Administrativo	13			12					1					1 e)
				Desenhador	2			2										
				Topógrafo	6			4					2					1f); 1e)
				---	3								3					3e)
				Encarregado	1			1										
				Encarregado Operacional	7			7										
				Assistente Operacional	1			1										
					Auxiliar Serviços Gerais	1			1									1g)

MUNICIPIO DE MARCO DE CANAVESES
MAPA DE PESSOAL 2018 (artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Actividades	Cargo/carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Total	Comissão Serviço		Trabalhadores em funções							OBS.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																	
					Preenchidos	A preencher	Preenchidos			A preencher																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
							CTTI	CTTR	Temp Int	Temp Int	Temp Int	Temp Int	Temp Int		Temp Int																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																
DOU	As definidas na estrutura orgânica em vigor no Município e no anexo referido no nº 2 do artº 88º da Lei 35/2014		Calceteiro	2																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																											

MUNICIPIO DE MARCO DE CANAVESES
MAPA DE PESSOAL 2018 (artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Actividades	Cargo/carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Total	Comissão Serviço		Trabalhadores em funções				OBS.																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																				
					Preenchidos	A preencher	Preenchidos		A preencher																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																						
							CTTI	CTTR	CTTI	CTTR																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																					
												Temp	Temp	Temp	Temp																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																																

SMPC - Serviço Municipal de Protecção Civil
DFES - Departamento Financeiro, Económico e Social
DOU - Departamento de Obras e Urbanismo
DAJF - Divisão de Assuntos Jurídicos e Fiscalização

Mapa Resumo dos postos de trabalho por cargo/carreira/categoria		
Cargo/carreira/Categoria	N.º Postos de Trabalho	Observações
Diretor de Departamento	2	
Chefe de Divisão	8	
Técnico Superior	77	
Coordenador técnico	6	
Assistente técnico	83	
Encarregado Geral Operacional	1	
Encarregado Operacional	9	
Assistente Operacional	213	
Especialista de Informática	1	
Técnico Superior PM	1	
Técnico Informática	2	
Polícia Municipal	10	
Fiscal Leituras Cobran.	1	
Fiscal Municipal	10	
Total	424	

MUNICIPIO DE MARCO DE CANAVESES
MAPA DE PESSOAL 2018 (artº 29º da Lei nº 35/2014, de 20 de junho)

Unidade Orgânica	Atribuições/Competências/Actividades	Cargo/carreira/Categoria	Área de formação académica e/ou profissional	Total	Comissão Serviço		Trabalhadores em funções						OBS.
					Preenchidos	A preencher	Preenchidos			A preencher			
							CTTI	CTTR	CTTI	CTTR	Temp Int	Temp parci	

- a) Titular de posto de trabalho em regime de comissão de serviço como dirigente
- b) Titular de posto de trabalho abrangido pelo Estatuto dos Eleitos Locais
- c) Vinte e quatro postos de trabalho preenchidos por tempo determinado, para lecionação de AEC's-Atividade Física e Desportiva no ano letivo 2017/2018, com término em 6 de julho de 2018. Poderá vir a ocorrer novo recrutamento para os mesmos postos de trabalho, até ao máximo de 28 postos, para o ano letivo 2018/2019, caso venha e verificar-se essa necessidade.
- d) Posto de trabalho a tempo parcial
- e) Posto de trabalho a preencher, ocupado em regime de mobilidade
- f) Trabalhador em situação de licença sem remuneração
- g) Titular de posto de trabalho em regime de mobilidade intecarreiras
- h) Posto de trabalho em regime de cedência de interesse público

10-Propostas de Gestão das Despesas com Pessoal - 2018





MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES

PROPOSTA

GESTÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL - 2018

Nos termos do disposto no artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, compete ao órgão executivo decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos:

- a) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados e, ou;
- b) Com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções;
- c) Com atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço.

Nestes termos **proponho**, relativamente a cada um dos referidos domínios, o seguinte:

1 – Recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho:

O montante para recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal é de **97.600,00 €**.

Modalidade de Relação Jurídica de Emprego Público	Unidade Orgânica	Carreira/Categoria	Nº de Postos de Trabalho	Despesa €
Contratos de Trabalho por Tempo Indeterminado	DFES	Técnico Superior (Medicina do Trabalho) ⁽¹⁾	1	2.800,00
	DFES	Técnico Superior (Enfermagem) ⁽¹⁾	1	2.800,00
	DFES	Assistente Técnico (Segurança no Trabalho)	1	8.000,00
Contratos de Trabalho a Termo Certo	DFES	Técnico Superior (Desporto - AEC's) ^{(1) (2)}	28	84.000,00
Total			31	97.600,00

(1) Posto de trabalho a tempo parcial;

(2) Pessoal necessário para assegurar o exercício de atividades objeto de transferência ou contratualização de competências da administração central para a administração local no domínio da educação.

2 – Alteração do posicionamento remuneratório:

Para efeitos do disposto no artigo 5º, conjugado com o artigo 7º e 8º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, tendo em atenção as limitações impostas pelo Contrato de Reequilíbrio Financeiro, as restrições orçamentais existentes por força da consolidação orçamental do Governo e o já avultado montante afeto a despesas com o pessoal, bem como a proposta do Orçamento de Estado para 2018 (PL 401/2017, de 2017.10.12, artº 19º, disponível no site da Direção-Geral do Orçamento) que apenas prevê a possibilidade de ocorrência de valorizações remuneratórias resultantes de alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório, progressões ou mudanças de nível ou escalão e promoções, ocorrendo o pagamento dos referidos acréscimos remuneratórios de forma faseada, propõe-



MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES

se o montante máximo de 75.000,00€ para as referidas valorizações remuneratórias, não havendo alteração de posicionamento remuneratório por opção gestonária.

3 – Prémios de desempenho:

Para efeitos do disposto no artigo 5º, conjugado com o artigo 13º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, face às razões explanadas anteriormente, existem valores inscritos nos documentos previsionais para o ano económico de 2018 de encargos com prémios de desempenho.

Paços do Concelho de Marco de Canaveses, 12 de dezembro de 2017

A Presidente da Câmara Municipal

Dr.ª Cristina Vieira



MUNICÍPIO DE MARCO DE CANAVESES

PROPOSTA

DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO DOS TITULARES DE CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 1º E 2º GRAUS

Considerando que o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado se encontra aprovado pela Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pelas Leis nºs 51/2005, de 30 de agosto, 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 64/2011, de 22 de dezembro, 68/2013, de 29 de agosto e 128/2015, de 3 de setembro;

Considerando que o estatuto remuneratório do pessoal dirigente definido no artigo 31º da referida Lei prevê, no nº 2, que ao pessoal dirigente são abonadas despesas de representação de montante fixado em despacho do Primeiro-Ministro e do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública;

Considerando que a adaptação à administração local da Lei nº 2/2004, operada pela Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, veio determinar, no artigo 24º, que a atribuição das referidas despesas de representação é da competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal;

Proponho, ao abrigo do estabelecido na alínea a) do nº 2 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, e nos termos dos nºs 1 e 2 do artigo 24º da Lei nº 49/2012, de 29 de agosto, que a Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, autorize a atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de 1.º e 2.º graus, que exercem ou venham a exercer funções no Município, no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o n.º 2 do artigo 31.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, sendo-lhes aplicáveis as correspondentes atualizações anuais.

Paços do Concelho de Marco de Canaveses, 12 de dezembro de 2017

A Presidente da Câmara Municipal

Dr.ª Cristina Vieira

11-Mapa das Responsabilidades Contingentes e Provisões





MAPA DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES E PROVISÕES (alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, 03/09)

Ano	Autor da ação	Natureza	Nº Processo	Tribunal	Indemnização pedida/ Gasto estimado
1995	Teófilo da Cunha Florim e Joaquim da Conceição S. Madurago	Execução de sentença.	159-A/95	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	15 000,00
2004	José Vieira Pinto, Mendes, Paiva & Correia, S.A.	Ação Administrativa Comum	2355/04.9 BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	873 857,36
2004	Maria Isabel Pinto Pereira e Outro	Ação de Processo Ordinário	610/04.7TBMCN	Tribunal Judicial do Marco de Canaveses	128 250,45
2007	Maria Júlia Marques de Sousa	Ação Administrativa Especial	688/07.1 BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	15 000,01
2008	Emília dos Anjos Pereira	Ação Administrativa Especial	325/08.7 BPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	0,00
2008	José Carlos dos Santos Carvalho Mendes	Ação Administrativa Especial	569/08.1 BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	0,00
2008	Ministério Público	Ação Administrativa Especial	322/08.2 BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	30 000,01
2008	Verónica Alexandra Leite	Ação Administrativa Especial	155/08.6 BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	10 000,00
2009	Freguesia de Sande, Patricia Pinto Vieira e outros	Ação Administrativa	15/09.3BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	0,00
2009	Henrique Fernando Pinheiro Rodrigues	Ação Administrativa Comum	741/13.2BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	13 702,04
2009	Joaquim Luís Espírito Santo Mendes Vasconcelos	Ação Administrativa Comum	230/09.0 BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	207 500,00
2010	Avelino Ferreira Torres	Ação Adm. Especial	868/10.2BEPNF	PENAFIEL - Tribunal Administrativo e Fiscal	100 946,44
2011	Ministério Público	Ação Administrativa Especial	266/11.0BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	0,00
2012	António Luís Soares Ferreira e outros.	Execução Comum	1836/12.5TBMCN	Tribunal da Comarca de Marco de Canaveses	838 057,33
2012	Elisabete Maria Ferreira Pimenta	Ação Administrativa Comum	1798/12.9BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	9 967,94
2012	Joaquim Teixeira Carneiro	Ação Administrativa Comum	2654/12.6 BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	73 810,00
2012	Manuel António Pinto Ferreira	Ação Administrativa Comum	448/12.8BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	5 437,50
2012	Mendes & Mendes - Sociedade de Granitos e Mármores, Lda.	Ação Administrativa Especial de Impugnação com Efeito Suspensivo	382/12.1BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	0,00
2013	Manuel Fernando Ribeiro e Fernanda Isabel Borges Cardoso	Ação Administrativa Comum	615/13.7BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	60 000,00
2013	Maria da Purificação Ferraz da Silva		313/13.1BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	0,00
2013	Miguel José Bezerra Barbosa de Bourbon Teles	Ação administrativa - Comum Ordinária	388/13.3BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	335 803,55
2013	Vodafone Portugal - Comunicações Pessoais, SA	Impugnação	351/13.4BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	4 441,40
2014	Ana Maria Rodrigues Ribeiro	Ação Administrativa Comum	184/14.0BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	15 000,00

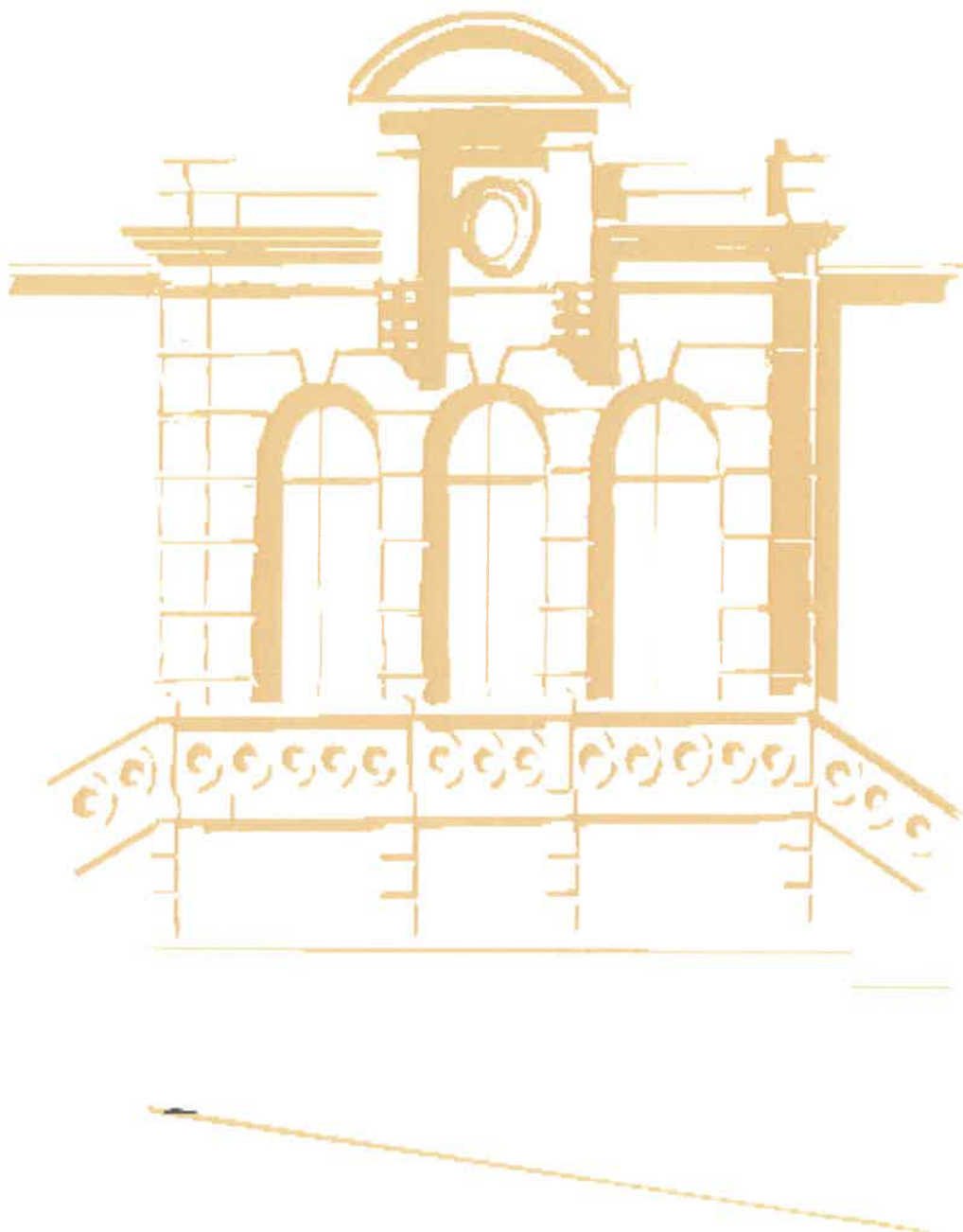


MAPA DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES E PROVISÕES (alínea a) do n.º 1 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, 03/09)

Ano	Autor da ação	Natureza	Nº Processo	Tribunal	Indemnização pedida/ Gasto estimado
2014	ARQUIGRUPO - Arquitetura e Planeamento, Lda		979/14.5BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	18 217,96
2014	Dr. Luís Monteiro Duarte	Ação de Honorários	571/14.4TBM CN	Tribunal da Comarca de Marco de Canaveses	31 800,99
2014	Maria Corália Alão Correia de Assis Miranda	Ação Administrativa Comum	435/14.1BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	5 050,00
2014	Maria de Fátima Conceição Pinto	Ação Administrativa Comum	63/14.4BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	39 997,86
2014	Paula Cristina Vieira de Sousa	Ação Administrativa Comum	504/14.8BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	341 899,50
2014	Sintap - Joaquim de Sousa Teixeira Carneiro	Impugnação Ato Administrativo	388/14.6BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	30 000,01
2015	Ministério Público	Processo Administrativo	P.A.15/4	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	0,00
2016	Herberto Hirundino Soares e Silva	Ação Administrativa	483/16.7BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	0,00
2016	Casa de Alvelo - Imóveis, S.A.	Ação Declarativa de Condenação	348/16.2TBM CN	Comarca do Porto Este	20 000,00
2009	Águas do Marco, S.A.	Sentença Tribunal Arbitral 2009		Tribunal Arbitral	16 000 000,00
		Juros de mora (Tx. 4%)		Tribunal Arbitral	4 133 333,33
2004	Águas do Marco, S.A.	Faturas tarifa saneamento 2004		Tribunal Arbitral	882 976,52
		Juros de mora (Tx. 4%)		Tribunal Arbitral	354 171,69
1995	Teófilo da Cunha Florim e Joaquim da Conceição S. Madurago	Recurso Jurisdicional	159-A/95	Tribunal Central Administrativo Norte	0,00
2003	Fernando Maria Ferreira e Mulher	Recurso contencioso	1367/03	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	0,00
2003	Maria do Céu Pires Ferreira de Melo e em representação de Filhos Menores	Ação ordinária emergente de responsabilidade civil	163/03 - UO-2, 6.º Juiz	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto-6.º Juízo	425 449,42
2017	Adalberto da Rocha Gonçalves Dias	Ação Administrativa	12/17.5BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	20 001,00
2017	Carlos Raúl Vieira Monteiro de Queirós	Ação Administrativa	96/17.6BEPNF	Tribunal Administrativo e Fiscal de Penafiel	8 000,00
2017	Viabiliti - Financial Management, Lda.	Ação Cível (Injunção)	57644/17.2YIPRT	Tribunal Judicial da Comarca do Porto Este	8 977,12
Total Geral					25 056 649,44

Notas: (*) Dados existentes a 30 de novembro de 2017

12-Mapa das Entidades Participadas pelo Município





MAPA DAS ENTIDADES PARTICIPADAS PELO MUNICÍPIO

(alínea c) do n.º 2 do artigo 46.º da Lei n.º 73/2013, 03/09)

ANO: 2017

<i>Denominação Social</i>	<i>N.I.P.C</i>	<i>Participação Valores em Euros</i>	<i>% Part.</i>
CARNAGRI-Matadouro Regional do Vale do Sousa e Baixo Tâmega, S.A	501831894	55 300,00	0,84
ADREDT-Agência de Desenvolvimento Regional de Entre Douro e Tâmega, S.A	504649221	44 675,00	8,94
RESINORTE-Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A	509143059	218 745,00	2,73
DOLMEN-Cooperativa de Formação, Educação e Desenvolvimento do Baixo Tâmega, C.R.L	502973544	1 250,00	0,75
CIMTS-Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	508889910	40 058,55	9,09
Turismo do Porto e Norte de Portugal, ER	508905435	1 500,00	1,16
Associação Nacional de Municípios Portugueses	501627413	5 854,00	0,39
Associação de Municípios Portugueses do Vinho	508038430	1 300,00	0,02



PROPOSTA

GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO 2018

Os documentos das Grandes Opções do Plano e Orçamento da Receita e Despesa, para o ano económico de 2018, foram apresentados e aprovados em reunião ordinária da Câmara Municipal de Marco de canaveses, realizada a 15 de dezembro de 2017, por 4 votos a favor, — votos contra e 3 abstenções.

Paços do Concelho do Marco de Canaveses, 15 de dezembro de 2017

A Câmara Municipal,

Orsinda Vieira

João Brilhante

Rogério

Paulo Jorge Silva Lobo

João Luís

Paula Maria Babo

Ilídio



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MARCO DE CANAVESES

----As Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano Financeiro de 2018 e respetivo Mapa de Pessoal, apreciado e aprovado pela Assembleia Municipal do Marco de Canaveses, em Sessão Ordinária do dia 29 de dezembro de 2017. -----

O Presidente



O Primeiro Secretário



A Segunda Secretária

